

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

“Classificação de raça/cor e etnia: conceitos, terminologia e métodos utilizados nas ciências da saúde no Brasil”

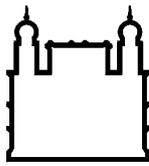
por

Monique Miranda

Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Lopes Najar

Rio de Janeiro, setembro de 2010.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Esta dissertação, intitulada

“Classificação de raça/cor e etnia: conceitos, terminologia e métodos utilizados nas ciências da saúde no Brasil”

apresentada por

Monique Miranda

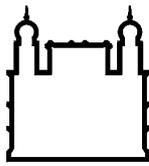
foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Josué Laguardia

Prof.^a Dr.^a Tatiana Wargas de Faria Baptista

Prof. Dr. Alberto Lopes Najjar – Orientador

Dissertação defendida e aprovada em 17 de setembro de 2010.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

A U T O R I Z A Ç Ã O

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, por processos fotocopiadores.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2010.

Monique Miranda

Catálogo na fonte

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica

Biblioteca de Saúde Pública

M672 Miranda, Monique

Classificação de raça, cor e etnia: conceitos, terminologia e métodos utilizados nas ciências da saúde no Brasil, no período de 2000 à 2009. / Monique Miranda. Rio de Janeiro: s.n., 2010.

x, 137 f., tab.

Orientador: Najar, Alberto Lopes

Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2010

1. Distribuição por etnia. 2. Etnia e Saúde. 3. Iniquidade social. 4. Métodos. 5. Brasil. I. Título.

CDD -22.ed. – 305.80981

África minha

À sombra da amendoeira,
Maria, minha vó preta,
Me contava histórias.
Negras carícias
Que embalaram a infância
Cafuné nos sonhos
Doce nos breus
Mundo de sabores
Delicadas mãos
Que ninaram minha existência
Batidas suaves na perna
Colo, afago, deleite

(Silvia Carvalho)

À Zilda da Silva ,com amor

(in memoriam)

AGRADECIMENTOS

- Aos professores e colegas da turma de mestrado que me proporcionaram momentos de vivacidade e de partilha do aprendizado, agradecimento especial à Prof^a Célia Leitão pelo incentivo e contribuições no germinar do tema da dissertação.
- Ao Prof Alberto Lopes Najar pelo acompanhamento neste projeto realizado, significando para mim um importante avanço na compreensão do processo de construção do conhecimento.
- Ao Prof Josué Laguardia pelos textos, orientação e apoio no momento de reestruturação do trabalho.
- À Maria de Fátima Martins pela preciosa ajuda em momento crucial nas bases de dados e também a todos os funcionários da biblioteca e da xerox.
- Aos colegas da Superintendência de Promoção da Saúde/SMSDC pelo estímulo, acolhimento e paciência em todo o período do mestrado. Agradecimento especial a Louise Mara Santos Silva pela nossa cumplicidade, parceria e o compartilhar de sentidos para o nosso trabalho.
- Aos companheiros e companheiras do Comitê Técnico de Saúde da População Negra da SMSDC/RJ pelos momentos de reflexão e aprendizado.
- Meu agradecimento infinito à Mônica de Assis pelas orientações e revisão da dissertação além do acolhimento e incentivo nos momentos mais difíceis.
- À Neli Almeida e Tânia Almeida pela leitura, idéias e incentivo na construção do texto da dissertação.
- À Joana Oliveira, João Fernandes e Desiree Simões pelas leituras em inglês.
- Aos amigos e amigas que me incentivaram sempre e me apoiaram em todas as horas das mais variadas formas, do olhar ao abraço, em especial : à Marlise, Sofia, Kleber e Katinha pelos livros, textos e xerox.; às vizinhas e amigas Jane, Fátima e Neli pela escuta nos momentos de angústia e pelo acolhimento doméstico; à querida amiga Deise Lílian pelo exemplo de determinação e pela paciência nesta minha fase de isolamento; aos amigos Sandra, Fátima e Gustavo pelas pequenas gentilezas e o carinho na escuta. À Júlia e Julian que do seu jeito também me acompanharam e pelas fantasias partilhadas para depois de acabar o *Livro*. Acabei crianças!
- À Lígia pelo companheirismo e amor cotidianos nestes meses e em especial por desafiar o meu contrário das coisas.
- Agradecimento especialíssimo a minha mãe Marie Antoinette pela ternura, apoio, compreensão e ajuda em todo o período de confecção da dissertação.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze mainly the usage and the theoretical-methodological basis for the race, color and ethnicity classification in the Brazilian health sciences literature from 2000 through 2009. A systematic bibliographic review is the chosen methodology by searching MEDLINE, LILACS and SCIELO databases, comparing preliminarily the ethnic/racial identification terminology used in North American and Brazilian publications. There was an expressive increase of Health studies focusing on color/race in this period, although their range is still restricted to what concerns Health Sciences. Public debate on racial identity has also intensified in this period, influenced by public policies and civil society actions targeted for Blacks and Indians. This study has mapped historical, societal, ideological and methodological aspects that permeate ethnic/racial classification approach; concepts and values connected to identity, inequality, racism, discrimination, racial mixture and equity, among others, are mingled in the literature analyzed. It is underlined the conceptual absence and inconsistency in the usage of the terms race, color and ethnicity and the use of diversified and non-standardized terminology in the identification of individuals. The conclusion is that the methodological approach in Health Sciences for the classification of race, color and ethnicity is still insufficient, in addition to the necessity of the expansion of investigations of their theoretical, conceptual and technical aspects, which must be associated to the discussion on racial inequalities and racism.

Key-words: ethnic-racial classification, color, race and health items

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar a utilização e a fundamentação teórico-metodológica da classificação de raça, cor e etnia na literatura das ciências da saúde, produzida no período de 2000 a 2009, no Brasil. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica sistemática através das bases de dados do MEDLINE, LILACS e SCIELO. Preliminarmente comparou-se a terminologia de identificação étnico-racial utilizada nas publicações brasileiras e norte-americanas. No período em questão houve expressivo aumento de estudos em saúde com foco em cor/raça, embora ainda seja restrito o seu espectro nas ciências da saúde. O debate público sobre identidade racial também aumentou neste período, influenciado pelas políticas públicas e ações da sociedade civil voltadas para negros e indígenas. No estudo mapeou-se aspectos históricos, sociais, ideológicos e metodológicos que permeiam a abordagem da classificação étnico-racial; concepções e valores vinculados a identidade, desigualdade, racismo, discriminação, mistura racial e equidade, entre outros, estão entremeados na literatura analisada. Ressalta-se a ausência e inconsistência conceitual no uso dos termos raça, cor e etnia e o emprego de terminologia diversificada e não padronizada na identificação dos indivíduos. Conclui-se que nas ciências da saúde ainda é insuficiente a abordagem metodológica na classificação de raça, cor e etnia, além de ser necessária a ampliação da investigação dos seus aspectos teóricos, conceituais e técnicos, sendo estes indissociáveis da discussão sobre desigualdades raciais e racismo.

Palavras-chave : Classificação étnico-racial ; questão cor ; raça e saúde.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Termos de classificação étnico-racial nos resumos das publicações científicas da área das ciências da saúde Brasil(2000-2009) e EUA (2005-2009)-----	64
TABELA 2- Categorias étnico-raciais descritas nos resumos das publicações científicas da área das ciências da saúde - Brasil(2000-2009)-----	65
TABELA 3- Categorias étnico-raciais descritas nos resumos das publicações científicas da área das ciências da saúde - EUA (2005-2009)-----	66
TABELA 4- Distribuição das categorias étnico-raciais por termo de classificação nos resumos das publicações científicas da área das ciências da saúde - Brasil(2000-2009)-----	67
TABELA 5- Distribuição de categorias étnico-raciais por termo de classificação nos resumos das publicações científicas da área das ciências da saúde - EUA (2005-2009)-----	68
TABELA 6- Grupos completos de categorias de classificação étnico-racial descritas nos resumos das publicações científicas da área das ciências da saúde - Brasil (2000-2009)-----	69
TABELA 7- Grupos completos de categorias de classificação étnico-racial descritas nos resumos publicações científicas da área das ciências da saúde - EUA (2005-2009)-----	70
TABELA 8- Perfil dos resumos- publicações científicas da área das ciências da saúde - Brasil (2000-2009) e EUA (2005-2009)-----	72
TABELA 9- Perfil dos resumos- publicações científicas da área das ciências da saúde - EUA (2005-2009)-----	72
TABELA 10- Focos temáticos nos resumos das publicações científicas da área das ciências da saúde - Brasil (2000-2009) e EUA (2005-2009)-----	73

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Definição das categorias utilizadas na classificação étnico-racial-----	35
QUADRO 2- Critério de inclusão e exclusão para a seleção dos resumos das bases de dados MEDLINE, LILACS e SCIELO-----	60
QUADRO 3- Distribuição de artigos por periódicos-----	74
QUADRO 4- Foco temático principal dos artigos-----	75
QUADRO 5- Aspectos conceituais em relação à raça, cor e etnia-----	76
QUADRO 6- Aspectos da terminologia e da classificação de raça, cor e etnia -----	83
QUADRO 7- Métodos e critérios de classificação de raça, cor e etnia dos artigos com amostra/população-----	90
QUADRO 8- Referências históricas , políticas e sociais -----	91
QUADRO 9- Referências teóricas e técnicas -----	100
QUADRO 10- Variáveis demográficas e socioeconômicas-----	104

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	01
2- RAÇA,COR E ETNIA	05
2.1-Conceituação	05
2.2-Raça no Brasil	10
3 -CLASSIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL	20
3.1-Taxionomia	20
3.2-Critérios e Métodos	24
3.3-Terminologia	33
3.4-Censo populacional	44
4- RECORTE ÉTNICO-RACIAL NA SAÚDE	48
4.1-Desigualdades Raciais	48
4.2-A variável raça/cor no campo da saúde	50
5- METODOLOGIA	59
6- RESULTADOS	63
6.1-Characterização dos Resumos	63
6.2-Análise dos Artigos	73
7-DISCUSSÃO	111
8-CONCLUSÕES	124
9-REFERÊNCIAS	128
ANEXOS	136

1- INTRODUÇÃO

As publicações da área das ciências da saúde ao abordarem ou utilizarem a classificação étnico-racial frequentemente não diferenciam os conceitos relativos a raça, cor e etnia. Estes termos são empregados recorrentemente de forma difusa, muitas vezes como se fossem sinônimos, sendo correlacionadas diferentes terminologias na identificação étnico-racial dos indivíduos.

O presente trabalho objetivou através de revisão bibliográfica sistemática, analisar a utilização e a fundamentação teórico-metodológica da classificação de raça, cor e etnia na literatura das ciências da saúde, no período de 2000 a 2009, no Brasil. O trabalho constituiu-se em duas etapas: na primeira foram caracterizados 187 resumos selecionados das bases de dados Lilacs, Scielo e Medline, procedendo-se à caracterização e comparação da terminologia étnico-racial utilizada no Brasil e nos Estados Unidos da América do Norte (EUA). Posteriormente foram analisados em profundidade os artigos com foco em temáticas envolvendo raça, cor e etnia, objetivando-se identificar os critérios e métodos utilizados na classificação de raça, cor e etnia em estudos publicados no Brasil.

Na última década, vem aumentando no Brasil a produção científica vinculada a questões relativas a raça, cor e etnia. As abordagens são múltiplas, tratando-se não só da investigação de possíveis diferenças étnico-raciais na gênese e comportamento de doenças e agravos, como também da análise das desigualdades em saúde. A classificação étnico-racial é inerente à realização destes estudos, porém ainda é incipiente o seu enfoque como objeto específico de investigação.

O processo saúde-doença envolve múltiplos fatores além dos biológicos, ambientais e socioeconômicos, configurando-se de forma diversa no psiquismo humano e nas sociedades em cada contexto histórico e social. Raça, cor e etnia,

conforme a sua conceituação e utilização, perpassam os fatores e dimensões deste processo individual e coletivo. Na compreensão da relação de raça e saúde é fundamental a busca de áreas de conhecimento como a antropologia, história, ciências sociais, biologia e outras.

A classificação racial brasileira caracteriza-se pela complexidade, ambiguidade e fluidez, sendo baseada na aparência dos indivíduos. Existem diferentes sistemas classificatórios: o oficial, que é o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constituído por cinco categorias (preto, pardo, branco, amarelo e indígena); o popular, que inclui múltiplas categorias, e o do movimento negro, que é focado nas denominações negro e branco (Telles, 2003). A classificação do IBGE, em especial, é muito discutida quanto à sua adequação e representatividade no tocante à identificação da população. A análise da classificação étnico-racial é indissociável da discussão sobre as desigualdades, discriminação e racismo que vigoram na sociedade brasileira.

A participação pública neste debate, anteriormente concentrado na área acadêmica e no movimento negro, vem crescendo por meio da implantação de ações afirmativas. Estas ações têm sido implantadas a partir de medidas governamentais, atuação dos movimentos sociais e também através da iniciativa de setores privados. Negros e indígenas são os segmentos prioritários e muitas ações são referentes às áreas da educação, trabalho e saúde. Políticas sociais antes universalistas têm se diferenciado a partir da classificação racial, sendo polêmica a discussão sobre identidade étnico-racial e adequação destas medidas para a diminuição das desigualdades sociais.

Na área da saúde, as investigações sobre racismo, discriminação, desigualdades raciais e identidade étnico-racial são relativamente recentes, entretanto na área das ciências sociais estes temas têm uma longa história, com diversos enfoques, em especial a partir do ciclo de estudos coordenados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), no final da década 40. Porém, a despeito dos estudos acadêmicos e da atuação do movimento negro, o reconhecimento do racismo e das desigualdades raciais pelo Estado brasileiro e a efetuação de medidas para o seu enfrentamento aconteceram apenas em meados da década de 90.

O governo federal após a mobilização das organizações do movimento negro, por ocasião da celebração dos 300 anos de Zumbi de Palmares, criou o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra em 1996. Dentre as ações estabelecidas relativas à saúde, destacam-se: a introdução do quesito cor no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e no Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC); a elaboração da Resolução 196/96, que ao regular a pesquisa em seres humanos inseriu o recorte étnico-racial; a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, vinculada à Presidência da República – o que intensifica a implementação de políticas públicas no combate às desigualdades raciais (Brasil, 2007). A classificação étnico-racial é eixo prioritário em todas as etapas de reivindicação e organização deste processo em busca da equidade racial.

No endosso da pertinência das políticas sociais e de saúde voltadas para segmentos étnico-raciais da população, destacam-se dados de 2006: os pobres na população branca representam 21,6% e na população preta & parda 43,1%, sendo indigentes respectivamente 8% e 18,8%. Embora a esperança de vida ao nascer tenha evoluído, permanece a assimetria entre brancos (74,9 anos) e pretos & pardos (71,7 anos). O analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos é 124,6% maior em pretos & pardos quando comparados aos brancos. A representação política dos segmentos étnico-raciais é profundamente assimétrica: dos 513 deputados federais eleitos em 2006, os brancos correspondiam a 87%, pretos e pardos a 9%, amarelos a 0,8%, não tendo nenhum indígena (Paixão & Carvano, 2008). Há um senso comum engravado tanto na população como em circuitos acadêmicos e políticos que a pobreza explicaria este quadro, afinal os pretos e pardos (população negra) são a maioria entre os pobres. Os estudos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva vão de encontro a esta argumentação; há mais de 20 anos os autores situam o racismo e a discriminação racial, renovados no cotidiano das relações sociais, como causas em grande parte das desigualdades raciais (Hasenbalg, 1979; Silva, 2000).

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2006) e a Política Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas (2002) são marcos no reconhecimento de diferenças e especificidades étnico-raciais da população brasileira. Estas políticas aprofundam e trazem para a área de atuação dos gestores e

profissionais de saúde a necessidade de focar, entre outras questões, a classificação étnico-racial.

A abordagem de raça, cor e etnia nos estudos científicos demanda a revisão de concepções, crenças e valores referentes a universalidade, equidade, igualdade, cultura, identidade, brasilidade, mistura racial, nação, povo, racismo, entre outros aspectos. A presente dissertação pretende contribuir para a reflexão e discussão das motivações, da lógica e da consistência da utilização da classificação étnico-racial nos estudos do campo das ciências da saúde.

2- RAÇA, CORE E ETNIA

2.1- Conceituação

A ideia de raça atravessa os séculos, habitando o imaginário dos seres humanos e sendo utilizada nas relações entre os indivíduos e povos a partir de diversas concepções e finalidades. A palavra raça entrou na língua inglesa no começo do século XVI, sendo que as mudanças no seu uso refletem a compreensão popular das diversidades físicas e culturais. De acordo com Cashmore (2000), “ Raça é um significante mutável que significa diferentes coisas para diferentes pessoas em diferentes lugares da história e desafia as explicações definitivas fora de contextos específicos.” Segundo o mesmo autor, um dos seus significados é o de um grupo social de indivíduos que possui em comum os mesmos marcadores físicos (pigmentação da pele, traços faciais, textura do cabelo, estatura etc.), o que leva à consideração da existência de uma raça social. Cashmore (2007) frisa que em sociedades multirraciais, em especial com histórico de escravidão, membros de diferentes raças sociais frequentemente são parentes próximos um dos outros, ou seja, raças sociais não são subespécies geneticamente ligadas entre si.

Cor e traços fenotípicos não podem ser usados como marcadores genéticos de raça, ou seja, o genótipo não corresponde a um único fenótipo. Habitantes da Oceania , no oeste do pacífico, embora compartilhem a mesma pele escura, cabelo e crânio com africanos, são mais próximos geneticamente dos europeus (Travassos & Williams, 2004). Da mesma forma, os negros da África e Austrália não são mais aparentados geneticamente entre si do que com os brancos. O mesmo rótulo social relativo a raça pode abranger combinações muito diferentes de ancestralidade, mesmo no caso de populações como o Brasil e EUA, preponderantemente provenientes da África Ocidental e de cruzamentos com europeus (Cashmore, 2000).

Atualmente pesquisadores de diversas áreas, como biologia, genética, antropologia, história e sociologia, partilham o consenso de que a divisão dos seres humanos em raças não possui consistência científica. O conceito de raça começou a ser questionado por Ashley Montagu, que em 1942 publicou o livro *The Fallacy of Race*, no qual declara que raça é um mito biológico. Logo após o final da 2ª Grande Guerra Mundial, a UNESCO tornou público o documento *Statement on Race*, que rejeitava qualquer significado científico para o conceito de raça. O documento recebeu diversas oposições e críticas; parte dos antropologistas físicos e outros especialistas persistiram na visão tradicional (Travassos & Williams, 2004). Somente no final do século XX a Associação Norte-Americana de Antropologia declarou oficialmente que “variações físicas da espécie humana não têm outro significado além do que lhe é imputado socialmente”, embora a declaração não fosse consensual entre seus membros.

Apesar do exposto, várias pesquisas continuam sendo realizadas vinculadas a uma ideia biológica de raça, haja vista o expressivo número de artigos analisados que mostraram aproximar-se deste conceito. A não existência de raças humanas apoia-se na pequena variabilidade genômica entre os grupos humanos dos diferentes continentes, discorre Pena (2007). Para este autor, o fato científico em si deveria ser diretriz fundamental na reorientação do debate sobre raça, o que o leva a declarar: “Temos de assimilar a noção de que a única divisão biologicamente coerente da espécie humana é em bilhões de indivíduos e não em um punhado de raças”. Segundo Munanga (2003) os cientistas sociais, embora concordem com as conclusões sobre a inexistência científica de raça e com a inoperacionalidade do próprio conceito, justificam o seu uso como realidade social e política, sendo raça uma categoria social de dominação e exclusão.

Há pesquisadores que recusam o uso de qualquer conceito de raça, já que para eles basta a comprovação biológica de que raças não existem. Outros estudiosos, porém, consideram fundamental a apreensão de raça como constructo social, no enfrentamento político das desigualdades sociais. Interessante notar que apesar desta polarização, todos os autores apresentam como justificativa e finalidade de suas posições o combate ao racismo.

Para Schiel (2007) existe uma retórica e uma naturalização no entendimento de raça como constructo social, sendo raça na verdade um conceito social de apartação. Na mesma linha de pensamento, Fry & Maggie (2004) consideram que o reconhecimento e a utilização do termo raça traz sustentação para as representações sociais vinculadas à hierarquia entre raças, produzindo a discriminação e o preconceito. Os autores criticam o Estado brasileiro, pois este, através de suas políticas, imputa valor legal e entroniza o conceito de raça.

Em contraponto, considera-se importante a incorporação do conceito sociológico de raça para possibilitar a visibilidade das discriminações derivadas desta própria ideia, já que para os negros não adianta a verdade científica da não existência de raças, pois este conceito é constituinte do seu reconhecimento e classificação pelos outros como pessoa (Guimarães, 1999). Esta concepção é corroborada por outros autores, os quais comentam que apesar de raça não ser útil como categoria biológica “[...] é um importante constructo social, que determina identidades, acesso a recursos e a valorização da sociedade” (Chor & Lima, 2005).

O conceito de raça se articula com os conceitos de nação e classe; os três são modos de categorização desenvolvidos na Europa, para o entendimento das relações sociais no próprio continente. Posteriormente foram cada vez mais utilizados como formas de categorização das diferentes pessoas, dos outros continentes, no contato dos europeus com os negros e outros povos, nas viagens de exploração dos séculos XV e XVI (Banton, 1977).

O contato do europeu com outros povos, a partir do século XV, fez com que o conceito de humanidade fosse questionado. Até então a humanidade estava limitada à civilização ocidental, na perspectiva da explicação teológica fundamentada na bíblia cristã. Quem era este outro? No século XVIII o iluminismo, pautado na racionalidade, incorporou o conceito de raça das ciências naturais para a explicação e classificação destes outros, que se integram à humanidade como raças diferentes (Munanga, 2003).

Até 1800 raça significava uma descendência em comum, que resultava em distinções sem estarem atreladas a diferenças físicas. Nos romances históricos ingleses que se referem aos saxões e normandos, há o uso de raça significando

linhagem, qualidades, habilidades, estabelecendo divisões entre a população inglesa (Banton,1977). Na França dos séculos XVI – XVII, no conflito entre os francos e gauleses, os primeiros concebiam seu direito de domínio devido a pertencerem a uma “raça pura”, marcada por aptidões e habilidades especiais. Raça foi a justificativa para legitimar as relações de dominação e sujeição entre classes sociais – nobreza (francos) x plebe (gauleses) – sem haver diferenças morfológicas significativas entre os indivíduos de ambas classes (Munanga, 2003).

No século XIX o conhecimento humano se desenvolvia rapidamente, acompanhado de forte desejo de síntese; intensificava-se a busca por explicações que não as teológicas para a origem humana, os avanços nos estudos de anatomia e fisiologia, as informações mais precisas sobre a cultura e características dos homens de regiões distantes. Este século foi marcado por uma forte tendência de ordenação do mundo e da natureza, a partir de uma concepção hierárquica, do mais baixo ao mais elevado. A elaboração de tipologias de várias espécies tornou-se característica do academicismo do século XIX, havendo um florescimento das teorias dos tipos raciais, voltados para a classificação dos homens das diversas regiões do mundo (Banton ,1977).

De acordo com Munanga (2003) o conceito de raça, nas ciências naturais, foi utilizado primeiramente para classificar espécies animais e vegetais por Lineu (1707-1778, naturalista sueco). Neste sistema os homens foram classificados em quatro raças, através de uma escala de valores que já sugeria uma hierarquização:

- Americano- que o próprio classificador descreve como moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado.
- Asiático- amarelo, melancólico, governado pela opinião, e pelos preconceitos, usa roupas largas.
- Africano- negro, flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes(nepotismo), unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados.
- Europeu- branco, sanguíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertadas.

Na busca da compreensão da variabilidade e diversidade humana, conceitos e classificações ajudam a operacionalizar o pensamento. Infelizmente, ao associarem qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais às características físicas das raças humanas, os naturalistas estabeleceram uma hierarquização, atribuindo uma superioridade, dita natural, ao indivíduo da raça branca (Munanga, 2003).

No Brasil o aprofundamento das teorias raciais importadas da Europa aconteceu no contexto da abolição da escravidão (1888) e da instauração da república (1889). Cientistas naturalistas postulavam teorias, como Gobineau (1853), baseadas no darwinismo social, acreditando que existiria entre as raças a mesma distância percebida entre as espécies. O cruzamento racial era condenado, visto como um fator de degeneração e desequilíbrio da espécie humana, além de ser um potencial fator de fracasso na construção da nação (Schwarcz, 1996).

Enquanto a primeira constituição brasileira declarava o direito a cidadania, cientistas, políticos, escolas de medicina e direito incorporavam os fundamentos de uma ciência evolutiva e determinista, que negava a igualdade entre os homens. A questão racial passou a ser um tema fundamental para o país. Sílvio Romero (1888), na Faculdade de Direito de Recife, propunha como solução para o Brasil o branqueamento. Nina Rodrigues (1894), da Faculdade de Medicina da Bahia, advogava a criação de dois códigos penais (um para brancos e outro para negros), baseado na visão de que as raças carregavam diferenças ontológicas fundamentais. No Rio de Janeiro, médicos como Renato Khel propunham a eugenia e mesmo a esterilização de mestiços, para o aprimoramento da raça. As teorias legitimavam, com o aval da ciência, diferenças que não eram “naturais” e sim políticas e sociais. A negros e mestiços eram atribuídos “os males da nação”, tornando-os, apesar da abolição, cidadãos de segunda categoria, com pouco espaço para o exercício da cidadania (Schwarcz, 1996).

A compreensão da utilização de raça pelos países e sociedades requer noções do que sejam etnia, nação, povo e estado. Para a sociologia, segundo Guimarães (2003), raças são discursos que evocam as origens de um grupo delineado por características que seriam transmitidas pelo o sangue, tais como: traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas. As origens do grupo também podem se referir a uma forma de fazer as coisas, a lugares geográficos, ou seja, ao lugar de

onde se veio, o que permite a identificação com um grupo de pessoas. Quando se fala de lugares, se fala de etnias. Todos estes discursos podem formar uma comunidade. O autor afirma que “Quando etnias ou raças passam a reivindicar um destino político comum, quando formam uma comunidade de origem e destino, então estamos na presença de uma nação.” Povo é o sujeito dessa comunidade de origem ou de destino. Já o Estado “[...] é uma organização política que tem domínio sobre um território e monopoliza o uso da força, essa é a definição weberiana.” (Guimarães, 2003).

Na literatura muitas vezes existe uma superposição dos termos raça e etnia, mas é importante distinguir o que seja etnia. Cashmore (2000) estabelece que grupo étnico é composto por pessoas com origens e interesses comuns, com algum grau de solidariedade e coerência, unidas ou próximas por experiências compartilhadas, que muitas vezes são privações. A etnia surge como um fenômeno cultural, no qual os indivíduos do grupo conformarão os seus próprios costumes, crenças e instituições.

2.2- Raça no Brasil

A colonização do Brasil foi marcada pela exploração dos recursos da nova terra e pela violência e dominação do povo nativo e dos africanos e seus descendentes. À época da chegada dos portugueses, estima-se que havia 5 milhões de índios, compondo um imenso mosaico cultural e linguístico. A emigração forçada dos africanos para o Brasil, convertidos em escravos para o trabalho na agricultura, é aventada entre 3 a 18 milhões de pessoas (Munanga, 1996). A população era comparável à da Europa nesta mesma época, porém os indígenas foram dizimados por expedições repressivas e por epidemias, que foram potencializadas pelos trabalhos forçados, maus tratos e confinamento em aldeamentos e internatos. A perda da auto-estima e a desestruturação social e dos valores coletivos também colaboraram para a diminuição da população indígena (Brasil, 2002).

Os primeiros escravos chegaram em 1549, sendo frequente sua entrada até 1850, quando promulgada a lei contra o tráfico. A sociedade brasileira foi constituída até meados do século XVIII por dois grupos opostos: senhores e escravos. O trabalho era imputado exclusivamente aos escravos, naturalizando-se a sua violência e desumanização. O ato da abolição da escravidão (1888) dissimulou um processo de

luta e confronto, permanecendo uma imagem de superação gradual, controlada pelo estado, sendo considerada um presente. Na verdade, antes da lei da abolição, muitos cativos já haviam concretizado a liberdade por si só. O movimento abolicionista era conservador, com a premissa de que bastava terminar o cativeiro, não sendo previstos projetos de incorporação da mão de obra e nem ao menos ressarcimentos (Schwarcz, 1996).

Durante os primeiros séculos após o seu descobrimento, o povoamento do país se deu preponderantemente através da chegada do homem branco europeu e do tráfico de africanos. Este homem branco caracterizava-se pelo espírito de aventura e o gosto pela exploração dos recursos de um novo mundo e das oportunidades de ganhos econômicos. Não houve portanto, no Brasil Colônia, um projeto de colonização com famílias, formação de uma sociedade e construção de uma nação. A mestiçagem foi intensa e carregou diferentes sentidos e usos, conforme o contexto social e político de cada período histórico brasileiro. Telles (2003) refere que grande parte da mestiçagem no Brasil deveu-se à violência sexual sofrida por mulheres índias, negras e mestiças, embora também houvesse coabitação e matrimônio entre brancos e não brancos.

A mestiçagem no Brasil teve a contribuição de muitos e diferentes povos, compondo uma rica diversidade física e cultural. Além dos portugueses, outros povos brancos da Europa e dos países árabes vieram; o fluxo começa no nordeste brasileiro, no século XVII, com os conquistadores holandeses, e culmina com as correntes migratórias, que a partir de 1808 fixaram no país mais de 5 milhões de indivíduos. Os grupos nacionais mais expressivos foram: italianos, espanhóis, alemães, austríacos, russos, sírio-libaneses, poloneses, romanos, lituanos, ingleses, suíços, iugoslavos, franceses, húngaros, belgas, suecos, tchecos e judeus. No início do século XX (1908) chegaram os imigrantes asiáticos (chineses, coreanos, vietnamitas e principalmente japoneses) que também tiveram mestiços com os brancos, ressalta Munanga (1996).

O mesmo autor destaca que o Brasil começou a ser pensado como uma nação e um povo sobretudo a partir da independência e abolição, pois anteriormente era uma sociedade de casta fundada na oposição homem livre x escravo. A busca de uma identidade nacional, o projeto de construção de uma nação e um povo constituiu

preocupação de vários intelectuais, sendo a questão principal o desafio de formar uma única coletividade de cidadãos fundamentada na pluralidade de raças, culturas e identidades.

Lima (2003), em estudo sobre a experiência da mestiçagem no período imperial, de 1830 a 1860, interroga:

“Cabras, fuscros, caboclos, brancos, mulatos, pretos, crioulos, pardos, caiados, fulos, cruzados, tismados. Porque tantas palavras? O que designam? Que homens e mulheres suportaram estas marcas? A que procedimentos de classificação e identificação obedecem? Que códigos lhes fornecem inteligibilidade?”. (Lima, 2003)

A autora identificou uma intensa polissemia da mestiçagem, muito distante da concepção genérica que passou a vigorar no final do século XIX ao analisar a imprensa do período regencial (1831-1840). Havia títulos de periódicos como “O Brasileiro Pardo”, “O Mulato”, “O Homem de Cor”, “O indígena do Brasil”, entre outros. As identidades raciais eram tema da política exercida pela imprensa, em um período onde começava a se configurar uma identidade brasileira, diante da consolidação da independência política de Portugal. Este estudo aponta para a historicidade e complexidade das percepções e classificações raciais.

A construção de uma identidade nacional única, que seria uma etnia brasileira é postulada por Ribeiro (1995), que ao desvendar as origens étnicas do brasileiro, explorando a participação das três matrizes que o formaram (o europeu, o negro e o índio), pergunta-se o que nos faz brasileiros. Cunhou então o conceito de *ninguedade*: “ [...] para livrar-se da ninguedade de não índios, não europeus e não negros, que eles se vêem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira” (Ribeiro, 1995).

O Brasil Império, a partir da independência de Portugal, incipientemente passou a buscar as suas características próprias de nação. No século XIX a construção de uma história nacional priorizava as pesquisas etnográficas e históricas das sociedades indígenas; paralelamente, na literatura brasileira emergiam poetas e romancistas indianistas. Enquanto persistia a escravidão, o debate sobre raça e civilização focava no índio. Houve a valorização das origens indígenas como matriz da nacionalidade, privilegiando o tupi, chegando a língua nheengatu (língua geral), ainda falada pelos caboclos, ser cultivada pelos intelectuais do período. Porém este

contexto contrastava com a decadência material dos indígenas e com a atribuição de uma inferioridade moral, física e intelectual aos mesmos, o que propugnava a sua exclusão do futuro da nação, inclusive através da violência (Monteiro, 1996).

Munanga (1996) discute raça como o eixo dominante de toda discussão sobre a identidade nacional, referenciando-se às posições de Nina Rodrigues (1862-1906) e Oliveira Viana (1883-1951), que apresentavam diferentes visões em relação à inserção do mestiço na formação do país. O primeiro, calcado no determinismo biológico, acreditava na inferioridade do negro e na degenerescência do mestiço – a mestiçagem tornaria então a cultura brasileira degenerada, marcando negativamente o destino do Brasil como povo. Já Viana apontava como solução “o ideal do branqueamento” – através da miscigenação o mestiço alcançaria uma pureza étnica, assimilando cada vez mais as características do branco e não das outras raças primitivas, o índio e o negro. O branqueamento aconteceria através das imigrações européias e de uma política eugenista.

O branqueamento da população, realizado através de uma política de miscigenação seletiva, foi a principal sustentação da política de imigração do Brasil. Na última década do século XIX, mais de 1,2 milhão de imigrantes europeus foram adicionados a uma população de cerca de 5 milhões de brancos, sendo que já era uma população com muitos imigrantes (Telles, 2003). As características primordiais da miscigenação, segundo Guimarães (2008), foram a assimilação dos indivíduos racial e culturalmente diferentes do padrão dominante – isto é, do branco – e a negação do direito à diferença e o ideal implícito de homogeneidade. O autor afirma que “A mestiçagem tanto biológica quanto cultural teria, entre outras consequências, a destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados, ou seja, o etnocídio”.

A política imigratória através das hierarquias raciais se fazia presente nas restrições a africanos e asiáticos, assim como no estabelecimento do perfil desejável do imigrante, o branco assimilável, camponês ou artesão, descartando-se os aventureiros, o lumpem e os comunistas. A preocupação com a identidade brasileira, com a unidade da nação e com as características associadas a uma boa colonização, também estabeleceram hierarquias entre as etnias europeias, fazendo com que, por exemplo, os alemães recebessem críticas após iniciada a imigração, pois apesar de

sua qualificação para a agricultura, insistiam em conservar-se isolados, com sua língua e costumes (Seyferth, 1996) .

O ideal de branqueamento tem repercussões até hoje no cotidiano dos brasileiros, alimentando não só a discriminação racial como atitudes, posturas e falas que traduzem uma superioridade e valorização de características dos brancos e a construção de estereótipos negativos em relação a negros e mestiços (Hasenbalg, 1996).

A medicina moderna, através do conhecimento dos médicos-higienistas sobre a saúde dos brasileiros, impulsionou um amplo movimento intelectual e político que entre 1916 e 1920, elegeu a doença como principal problema e obstáculo civilizatório do país. O movimento pelo saneamento dos sertões do Brasil, no combate às endemias rurais, rejeitava a determinação racial e climática e colaborava para a construção da nação (Lima & Hochman, 1996).

A partir da década de 30 o racismo científico começa a perder sua força e paralelamente há uma incorporação positiva de aspectos da cultura negra à construção de uma identidade brasileira mestiça, pautada na assimilação cultural e sincretismo. Neste cenário foi publicado o livro não ficcional de maior influência no Brasil no século XX: *Casa Grande e Senzala* , de Gilberto Freyre. Esta obra não só tirava a carga negativa de degeneração racial da miscigenação, como postulava que as diferenças entre as raças eram basicamente culturais e sociais, em vez de biológicas. A miscigenação passa a ser então o símbolo mais importante da cultura brasileira e é formulada uma nova ideologia, a democracia racial (Telles, 2003).

Tal ideologia, de acordo com Telles (2003), dominou o pensamento sobre raça nos anos 30 até o começo da década de 90, sendo amplamente aceita pela maioria dos setores da sociedade brasileira, a despeito das contestações acadêmicas do início dos anos 50 e dos modernos protestos negros iniciados em 1978.

Gilberto Freyre, segundo Munanga (2008), consolidou o mito originário da sociedade brasileira, da mistura das raças negra, branca e índia, incluindo-se além da mistura biológica a mestiçagem cultural; e desta forma lentamente brotou o mito da democracia racial. Mito que penetrou profundamente na sociedade brasileira e que,

ao exaltar a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e étnicas, na verdade dissimula as desigualdades e encobre os sutis mecanismos de exclusão. Munanga (2008) declara que desta forma conflitos raciais são mascarados, impedindo que as camadas subalternas tomem consciência de características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria.

Schwarcz (1996) reconhece que o mito da democracia racial apresenta distorções, mas que também existem verdades parciais, ao indicar uma singularidade no relacionamento entre as raças no Brasil, diferentemente do que acontece nos EUA. A autora não qualifica estas diferenças em positivas ou negativas, entretanto considera importante refletir sobre as modalidades particulares de discriminação, já que no nosso país, ao contrário do verificado nos EUA, não houve segregação formal.

Por que para muitos brasileiros ainda persiste a importância do mito da democracia racial e a mistura racial é recorrentemente revalorizada? Há uma recusa em abandonar o mito em virtude do sonho que ele também representa: o desejo de harmonia e igualdade entre as raças. Neste sentido, Fry (2005) declara que é impressa à ideologia da democracia racial uma antítese: ser tanto um mito como um sonho. Também defende que mitos não são inverdades mas sim “ [...] sistemas ordenados de pensamento social que consagram e exprimem percepções fundamentais sobre a vida social”, possibilitando a compreensão do que de fato significa raça no Brasil.

Guimarães (2003) critica o discurso que justifica o mito da democracia racial devido à representatividade dele no cotidiano dos brasileiros, considerando-o um discurso quase a-histórico, como se não tivesse começo e fim, sendo os intelectuais que o usam poucos críticos em relação à sua historicidade.

No Brasil do início do século XXI, quais seriam as alternativas ao mito que fala na igualdade entre as raças e que continua tão distante? Qual é a identidade brasileira? Por que a preservação e construção de outras identidades assustam? A alternativa do movimento negro e indígena é lutar pelo resgate de uma identidade étnico-racial, apostando na construção de uma democracia no Brasil que seja

plurirracial e pluriétnica. De acordo com Guimarães (2000) houve na república a incorporação do índio e o negro como objetos culturais, símbolos e marcos fundadores da brasilidade, mas não como cidadãos.

A imagem do Brasil no exterior de nação pacífica sem conflitos raciais ensejou diversos estudos sociológicos sobre raça. O estudo pioneiro aconteceu no final da década de 30, coordenado por Donald Pierson, na Bahia. Pierson considerou a sociedade brasileira uma sociedade multirracial de classes, ou seja, raças eram grupos abertos, sem ser um grupo de descendência em comum e sendo a cor o princípio classificatório. A conclusão foi a de que no Brasil as pessoas de qualquer cor poderiam transitar pelos diferentes grupos sociais (Guimarães, 2003).

Posteriormente o ciclo de pesquisas patrocinadas pela UNESCO, interessado no pós-guerra em analisar como se processavam as relações raciais no Brasil, agregou pesquisadores de diferentes orientações que chegaram a conclusões diversas. Esses estudos, utilizando os métodos da sociologia e antropologia social, ciências ainda novas, documentaram a situação do negro no Brasil. Vigorava a noção de que cor não tinha importância, todos eram brasileiros. Os estudos de Bastide e Florestan (1955) e Costa Pinto (1953), rompem com este pensamento e inserem a discussão da existência de preconceito racial no Brasil, questão que já era colocada pelo movimento negro dos anos 30 (Guimarães, 2003). Corroborando a importância dos estudos da UNESCO, Telles (2003) refere que um de seus pesquisadores na década de 50, Florestan Fernandes, da Universidade de São Paulo, discordou veementemente dos estudiosos norte-americanos do mesmo projeto, pois ao contrário destes concluiu que o racismo era muito difundido na sociedade brasileira.

No período de 1964 ao final dos anos 70, com o exílio de pesquisadores e intelectuais, os estudos sobre raça no Brasil foram extintos. Estes estudiosos questionavam o consenso nacionalista sobre raça, ameaçando os interesses do governo militar, que em documentos oficiais declarou não haver discriminação racial no Brasil (Telles, 2003).

Na retomada dos estudos destacam-se Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale Silva, que na virada da década de 70 para 80 comprovaram estatisticamente as desigualdades econômicas e sociais entre negros e brancos, ao analisarem os dados

produzidos pelo IBGE. Os pesquisadores afirmaram que estas desigualdades não podiam ser explicadas pelo fato de negros e brancos pertencerem a classes sociais distintas, mas inequivocadamente pelas diferenças de oportunidades e pelas formas peculiares de tratamento a esses grupos sociais. Paralelamente o Movimento Negro Unificado (MNU), desmistificando o mito da democracia racial, reintroduziu a ideia de raça, reivindicando uma origem africana e organizando-se como grupo identitário no combate ao preconceito e discriminação racial (Guimarães, 2003).

Hasenbalg (1996) afirma que a busca por ascensão social, melhores oportunidades e maior reconhecimento induz nos não brancos a suavização e a transformação dos atributos físicos e culturais vinculados à raça negra. Destacando:

“ No passado como agora, a contrapartida dos sistemas raciais que admitem o deslocamento lento ao longo do contínuo de cor é uma estética branca racista que desvaloriza o extremo negro do espectro e condiciona atitudes e comportamentos dos não brancos”. (Hasenbalg, 1996)

Para o autor o esforço de se aproximar do extremo branco do espectro e a própria percepção social da raça por meio de um contínuo de cores levam a uma fragmentação de identidades raciais, prejudicando a possibilidade da construção de identidades raciais e causando um baixo grau de politização do conflito racial.

Oliveira (2004) discute que na assunção de uma identidade racial negra, é essencial um posicionamento político, vinculado à escolha de uma ancestralidade africana. No Brasil inexiste o respeito às diferenças relativas à diversidade racial/étnica, e este fato, aliado aos poucos modelos “bons”, “positivos” e de “sucesso” de identidades negras, revela que assumir a identidade negra é um processo doloroso e difícil.

O movimento negro tem buscado uma identidade através do resgate de uma cultura ancestral e da valorização das características fenotípicas negras, às quais, mesmo de forma subliminar, sempre foi atribuído menor status e menor valor estético.

“ [...] os movimentos negros contemporâneos buscam construir uma identidade que envolva o fato de descenderem de africanos escravizados, que tiveram sua cultura inferiorizada, de pertencerem a um grupo estigmatizado, submetido a discriminações. Essa identidade passa por sua

cor, ou seja, pela recuperação de sua negritude, física e culturalmente”.
(Guimarães, 2008)

No processo de incorporação de uma identidade racial emerge a bandeira da negritude. Esta concepção surgiu em 1930, na Martinica, essencialmente como uma crítica literária e artística à sociedade ocidental, na sua ação de dissociar os negros de suas raízes. Ampliou-se como movimento político que busca a conscientização e o desenvolvimento de valores africanos, como uma reação ao racismo branco, cultivando um novo orgulho e uma nova dignidade de ser negro e de ser africano (Cashmore, 2000).

Munanga (2003) defende que não existe uma única cultura branca ou negra, existindo culturas particulares que se constroem diversamente tanto da população branca, negra ou oriental. A partir da tomada de consciência dessas culturas de resistência, são construídas as identidades culturais enquanto processos e jamais produtos acabados. A identidade negra é uma identidade política e unificadora que, ao se opor à identidade mestiça, busca transformar a realidade do negro no Brasil. O autor comenta:

“ [...] se delineiam no Brasil diversos processos de identidade cultural, revelando um certo pluralismo tanto entre negros, quanto entre brancos e entre amarelos, todos tomados como sujeitos históricos e culturais e não como sujeitos biológicos ou raciais”. (Munanga, 2003)

A discussão sobre uma identidade étnico-racial é intrínseca à discussão de brasilidade. Para Paixão & Carvano(2008) este é um sentimento nacional positivo, a despeito de toda violência física e cultural contra os povos que foram integrados à força. A brasilidade pode ser entendida como um sentimento comum de pertencimento à mesma nação, com um forte senso de afinidade coletiva, adotado em todo país. Os autores comentam:

“ A brasilidade, para além de seus aspectos simbólicos e afetivos, remete a um conjunto cultural compartilhado e extremamente rico em suas múltiplas formas de manifestação, produto de sua origem diversa e das sínteses geradas ao longo do tempo, entre elas. É um sentimento que também inspira valores democráticos, fraternos e solidários em termos socioeconômicos e políticos, embora ainda existam muitos a serem realizados”. (Paixão & Carvano, 2008)

Os autores consideram que infelizmente ainda não prevalece a condição primeira de brasileiro nos indivíduos de aparência física e de origem não europeia, acontecendo uma inserção inferiorizada e desvalorizada destes na sociedade.

3- CLASSIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

3.1- Taxionomia

A taxionomia¹ voltada para a classificação dos seres humanos, nas múltiplas teorias elaboradas, foi fortemente marcada pelo princípio de hierarquização entre os grupos e tipos classificados. Oliveira(2004) destaca a importância da cor em quase todas as classificações raciais, citando Johann Fridrich Blumenbach (1752-1840), fundador da antropologia, que definiu a região geográfica de origem de cada raça e, para a distinção de cada uma, associou a cor da pele: branca ou caucasiana; negra ou etiópica; amarela ou mongólica; parda ou malaia e vermelha ou africana.

No século XIX, época de consolidação das teorias raciais, acrescentou-se outros quesitos fenotípicos como o tamanho da cabeça e a fisionomia. De acordo com Schwarcz (1996) a teoria dos estigmas de C. Lombroso² atribuía aos traços faciais da população de cor atavismos e delinquência. Seyferth (1996) observa que a tipologia de classificação racial variava conforme as características estabelecidas: cor da pele, capacidade craniana, índice cefálico etc. sem se limitar às raças geográficas descritas no século XVIII. A mesma autora comenta que nas hierarquias racistas nem todos os brancos eram iguais, citando a classificação de Lapouge, antropólogo que tomava a posição de classe como um elemento de inferioridade. As doutrinas raciais postulavam que a diversidade humana, anatômica e cultural era produzida pela desigualdade das raças (Seyferth,1996).

¹ Estudo dos princípios gerais da classificação científica. 2 Distinção, ordenação e nomenclatura sistemáticas de grupos típicos, dentro de um campo científico. 3 Biol. Ramo que se ocupa da classificação natural dos seres vivos, animais e vegetais; biotaxia, sistemática. 4 Gram. Parte que trata da classificação das palavras (Dicionário Michaelis).

² Cesare Lombroso(1836-1909)- Defensor da antropologia criminal, acreditava que fisicamente, em especial através da medição dos ossos cranianos, seria possível identificar tipos de criminosos (Hofbauer,2006)

No Brasil Império, a discussão de uma identidade nacional, iniciada após a independência de Portugal (1822), centralizava nos indígenas o debate de raça e ciência. As teorias raciais tiveram lugar de destaque no embate entre as políticas assimilacionistas e repressivas envolvidas na questão indígena. Os circuitos intelectuais e científicos do último quartel do século XIX dividiam-se entre a vertente que creditava aos indígenas atributos positivos, a serem incorporados na formação do povo brasileiro, e outra corrente credora da inferioridade dos indígenas (Monteiro, 1996).

As hierarquias, conforme Monteiro (1996), também eram estabelecidas entre os membros da própria raça indígena, através dos conhecimentos da antropologia física. O autor descreve estudos craniométricos do século XIX, realizados no Museu Nacional, que comparam tupis e botocudos. As conclusões foram que, nos primeiros, o tipo primitivo já tinha se modificado um pouco, enquanto os botocudos eram destacados pela inferioridade, sendo os tupis, portanto, passíveis de serem incluídos no projeto de mistura das raças. De acordo com Seyferth (1996) os exercícios tipológicos de classificação racial também incluíam a aferição da capacidade craniana e do índice cefálico³. Munanga (2003) comenta que em 1912 o antropólogo Franz Boas comprovou, através da observação de filhos de imigrantes não brancos nos EUA, que a forma do crânio dependia mais da influência do meio, do que de fatores raciais.

Na segunda metade do século XIX, conforme o padrão evolucionista em vigor, é prevista a extinção dos indígenas, pela lei da seleção natural, mas não sem antes misturar o seu sangue com o dos civilizados, passando imunidade ao clima tropical. Ao mesmo tempo recomendava-se não importar mais africanos, vendo a Europa como o reservatório populacional do Brasil (Magalhães, 1876 apud Monteiro, 2006 :21).

O eixo das teorias raciais posicionavam os europeus brancos no topo da humanidade, os negros e os índios na base e todas as outras raças ocupavam posições intermediárias. O darwinismo social estabelecia que o progresso humano, a exemplo das leis biológicas, consumava-se através da luta entre as raças, sucumbindo os não

³ A fórmula de Anders Retzius(1796-1860) para o índice cefálico consistia na relação entre o comprimento e a largura do crânio, podendo caracterizar os braquicéfalos (cabeças curtas) e dolicocefalos (cabeças longas) (Hofbauer, 2006)

brancos à seleção natural e social. As ciências, principalmente a antropologia física, respaldavam a ideologia da hierarquização das raças para fins políticos, porém as ciências humanas e sociais também colaboraram nesta construção ideológica, sendo responsáveis pela invenção da eugenia, utilizada em políticas públicas, inclusive para justificar a limpeza étnica (Seyferth, 1996).

Santos (1996) discorre sobre a lenta mudança de orientação teórica da antropologia física de “raça” à “população” (conforme conceituada pela genética), efetivada somente na metade do século XX, enquanto décadas antes a antropologia gradativamente substituíra os modelos raciais/biológicos para análises centradas em “culturas” e “sociedades”. Ressalva o autor que a “vertente tipológica” ainda se faz presente em parte dos estudos da antropologia física contemporânea. Algumas pesquisas em genética de populações, como as investigações sobre “mistura racial”, relacionam “marcadores raciais” como grupos sanguíneos a sujeitos que são classificados “racialmente” através dos “atributos físicos”, revelando, com isso, resquícios de uma perspectiva tipológica.

Pesquisas de “mistura racial” frequentemente utilizam a classificação racial de Krieger, que consta na avaliação, sabidamente subjetiva, de um observador, baseando-se na pigmentação do abdome, cor e tipo de cabelo, conformação do nariz e lábios. Estes critérios agruparão os indivíduos em classes: branco, amarelo-claro, amarelo-escuro, mulato claro, mulato médio, mulato escuro e preto (Santos, 1996).

Cada traço fenotípico, como a cor do olho, é controlado por um número bem pequeno de genes, o que representa uma porção ínfima do genoma humano. Exemplificando, apenas 4 a 6 genes de um universo de 25 mil determinarão a quantidade e o tipo de melanina que estabelecerão a cor da pele. A pigmentação da pele, como os outros traços fenotípicos, são resultados da adaptação a variáveis ambientais, como por exemplo o clima. Estes genes são completamente dissociados dos genes que influenciam inteligência, talento artístico, habilidades sociais, predisposição a doenças ou a metabolismo de fármacos (Pena, 2005).

O uso médico de distinções raciais não é correto, segundo Pena (2005), pois as disparidades de saúde entre raças tem muito menos a ver com genética do que com diferenças de cultura, dieta, status social, acesso ao cuidado médico, marginalização

social, discriminação, estresse e outros fatores. O autor considera que a classificação racial não é útil na avaliação clínica individual e que a medicina brasileira deveria banir este conceito dos seus cânones.

Os estudos da genética estão voltados para populações originárias das grandes regiões geográficas do mundo, que ao longo do tempo configuraram fluxos de migração humana. Segundo Pena (2005) a variação genética humana tende a se organizar geograficamente, fazendo com que indivíduos da mesma região sejam levemente mais parecidos entre si do que com indivíduos distantes. Entretanto 95% da variabilidade genética humana está contida dentro das próprias populações, apenas entre 5-10% da variação genômica ocorre entre as chamadas “raças”, o que leva o autor a repetir que, geneticamente falando, raças não existem.

Estudos baseados em Marcadores Informativos de Ancestralidade (MIA), utilizados na análise do DNA genômico, permitiram a Pena (2005) afirmar que no Brasil a cor avaliada fenotipicamente tem uma correlação muito fraca com ancestralidade africana. O autor, correlacionando os estudos de MIA com os dados do Censo de 2000, calculou que cerca de 30 milhões de autodeclarados brancos seriam descendentes de africanos e um número equivalente, descendentes de ameríndios. Estudo na cidade de São Paulo calculou uma média de 25% de ancestralidade africana em brancos e de 65% em pretos (Pena, 2005).

Osório (2003) considera de pouca valia os métodos biológicos de identificação racial; estes mostrariam que a proporção de pessoas com ancestralidade africana é maior do que a agregação de pretos e pardos. Indivíduos afro-descendentes totalmente brancos não são objetos de discriminação no Brasil, onde vigora preconceito de marca. Além disso o autor considera “esotérica” qualquer proposta que tentasse estabelecer qual percentual de ancestralidade africana definiria uma pessoa como negra.

Oliveira (2004) endossa os estudos de genética molecular que comprovam que a espécie humana é uma só, que o genótipo sempre propõe diferentes possibilidades de fenótipo, que as pessoas herdaram genes e não caracteres e que é impossível definir geneticamente quem é negro, branco ou amarelo. Entretanto a autora considera fundamental o uso político de raça, referindo que o movimento

negro usa raça como um paradigma da luta contra o racismo, pois este tem em sua base não só a existência de raças, como também a superioridade dos indivíduos brancos.

O *modus operandus* do racismo no Brasil, assim como nos EUA e África do Sul, tem por base a ideologia da “supremacia branca”. No caso brasileiro, as circunstâncias históricas estabeleceram a continuidade da ordem racial e da hierarquia social após a abolição, a fim de consolidar o estado-nação e o crescimento econômico (Barbosa, 1998).

3.2- Critérios e Métodos

Diversos autores consideram que há no Brasil grande complexidade, fluidez e ambiguidade na classificação étnico-racial (Maggie, 1996; Monteiro, 2004; Sansone, 2003; Schwarcz, 1996). Pena (2005) afirma que “as categorias raciais humanas não são entidades biológicas claramente definidas e circunscritas, mas construções sociais e culturais fluidas”.

Já Queiroz (2001), ao descobrir elevada convergência entre as categorias de classificação utilizadas pelos pesquisadores e as utilizadas pelos seus respondentes em pesquisa universitária sobre identificação, relativiza a fluidez e ambiguidade descritas pelos autores supracitados. Ratificando este posicionamento, Osório (2003) afirma que a aparente fluidez nas fronteiras entre preto, pardo e branco, paradoxalmente amplia a objetividade da classificação, pois o que importa no Brasil é: “apreender a situação do indivíduo classificado em seu microcosmo social, no contexto relacional que efetivamente conta na definição de pertença ao grupo discriminador ou discriminado”.

Na busca da compreensão de como se opera a classificação étnico-racial, seja a técnico-institucional ou a informal do cotidiano das relações sociais, é fundamental se debruçar no clássico *Tanto preto quanto branco*, de Oracy Nogueira. Nos artigos analisados, assim como na literatura consultada, é recorrente a referência a esta obra. Nogueira (1985), na década de 50, criou um quadro de referência para análise do

preconceito racial no Brasil e nos EUA. O quadro caracterizou respectivamente dois tipos de preconceito: o de marca, (que é uma reformulação da expressão *preconceito de cor*) e o de origem. Foram estabelecidos 12 eixos para análise das diferenças entre os dois países. Seguem algumas delas.

No Brasil:

- a- Há uma preterição dos indivíduos de cor, porém esta pode ser contrabalançada de acordo com as qualidades, habilidades, educação, profissão e situação econômica.
- b- O critério de diferenciação é o fenótipo, porém a avaliação deste é subjetiva e varia conforme o observador.
- c- A luta do grupo discriminado se confunde com o conflito de classes.

Nos EUA:

- a- Há uma exclusão incondicional do grupo discriminado.
- b- A origem é determinante, mesmo o mestiço que se pareça com o grupo branco terá o mesmo tratamento do indivíduo com ascendência não branca visível.
- c- O grupo discriminado por ter consciência contínua da sua identificação é mais propenso a se organizar politicamente, atuando como uma “minorias racial”.

Os dois países utilizam diferentes critérios na sua classificação étnico-racial, que é considerada múltipla no Brasil e bipolar nos EUA. Segundo Telles (2003) nos EUA foi criado um aparato legal no estabelecimento da segregação formal entre brancos e negros, assim como a criação de uma rígida classificação racial baseada na bipolaridade. A lei Jim Crow, na década de 30, estabelecia o regime da descendência mínima (*hypo-descent*) ou de uma gota de sangue (*one drop*). Desta forma as pessoas com um mínimo de participação de ascendência africana, mesmo sem traços fenotípicos negros, eram identificadas como da raça negra. Alguns estados

chegavam a definir judicialmente como negro até aqueles que tinham um dezesseis ou um trinta e dois avos de ascendência africana. Popularmente falando, uma gota de sangue negro determina por gerações a raça negra (Telles, 2003). Antes de 1930, alguns censos utilizavam a categoria “mulatto” e os seus refinamentos “quadroon” e “octoroon” para designar os indivíduos que tinham respectivamente um dos avós ou um dos bisavós *black* (Travassos & Williams, 2004).

Nos EUA há um determinismo sociopolítico e não biológico, na sua forma de classificação racial, discute Munanga (2008). Os mestiços não são delineados como grupo na mentalidade coletiva, prática social ou nos textos legais. Oficialmente nos censos só existem brancos e negros. Basta ser “um pouco negro” para sê-lo “totalmente”, mas para ser branco é necessário sê-lo “completamente”.

De acordo com Guimarães (2008) não importava, no Brasil, a origem ou descendência, mas sim a aparência física, as marcas fisionômicas e socioculturais. Portanto até hoje os critérios para a classificação étnico-racial são substancialmente diferentes entre os dois países. Esta análise é corroborada por Munanga(2008) ao comentar que a identificação do indivíduo está relacionada à percepção da cor da pele e dos traços negróides, que dependem da tomada de consciência destes pelo observador e também de uma série de elementos não raciais: maneiras, educação, profissão, estilo e padrão social.

Na interpretação de Telles (2003) a falta de uma tradição de controle de descendência no Brasil e a política de branqueamento através da miscigenação tornavam desnecessária a formalização legal da classificação racial.

Ao discutir os dois métodos de classificação, a autoatribuição e a heteroatribuição, Telles (2003) considera que a realizada por terceiros leva em conta a aparência física, podendo incluir, além do fenótipo, sinais de *status* como vestimentas e maneira de falar. Já a classificação realizada pelo próprio pode resultar de “um processo reflexivo e complexo de socialização”, incluindo-se neste processo a ascendência, a cultura e a forma como a sociedade classifica e valoriza seus membros. Longo & Campos (2006) consideram que a autodeclaração depende da percepção de cada um em relação à sua cor ou raça, podendo estar associada à forma

como o indivíduo vê o outro ou até mesmo como ele imagina ser visto pela sociedade.

Atualmente existe um intenso e polêmico debate em relação aos sistemas de classificação étnico-racial que envolve pesquisadores, técnicos do governo e militantes da sociedade civil. Foca-se na discussão a adequação e pertinência dos métodos classificatórios e das categorias utilizadas na identificação dos indivíduos. Os procedimentos do IBGE, especialmente por serem os oficiais, recebem muitas críticas (Osório, 2003). O IBGE utiliza a autoclassificação e as suas categorias de raça/cor são cinco: preto, pardo, branco, amarelo e indígena.

Osório (2003) descreve que a instrução do IBGE aos entrevistadores, que realizarão a coleta da informação sobre cor nos censos e outros levantamentos, inclui a recomendação de não intervir ou influenciar na autoclassificação do entrevistado. Às vezes, no entanto, é utilizada a heteroclassificação, como no caso de pessoas ausentes, crianças ou pessoas em situações especiais. O autor frisa, porém, que esta atribuição é realizada por um sujeito muito próximo, ou seja, não é feita pelo entrevistador, e por isso considera que o resultado não seria muito diferente da autoclassificação.

A autoclassificação pode ser denominada espontânea/latente /em pergunta aberta, quando não se oferecem categorias predefinidas; ou induzida/ manifesta/ em pergunta fechada, quando são utilizadas categorias predefinidas. O observador que atuará na heteroclassificação comumente utiliza categorias anteriormente estabelecidas, mas também pode classificar o outro em categorias livres.

“No que concerne a coleta de dados sobre “raça” ,deve-se combinar diferentes estratégias, tais como a autoclassificação do entrevistado com questões abertas e fechadas(categorias predefinidas), a classificação do entrevistado por atribuição do entrevistador (categorias predefinidas), bem como a inclusão de questões abertas e fechadas sobre etnicidade.”(Languardia, 2004)

Abaixo são descritas três pesquisas que podem ser consideradas marcos no estudos dos aspectos referentes à classificação racial e sua terminologia⁴. Elas são

⁴ 1 Tratado acerca dos termos técnicos de uma ciência ou arte. 2 Conjunto desses termos; nomenclatura (Dicionário Michaelis).

repetidamente citadas em vários estudos, recebendo análises de muitos pesquisadores, a saber:

1- Pesquisa do Datafolha: realizada em abril de 1995, a partir de entrevistas individuais cobrindo 5.081 pessoas maiores de 16 anos, realizada em 121 municípios em todo Brasil. Utilizaram-se três formas de classificação dos entrevistados: identificação da cor pelo entrevistador de acordo com as categorias do IBGE; autoclassificação induzida, escolhendo-se uma das mesmas categorias; autoclassificação espontânea, onde foram levantados sete tipos de autodenominações em 99% das respostas (branco, moreno, pardo, moreno-claro, preto, negro, claro).

2- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE: realizada em 1976, foi a primeira Pnad que incluiu o quesito cor através de um suplemento com questões voltadas para o estudo da identificação racial. Utilizou-se a autoclassificação induzida com as quatro categorias do IBGE (sem indígena) e a autoclassificação espontânea que levantou 136 diferentes denominações.

3- Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE: realizada em julho de 1998, a partir de suplemento de identificação racial. Utilizou-se a autodeclaração do quesito raça/cor de forma espontânea e induzida. Também incluído quesito sobre a origem do entrevistado. Foram levantadas 143 categorias autoatribuídas, mas na sua quase totalidade (97%) concentraram-se em sete categorias: branca, morena, parda, preta, negra, morena clara e amarela.

Segue uma breve síntese das análises de alguns estudiosos sobre a temática da classificação étnico-racial, a partir das pesquisas descritas acima:

Em sua análise, Osório (2003) observou que há grande concordância entre os resultados da autoclassificação e heteroclassificação nas três pesquisas analisadas, embora tenham ocorrido significativas variações entre as categorias. O Datafolha (1995), ao cotejar a heteroclassificação e a autoclassificação, obteve uma concordância elevada, de 72%, entre as respostas. Sendo o registro dos entrevistadores mais branco do que dos entrevistados. Na pesquisa do Pnad (1976), a despeito da variedade dos 136 termos levantados, 95% das respostas se enquadravam livremente em apenas sete termos (branco, preto, pardo, amarelo,

moreno, moreno-claro e claro). Ao se comparar a Pnad (1976), na qual 57% dos entrevistados utilizaram na pergunta aberta as categorias do IBGE, à PME de julho de 1998, verifica-se um salto surpreendente: as mesmas categorias, sem considerar a indígena, coincidiram com 70% das respostas livres (Osório, 2003).

O mesmo autor ressalta que em 50% das respostas à pergunta aberta, no Datafolha, apareceram as categorias do IBGE (já com inclusão de indígena); um pouco menos dos 57% do Pnad (1976). Observa-se que em ambas pesquisas foi muito baixa a recusa de se declarar a cor na pergunta fechada. O autor comenta que a partir de 1992 a proporção de respostas ignoradas ou recusadas ao quesito raça/cor nas Pnad é sempre inferior a 0,5%. No PME de julho de 1998 novamente foi encontrada a constância das sete categorias de cor que surgiram em 94% das respostas. Somando-se os 3% que responderam negro, a despeito de na PME terem sido descritas 143 categorias, 97% das respostas ficaram concentradas em apenas oito tipos de respostas. Na respostas ao quesito origem do PME julho 1998, a maioria se declarou brasileira, eventualmente adicionando outra origem, sendo portuguesa e italiana as mais expressivas. A origem africana representou apenas 1,5% das respostas e foi escolhida somente por 2,1% dos entrevistados. A comissão consultiva do censo, após discutir os resultados da PME, decidiu pela manutenção das categorias censitárias e pela inutilidade do quesito origem (Osório, 2003).

O embranquecimento na classificação, para Osório (2003), envolve a mesma subjetividade característica da ideologia racista brasileira, tanto na heteroclassificação como na autoclassificação. Entretanto os entrevistadores têm maior tendência a utilizar categorias mais claras ao classificar os entrevistados, embora estes também adotem este artifício. A prática do branqueamento é devida ao ideal de brancura valorizado em nossa sociedade. O autor recorre a Oracy Nogueira para descrever a existência de uma etiqueta das relações sociais, onde mencionar a cor das pessoas é uma atitude pouco polida, fazendo com que o embranquecimento seja uma concessão ou gentileza do interlocutor. Diante dos resultados das pesquisas analisadas, Osório (2003) considera que aparentemente a autoatribuição é mais acurada como método; entretanto não se invalida a heteroclassificação. As pesquisas também possibilitam afirmar a eficiência e adequação do sistema de classificação do IBGE. O autor recomenda um melhor treinamento e discussão com os classificadores das questões que envolvem a classificação de raça/cor, sendo recomendado especial

cuidado na classificação quando realizada em contextos para alavancar vantagens pessoais.

Pesquisa qualitativa desenvolvida por Sansone (2003) objetivou estudar o sistema de classificação racial utilizado por jovens e seus pais, moradores de bairros empobrecidos de Salvador-BA. As denominações raciais variaram conforme a circulação dos informantes nas diferentes esferas da vida cotidiana: trabalho, família, espaços de lazer. A escolha dos termos também variou de acordo com a idade, escolaridade e nível de renda. Os indivíduos apresentaram uma tendência a se identificarem como mais claros do que eram, o que na opinião dos pesquisadores configurava-se em uma estratégia para redução da possibilidade de serem vitimados pelo racismo.

Na mesma pesquisa Sansone analisou a terminologia de classificação utilizada pelos participantes, verificou que os entrevistados utilizaram 36 termos diferentes, entretanto 91% dos participantes empregaram apenas oito termos. Os participantes apresentaram uma preferência somática pelo branco, a qual se acentuou entre as pessoas com mais de 40 anos. Um número considerável de jovens descreviam seus pais como brancos, enquanto em número menor o informante era identificado como branco pelos entrevistadores. Da mesma forma seus parceiros eram descritos pelos informantes com cores mais claras do que as utilizadas pelos entrevistadores. Frequentemente os parceiros e pais eram denominados morenos. Os termos escuro/claro e seus derivados – por serem menos opostos e conflitivos entre si do que branco, preto e negro – tiveram maior preferência na denominação das pessoas mais próximas. A terminologia utilizada pelos jovens parecia apontar para uma menor subjetividade e variedade de termos ao comparar com as denominações utilizadas pelos pais. O cuidado com a denominação da cor e o termo utilizado variava conforme o grau de importância da cor nas relações sociais e de poder. A autodeclaração não reunia somente grupos de pessoas por cor, mas também com características culturais e sociais semelhantes. O sistema de classificação do grupo pesquisado refletia o conflito e a negociação em torno da cor e a vivência da ideologia racial nos diferentes grupos e instituições sociais (Sansone, 2003).

O IBGE é criticado por Sansone (2003) por não incorporar em seus levantamentos populacionais estudos quantitativos mais amplos, com vocábulos da

terminologia nativa, além das categorias censitárias atuais. Para o autor, não usar categorias populares significa a diminuição da complexidade da questão, sendo recomendada a integração de métodos quantitativos e etnográficos às pesquisas desta instituição, o que permitiria, ao longo das gerações, a compreensão das relações raciais e da formação da identidade étnica.

A avaliação de Telles (2003) sobre os dados da Pnad (1976) constatou que de uma amostra de 82.577 brasileiros, apenas 279 utilizaram 64% dos termos levantados, o que representa 0,3% da população. “Logo os brasileiros utilizam uma vasta gama de termos raciais, mas a grande maioria utiliza os mesmos poucos termos.” Em relação à pesquisa do Datafolha, o autor concluiu que em 1995 exatamente 97% da população não asiática e não indígena utilizaram apenas 7 termos de raça e 54% destes utilizaram os 3 termos oficiais do censo. Também observou que um quinto dos participantes da pesquisa foram inconsistentemente classificados, ou seja, as respostas da autoclassificação e da heteroclassificação não correspondiam entre si. O autor pondera que se por um lado isto poderia ser o reflexo da ambiguidade da classificação no Brasil, por outro lado contraria os que acham que os dados sobre raça são muito aleatórios. A maior concordância foi entre os brancos (89%) seguidos dos pardos (71%) e pretos (59%). Destaca-se o fato de haver uma maior concordância sobre quem é branco do que sobre quem é preto ou pardo, demonstrando que a distinção entre branco e não branco é a mais clara conceitualmente, justificando portanto a aglutinação de preto e pardo em um único grupo.

A metodologia utilizada pelo IBGE é defendida por Telles (2003) ao considerar que a inclusão de outras categorias, como por exemplo moreno, inviabilizaria uma razoável mensuração das desigualdades e esta deve ser a prioridade em uma democracia multirracial moderna, acima de um pretense direito ao livre arbítrio. A afirmação é corroborada por Paixão (2007) em suas observações sobre a Pnad de 1976. O autor endossa a pertinência da pergunta fechada, discordando da implantação da pergunta aberta, pois a variedade de classificações que esta provoca, não levantaria dados que demarcariam grupos, diminuindo portanto o seu valor de análise. Além disso, as categorias não padronizadas também dificultariam a comparação com as séries históricas de censos anteriores.

Ao analisarem doze pesquisas realizadas de 1951 a 1998, com enfoque no vocabulário racial, Rocha & Rosenberg (2007) encontraram uma variedade de denominações relacionadas a cor e raça. Da pesquisa do PME de julho de 1998, ressaltaram a concordância entre a autoclassificação espontânea e a autoclassificação induzida. Da pesquisa do Pnad de 1976, destacaram que dos 6 termos mais utilizados, 5 são os mesmos do IBGE. Os autores realizaram pesquisa sobre autodeclaração de raça/cor entre escolares de 9 a 16 anos. Nos resultados foi observado o uso de apenas 16 termos na autoclassificação espontânea e a alta frequência (71,1%) do uso das categorias do IBGE. Concluíram que este grupo tem percepção e vivência precoce das diferenças nas relações raciais, possuindo condições cognitivas para se autoclassificarem e discutirem conceitualmente a questão. Os pesquisadores criticam o Ministério da Educação (Mec-Inep) por ter estabelecido que são os pais do escolar até os 16 anos que respondem à pergunta sobre o quesito raça/cor no censo escolar. Argumentam baseados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que crianças e adolescentes, como atores sociais, têm o direito a expressar sua opinião e identidade (Rocha & Rosenberg, 2007). A temática da classificação racial entre crianças e adolescentes é uma das mais controversas, necessitando de maior investigação e debate.

Ao analisar detalhadamente as 136 denominações da Pnad de 1976, Schwarcz (1996) considerou que elas mostravam a “riqueza da coloração brasileira”, havendo uma referência constante à cor e não à origem. Ao tentar identificar possíveis critérios utilizados na autoclassificação espontânea, foram mapeados: descrição da cor (ex.: branca-pálida, morena-castanhada); uso da cor como qualificador (ex.: morenã, mulatinha); uso de termos que são quase conceitos (ex.: miscigenação); termos circunstanciais (ex. queimada de sol); termos que sinalizam a dificuldade da classificação (ex.: cor de burro quando foge); descrição de cores puras (ex.: azul, laranja). A autora relata que “Tal uso ‘versátil da cor’ faz com que o preconceito seja sobretudo invisível no Brasil, assim como a hierarquia social, que raramente tem necessidade de afirmar-se formalmente.”

O IBGE recebe severas críticas pela “invenção da cor parda” e pela restrição da categorização oficial a “cinco cores”, considerando ser um exemplo da distância entre as instâncias oficiais e a população. Portanto, os dados da Pnad de 1990 são, na visão de Schwarcz (1996), no mínimo problemáticos: “...Branco- 55,3%, Pardo-

39,3%, Negros-4,9%, Amarelos-0,5%. No Brasil pouco se sabe o que é o quê, e se responde segundo estímulos exteriores, no mais das vezes, de quem aplica o questionário.”

A variedade de denominações recebe diferentes interpretações. Maggie (1996), ao discutir os resultados da Pnad de 1976, destaca o uso do termo moreno em 1/3 das respostas à pergunta aberta. Ao se referir à multiplicidade das 136 respostas, a autora entende que é uma forma popular de se falar em cor e distinções sociais sem se configurar a escolha da oposição, como por exemplo o fazem os termos negro x branco, preto x branco. Moreno neste contexto seria a categoria por excelência para se referir às raças e oposições, mas sem falar diretamente delas. Já para Munanga (1996) a variedade dos termos demonstra como o brasileiro foge da sua realidade étnica, procurando situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior, o branco.

A realização da heteroclassificação nas pesquisas domiciliares do IBGE é bastante recorrente. Segundo Longo & Campos (2006), embora haja a instrução de se proceder à autodeclaração, muitas vezes apenas um morador responde ao questionário, o que os autores consideram acarretar uma “alterdeclaração” da raça/cor. Os autores, objetivando avaliar quem presta a informação de raça/cor, compararam o Censo Demográfico 2000 e a Pnad (suplementos de saúde de 1998 e 2003, onde é possível identificar quem presta a informação). Foi observado que menos de um terço da população recenseada fora responsável pela prestação de suas próprias informações no Censo 2000. Também ressaltaram que devido ao fato de a categoria preta ser maior na autodeclaração, concluiu-se que haveria uma maior proporção de negros na população, do que o tabulado pelo censo 2000.

3.3- Terminologia

Há uma grande discussão em torno das denominações de uso popular e as categorias oficiais do censo, questionando-se quais melhor representariam a população brasileira. As categorias censitárias são o principal foco do debate. Há os que se posicionam a seu favor, defendendo através de pesquisas a consistência da sua

classificação, e os que as consideram insuficientes para apreender a diversidade de cores, raças e origens étnicas. É importante lembrar que embora no Brasil as denominações primordialmente se refiram a cores, elas trazem embutidas a ideia de raça, com a conseqüente atribuição de valores e hierarquias, ou seja, as cores não são neutras. Telles (2003) explica que o termo “cor” no Brasil equivale ao termo “race” do inglês; sendo que cor como raça... “carregam conotações sobre o valor e o status comuns às ideologias raciais em outras partes do mundo.” Sansone (2003) considera necessária uma disposição especial para se proceder à interpretação da complexa terminologia e para se reconhecer a importância dos múltiplos contextos na determinação dos termos e das formas de classificação.

No Brasil do século XIX, comenta Osório (2003) ao analisar estudo de Schwarcz (1987), o vocabulário étnico-racial era mais diversificado do que o de hoje. Destacando que preto, pardo e branco eram os termos mais usados, sendo que no primeiro censo, em 1872, foram eleitos justamente os de maior fluência social. Assim descreve:

“Há termos que são relacionados à posição no sistema escravocrata: escravo, peça, liberto, livre e forro. Esses termos podem aparecer como substantivos ou como adjetivos, como em “preto forro”. Outros termos dizem respeito à origem étnica, compreendendo fula, nagô, angola, mina, entre outros; esses também podem aparecer como substantivos ou como adjetivos (“preta mina”, etc.). Há também os termos que designam vários tipos de mestiçagem: crioulo, mulato, caboclo, cafuso e mameluco. Finalmente, há os termos mais relacionados às variações da cor da pele: negro, preto, pardo, branco, retinto, azeviche, oviano, cor retinta”. (Osório, 2003)

No acompanhamento do debate atual é importante investigar os diversos sentidos atribuídos às categorias oficiais do IBGE e também a negro, moreno e afrodescendente, percebendo a sua ressignificação no contexto político e social de cada época. Para melhor discussão é de valia verificar no quadro seguinte as definições literais dos vocábulos em questão.

QUADRO 1- DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DE CLASSIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Termos	Dicionário Aurelio	Dicionário Michaelis	Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana
Preto	adj. Diz-se de um corpo que apresenta a cor mais escura; negro. / Fig. Difícil, perigoso: as coisas estão pretas. / &151; S.m. O indivíduo de raça preta.	adj 1 Diz-se da cor mais escura entre todas; negro. . sm 1 indivíduo da raça negra. 2 Escravo preto. 3 A cor negra. <i>P.mina,ant:</i> escravo importado da Costa da Mina. <i>P. muzungo:</i> preto de raça nobre, ou algo civilizado.	Negro de pele mais fortemente pigmentada que o mulato. À época da escravidão, o vocábulo era sinônimo de “escravo”.
Negro	adj. Que é de cor muito escura; preto, sombrio. Fig. Triste, melancólico; funesto: dia negro. / Odioso, perverso, mau: alma negra. S.m. Pessoa da raça negra; preto. / Fig. Escravo. // Fam. Trabalhar como um negro, trabalhar sem descanso. // Bras. Meu negro (dito também meu nego), tratamento familiar carinhoso, equivalente a "meu bem".	adj 1 preto. 2 Escuro. 3 Sombrio. 4 Denegrido, requeimado do tempo, do sol. 5 Lutuoso; fúnebre. 6 Que causa sombra; que traz escuridão. 7 Ameaçador, medonho. 12 Condenado, maldito. sm 1 Indivíduo da raça negra. 2 Escravo. 3 Homem que trabalha muito. N.-mina: a) assim se denominava certa casta de negros do grupo sudanês.	Indivíduo de pele escura e cabelo encarapinhado; habitante da África subsaariana e seus descendentes; descendente de africano em qualquer grau de mestiçagem, desde que essa origem possa ser identificada fenotipicamente. No Brasil o vocábulo foi sinônimo de escravo, passou com o tempo a ser um referente étnico e político, reivindicado como autodenominação até pelos afro-descendentes de pele clara.
Branco	adj. Da cor da neve, da cal, do leite. / Pálido: ficou branco de medo./ Fig. Puro, inocente. S.m. Homem da raça branca.	adj. Da cor do leite ou da neve; alvo, cândido. Claro: sm. Homem da raça caucásica. B ant. Senhor de escravos. P. ext. Patrão.	Branco da Bahia- expressão outrora usada no Brasil, para qualificar o afro-mestiço, de aparência pouco ou nada negróide, integrado à classe dominante ou em processo de ascensão.
Moreno	adj. es.m. Diz-se de, ou quem tem cabelos negros e pele um pouco escura;	adj+sm (cast moreno) 1 Que, ou aquele que tem cor trigueira. 2 Diz-se	Em cuba, qualificação pelo qual, no passado, se chamavam indistintamente

	trigueiro. / Bras. Designação irônica ou eufemística que se dá aos pretos e mulatos.	do, ou o indivíduo de raça branca que tem cabelos negros ou escuros. M.-mate, sing e pl moreno de cor semelhante à do mate.	negros e ciganos, estes tidos também como possuidores de “sangue negro”. No rio da Prata, o termo é aplicado a negros e mulatos.
Mulato	adj. s.m. Que ou quem descende de pai branco e mãe preta, ou vice-versa. / P. ext. Que tem cor escura; moreno, trigueiro. / O mesmo que mulo ou mu.	sm (de mulo) 1 Mestiço das raças branca e negra. 2 Aquele que é escuro ou trigueiro. 3 O mesmo que mu ou mulo.	Mestiço de branco e negro, em qualquer grau de mestiçagem.
Mestiço	adj. s.m. Que ou quem provém do cruzamento de raças ou espécies diferentes.	adj+sm (lat tardio mixticiu) Diz-se do, ou o indivíduo proveniente do cruzamento de raças diferentes.	Os mestiços recebem, em atenção às suas fenotípia e suposta percentagem de sangue africano, denominações como mulato, zambo, cafuzo etc.
Pardo	adj. De cor escura, entre o branco e o preto. S.m. Mulato, mestiço.	adj 1 De cor entre branco e preto. 2 Branco-sujo. 3 Bot Marrom castanho: sm V mulato. P.-avermelhado: de cor parda tendente para o vermelho. P.-negro: de cor parda tendente para o negro.	No Brasil, antiga categorização etnorracial do mulato.
Amarelo	-----	Homem de raça amarela.	-----
Indígena	adj. e s.m. e s.f. Nascido no país em que vive. (Sin.: aborígine, autóctone.)	s m+f (lat indigena) Pessoa natural do país em que habita; aborígine, autóctone. adj Originário ou próprio de um país ou de uma localidade; aborígine, autóctone.	-----

Afro-brasileiro	adj. Relativo ou pertencente concomitantemente à África e ao Brasil. / &151; S.m. Negro brasileiro.	adj Etnol Relativo aos africanos e aos brasileiros, simultaneamente.	Qualificativo do indivíduo de origem africana e de tudo o que lhe diga respeito.
-----------------	---	--	--

Percebe-se nas definições dos dicionários que aos termos negro e preto são atribuídas uma conotação negativa e a imagem do trabalho pesado. Apenas um significado destoa: o termo negro usado como tratamento carinhoso. Telles (2003) comenta que as categorias não brancas, especialmente preto, são frequentemente associadas a características negativas como pobreza, preguiça e violência. Segundo Schwarcz (1996) os termos no diminutivo para mulheres (mulatinha, moreninha etc) e o uso do aumentativo para homens (morenã, negão) sugerem a reafirmação de estereótipos vinculados à sexualidade negra masculina e feminina.

Já o termo branco, nas três referências, relaciona-se a poder e/ou a uma conotação positiva de pureza. A enciclopédia faz uma distinção atualizada entre negro e preto: no passado significavam *escravo*, mas hoje negro é ressignificado como uma identidade política, de conotação positiva. Entretanto Schwarcz (1996) discute: “Já no período escravocrata, invertia-se o uso etimológico de dois termos aparentemente sinônimos entre si: negro era o escravo fugido e insubmisso, preto era sempre o cativo fiel”.

Para Sansone (2003) o uso crescente de negro no lugar de preto é um fenômeno interessante. Em sua pesquisa o uso destes termos correspondia a duas gerações diferentes e a duas maneiras de enfrentar a discriminação racial e a negritude, sendo usado preponderantemente o termo negro pelos mais jovens e mais instruídos. O autor refere que na década de 30 o termo negro era mais pejorativo do que preto, havendo então uma ressignificação do termo negro, recebendo uma associação positiva, com conotação de orgulho étnico e associado a uma cultura de origem africana. A popularização do termo negro muito se deve à Frente Negra Brasileira, poderosa organização na mesma década.

O crescente uso da categoria negro é descrito por Osório (2003) ao observar o aumento da frequência desta categoria de 0,1% na pesquisa da Pnad-1976 para 3%

na pesquisa do Datafolha de 1995 e o mesmo percentual na PME de julho de 1998, no conjunto das respostas à autoidentificação de cor em pergunta aberta. Também Rocha & Rosemberg (2007) detectam em sua pesquisa com escolares que 11,8% dos alunos espontaneamente se declararam negros e atribuem este resultado a vários eventos políticos e culturais que impulsionaram a ressignificação política do termo negro, entre eles o debate público sobre as ações afirmativas, a III Conferência Mundial e Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban na África do Sul, 2001 e a expansão da cultura hip hop.

Embora haja discordâncias entre alguns pesquisadores e técnicos, cabe esclarecer que oficialmente, para fins estatísticos, o IBGE aglutina pretos e pardos na denominação negro, a partir da orientação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) criado em 1996 (Telles, 2003). Entre suas proposições o Programa recomendou ao IBGE a adoção do critério de se considerar os mulatos, pardos e pretos como integrantes do contingente da população negra. Telles considera, porém, que no uso popular o termo negro se refere apenas às pessoas com cor de pele mais escura.

A junção destas categorias (preto e pardo) é advogada por Paixão & Carvano (2007) devido ao “[...] fato de as condições sociais de ambos os grupos serem na sua maioria das vezes semelhantes entre si, ou mais razoavelmente mais próximas entre si do que os indicadores sociais apresentados pelas pessoas brancas”. O autor, contudo, ao lembrar que o “racismo à brasileira” opera por gradações, faz uma ressalva sobre o cuidado para que nesta junção, os indicadores da população negra sejam desagregados entre pretos e pardos, pela necessidade de um maior detalhamento e precisão de análise. Existe uma falta de interesse e de valorização por parte de instituições e pesquisadores, na diferenciação entre cor e raça.

“Um outro dado que merece destaque é que a população negra, para a demografia, é o somatório de preto + pardo. Cabe ressaltar no entanto que preto é cor e negro é raça. Não há “cor negra”, como muito se houve. Há “cor preta”. Apesar disso, em geral, os pesquisadores insistem em dizer que não entendem, mesmo com a obrigatoriedade ética de inclusão do quesito cor como dado de identificação pessoal nas pesquisas brasileiras desde 1996, segundo a Resolução 196/96”. (Oliveira, 2004)

Em uma outra perspectiva, Pena (2005) reforça a posição do movimento negro de aglutinar pardos e pretos na categoria negro. Baseando-se em estudo

genético, verificou que indivíduos classificados fenotipicamente como pretos e pardos tinham maior correlação de ancestralidade africana entre eles, do que quando comparados com os indivíduos brancos.

Diante da clara e estabelecida diferença do significado de preto e negro nos procedimentos do IBGE, assim como na terminologia política do movimento negro, é curiosa e significativa a confusão no uso dos termos negro e preto em estudos científicos e discursos de instâncias institucionais.

“A despeito desta nomenclatura e classificação adotadas pelos Censos e PNADs, órgãos oficiais e movimentos sociais ampliam e diversificam o leque de denominações. Muitas instâncias substituem o termo “preto” por “negro” o que pode gerar confusão, pois, de modo geral reserva-se o termo negro para o conjunto de pretos e pardos” . (Rosemberg, 2004)

Na elaboração desta dissertação, observou-se na literatura a truncagem entre os termos preto e negro. Um exemplo é a clássica pesquisa do Datafolha de 1995, que embora deixe claro a escolha das categorias do IBGE, nos seus resultados, repetidas vezes, ao longo de todo relatório, troca preto por negro. Há também, na mesma pesquisa, nas convenções adotadas para grande parte das tabelas, a utilização das denominações branco, mulato e negro, quando as categorias originais utilizadas para as respostas a pergunta induzida sobre cor, eram branco, pardo e preto. Quais os motivos destas trocas e/ou quais as causas desta inconsistência no emprego de categorias relativas a raça/cor? Será possível entender isto como uma mera substituição de categorias oficiais por categorias populares?

Petrucelli (2002) em seu artigo ilustra a ocorrência da troca entre as categorias preto e negro, citando o depoimento de uma socióloga que ao discorrer sobre os dados do Censo de 2000 troca preto por negro, o que faz o autor comentar ser uma confusão bastante frequente nas referências às categorias de cor. Um outro exemplo de troca destas categorias, que leva a ambiguidades no entendimento do texto, pode ser observado em livro organizado por Monteiro (2004). Um artigo que discute os resultados da pesquisa relatada em outro artigo sobre esterilização feminina, da mesma coletânea, ao traçar seus comentários troca a denominação preta utilizada nas tabelas do artigo criticado por negra, tendo sido o inverso no estudo debatido.

Outros autores, ao se referirem aos dados do IBGE vinculados às categorias oficiais, fazem a mesma troca de categorias supracitadas. Portanto merecem uma reflexão as razões das repetidas trocas dos termos, pois efetivamente se estabelecem confusões na compreensão e consequente interpretação de dados e informações associados a preto e negro. Tanto nos artigos analisados como na literatura consultada foi significativa esta truncagem, parecendo haver preferencialmente o reforço de cor e não de raça.

Talvez o mais polêmico ponto no debate sobre a terminologia seja a utilização dos termos pardo e moreno. Telles (2003) discute que apesar do termo moreno nunca ter sido usado no censo, é extraordinária a amplitude do seu uso, podendo ser substituído por qualquer outra categoria de cor, cobrindo desde pessoas com pele clara e cabelo escuro até pessoas negras. O termo reforça uma brasilidade em comum e apresenta a propensão de subestimar as diferenças raciais. Dada a sua ambiguidade, seu uso no censo inviabilizaria a mensuração das desigualdades através de categorias decorrentes das diferenças raciais.

A ambiguidade da denominação moreno é comentada por Sansone (2003): “A vantagem desse termo reside precisamente em sua ambiguidade: um branco de cabelos escuros, um mestiço, um negro não muito escuro e até uma pessoa muito negra ou negróide podem ser chamados de morenos”. Guimarães (2003) considera que mulato e moreno são traduzíveis para pardo, pois grande parte dos morenos na verdade são brancos sociais.

A categoria pardo é muito criticada. Argumenta-se que pardo causa estranheza, rejeição, chegando a ser descrita como a “lata do lixo do censo”, “balaio de gatos”, invenção do IBGE. Outra crítica é de que pardo faz a junção indevida de categorias como mulato, caboclo, mestiço (Turra, 1998; Schwarcz, 1996). Entretanto o uso da categoria moreno não incorreria na mesma falha? Schwarcz (1996) valoriza o termo moreno, declarando: “Diferente do caráter inócuo do pardo, ou do lado frio das cores puras, moreno parece falar de uma condição e de uma espécie de afirmação”.

Para Osório (2003) o uso de moreno é um eufemismo na etiqueta das relações raciais. Ao se evitar o uso de preto, negro ou pardo na denominação de indivíduos,

evita-se alusão à sua condição racial, o que seria considerado depreciativo. Alega o autor que a reivindicação da morenidade “é uma das muitas faces do racismo e da persistência do ideal do embranquecimento”, e defende que a adoção de moreno traria problemas à classificação racial, aumentando a ambiguidade das categorias. Declara também que o termo pardo não é uma invenção do IBGE, pois faz parte de levantamentos populacionais no Brasil desde 1798.

A aparente indefinição da categoria pardo é relativizada por Osório, para quem são fluidas as fronteiras entre preto, pardo e branco, o que paradoxalmente amplia a objetividade da classificação, pois o que importa no Brasil é “apreender a situação do indivíduo classificado em seu microcosmo social, no contexto relacional que efetivamente conta na definição de pertença ao grupo discriminador ou discriminado” (Osório, 2003). Em suma não existe no Brasil uma categorização fixa ou imutável atribuída por terceiros; a classificação poderá ser considerada precisa dentro do contexto relacional do sujeito. Porém a identidade étnico-racial – sobretudo o sentimento de pertença – são de exclusiva assunção na construção da identidade pelo próprio sujeito. Logo é relativamente comum pessoas que ao se declararem negras, não sejam vistas assim por outros indivíduos.

Há um decréscimo do uso de moreno na observação de alguns pesquisadores. Queiroz (2001) ao entrevistar universitários, comparou as respostas à autoclassificação espontânea com aquelas à autoclassificação induzida, constatando que moreno foi declarado espontaneamente somente por 13% dos indivíduos – atrás de pardo, que atingiu 19,7% – e verificando que mais de dois terços dos morenos, ao se autoclassificarem na pergunta induzida, tenderam a se escurecer, reclassificando-se nas categorias pardo ou preto.

A permanência da categoria censitária pardo é defendida por Paixão & Carvano (2007) que ao descreverem dados da Pnad de 1997 e da PME de julho de 1998 declaram: “[...]com toda imprecisão contida nos sistemas oficiais de classificação de cor ou racial no Brasil, as categorias existentes refletem de forma aproximada a composição de cor ou racial da população de nosso país.” Devido à grande frequência da denominação moreno e seus gradientes nas duas pesquisas, foi observado que na PME os autoclassificados morenos, ao escolherem uma das categorias da pergunta fechada, distribuíram-se assim: 77% se reclassificaram

enquanto pardos, 6% enquanto pretos e 14% enquanto brancos . Já na Pnad a reclassificação escolhida pelos autotclassificados morenos foi: 67% pardos, 8% pretos e 22% brancos. Estes dados respaldam os autores que defendem a confiabilidade e consistência das categorias censitárias, embora reconheçam haver lacunas técnicas a serem aperfeiçoadas.

Na análise das tabulações avançadas do Censo de 2000, Petrucelli (2002) confirmou o decréscimo da escolha da categoria pardo, visto pelo movimento negro como sinal de que os brasileiros estariam assumindo mais as suas origens étnicas. Enquanto a população total aumentou 13,5%, as pessoas que se declararam pretas, brancas e pardas aumentaram, respectivamente, 40%,17% e 4%. O autor também verificou aumento da participação da categoria indígena e em menor proporção da categoria amarela, considerando haver um melhor delineamento dos indivíduos em grupos étnico-raciais . A categoria branco não foi discutida ou definida.

Bhopal& Donaldson (1998, apud Monteiro, 2004: 52) comentam não haver em estudos comparativos em saúde, de minorias raciais e étnicas, uma definição do termo branco ou caucasiano, sendo que este termo e outros como ocidental e europeu encobrem uma heterogeneidade na classificação do branco. Os autores consideram que para a criação de categorias mais adequadas, a serem utilizadas na identificação étnico-racial, figura a importância do mapeamento da ancestralidade, origem geográfica, local de nascimento, língua, religião, histórico de imigração entre outras características.

Para Bento (2008) a não definição da categoria branco implica a naturalização do seu significado, expressando uma condição humana universal, sendo invisibilizada sua conformação como grupo étnico-racial, ao qual se vinculam aspectos econômicos, políticos e identitários. O autor critica a substituição da expressão “questão racial” pela expressão “problema do negro”, como se o grupo branco não tivesse responsabilidades na origem e solução do problema do racismo.

É muito incipiente a discussão sobre o conceito de branquitude. Para Bento (2004) a falta da discussão deste termo relaciona-se à exclusão do negro, encoberta por uma identidade branca aparentemente neutra. A autora considera que “ser branco, muitas vezes, é não se reconhecer como parte indissociável do quadro que

gerou a desigualdade racial, bem como de sua reprodução contemporânea e de seu modo de funcionamento.” A afirmativa é complementada por Pizza (2000) ao discutir que entre brancos, no Brasil, a noção de racialidade não é desenvolvida, sendo que a suposta neutralidade da cor possivelmente é reforçada pelo fato de as pessoas brancas não viverem situações públicas ou privadas onde a sua cor é questionada. A autora preocupa-se com o significado de ser branco no Brasil e considera que existem poucos estudos acadêmicos sobre branquitude no país.

A definição de indígena nos dicionários não é representativa de todo debate que se configura hoje em torno da reconstrução das identidades das etnias indígenas. Na literatura consultada e nos artigos analisados, é muito pequeno o enfoque em torno destas categorias minoritárias. Apesar da sua pequena participação na composição étnico-brasileira, como também é o caso da população de origem asiática, em época de intenso discurso e ativismo em torno da diversidade, é questionável a não inclusão destes grupos minoritários em estudos mais amplos com recorte étnico-racial.

Quanto ao termo afro-brasileiro percebe-se ser muito pouco utilizado. Osório (2003) ao relatar o parecer da Comissão Consultiva do Censo de 2000, destacou que na PME de julho de 1998 somente 2,1% dos entrevistados se declararam com origem africana. Nesta PME foi incluído um quesito sobre origem, porém ao ser constatado que a maioria dos entrevistados considerou-se de origem brasileira, eventualmente adicionando origem portuguesa e italiana, este quesito teve a sua inclusão rejeitada. Petruccelli (2002) considera importante ampliar as pesquisas sobre aspectos da classificação com a origem, ancestralidade e percepções dos brasileiros, no cotidiano, em relação à sua raça/cor.

O termo afro-brasileiro, segundo Bento (2008), é um adjetivo pátrio extraído da Constituição Federal de 1988, o qual não enfoca o aspecto da aparência, e sim a marca da ascendência. O autor declara:

“Afro-brasileiro não designa não uma categoria geográfica, cromática ou genética, mas sim uma categoria política: é negro quem é tratado socialmente como tal. Ou em outra perspectiva, sendo descendente de africano, negro é”. (Bento, 2008)

3.4- Censo populacional

No Brasil, a partir de 1750, a Coroa Portuguesa realizou levantamentos da população livre e adulta, devido à necessidade de defesa do território. Posteriormente foram realizados diversos censos de cidades e localidades. O primeiro censo do Brasil foi programado para acontecer em 1852. Devido, porém, à revolta da população, para quem o censo intencionava escravizar os homens de cor, ele só ocorreu em 1872. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fundado em 1938, entende que:

“Os censos populacionais produzem informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimento, sejam eles provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo, e constituem a única fonte de referência sobre a situação de vida da população nos municípios e em seus recortes internos, como distritos, bairros e localidades, rurais ou urbanas, cujas realidades dependem de seus resultados para serem conhecidas e terem seus dados atualizados”.

Os censos de muitos países, conforme discutido por Nobles (2000), vêm aumentando a uniformidade de métodos estatísticos e procedimentos administrativos similares, baseados em diretrizes internacionais. Entretanto frequentemente os países não utilizam as mesmas categorias classificatórias e mesmo que as empregassem, elas geralmente não apresentariam o mesmo sentido. Os termos raça, cor, etnia, etnicidade, ou alguma combinação destes, dependem em grande parte de circunstâncias históricas. A compreensão do seu significado e aplicação nas políticas públicas demandam a análise de experiências nacionais específicas.

Paixão & Carvano (2007) observam que não há uma padronização internacional para identificação étnico-racial. A história e configuração da sociedade de cada país determina o seu próprio sistema de classificação. Brasil, EUA e África do Sul, no entanto, por terem em comum uma história de escravidão e discriminação racial, são mencionados de forma comparativa em diversos estudos.

A importância e o significado atribuído à raça é variável conforme o país e a época, sendo sua mensuração histórica, administrativa e politicamente construída. Os EUA foram o primeiro país a coletar raça no censo, estando incluída desde o primeiro censo de 1790. As leis dos direitos civis de 1964 e 1968 nos EUA,

estabeleceram a necessidade de informações sobre raça e etnicidade para o monitoramento da redução da discriminação racial. O US Office of Management and Budget (OMB) do EUA, padronizou então a classificação racial em 1977, a ser usada nas estatísticas das agências federais, incluindo o US Census. Desde então neste país as suas categorias classificatórias vêm mudando regularmente, não se repetindo mais do que em dois censos seguidos. Em 2000, nos EUA, foi utilizada uma nova classificação, constando cinco categorias para raça e duas para etnicidade, havendo a possibilidade de ser descrita outra opção, no formulário completo, no campo “some other race” (Travassos & Williams, 2004).

O Brasil faz parte de uma minoria de países que possui uma categoria para mestiços, informa Osório (2003). Entre os 92 países registrados no Banco de Dados Internacionais sobre População do Bureau de Censos dos EUA, apenas 20 possuem uma categoria para mestiços.

O movimento nos EUA que reivindica o reconhecimento de pessoas miscigenadas é realçado por Fry (2004), que considerou a grande oposição a este movimento como proveniente dos que temem perder acesso neste país às ações afirmativas. O mesmo autor discorda da proposta de se impor no Brasil uma taxonomia bipolar, semelhante à encontrada nos EUA. Apesar de tal taxonomia não ter sido adotada, o pesquisador declara que as políticas nacionais de saúde e também as cotas na educação e na composição de quadros de servidores em instituições públicas já aproximam o Brasil de um sistema birracial, na prática.

Pontua Bento (2008) que o primeiro censo do Brasil, em 1872, coletou a variável raça como subtópico da condição social de homens livres e escravizados. As categorias foram branco, pardo, preto e caboclo. O autor descreve o histórico dos Censos até o de 2000, destacando:

- 1- Não realização dos censos de 1880, 1910 e 1930. Ausência da coleta do quesito cor em 1900, 1920 e 1970.
- 2- Conjugação de autoclassificação e heteroclassificação até 1940. Em 1950 foi estabelecida a autoclassificação. Excetuando-se a ausência da

categoria pardo em 1890, permanecendo branco, preto, caboclo e mestiço, todos os outros censos a utilizaram na coleta do quesito cor.

- 3- Desde 1940 as categorias são as mesmas (preto, pardo, amarelo e branco); em 1991 foi acrescentada a categoria indígena e a variável cor, passou a ser cor ou raça.

Segundo Bento (2008) a suspensão do quesito cor do censo de 1970 seguiu a lógica da ditadura militar, que ao reforçar o mito da democracia racial e a indistinção da cor, obliterava a visão das profundas desigualdades raciais. Ao mesmo tempo, as principais lideranças do movimento negro foram cassadas e pesquisadores desta temática foram exilados. O comitê assessor do levantamento censitário alegou que a medida se justificava devido às diferenças culturais e regionais, assim como à miscigenação, que dificultaria a identificação da cor dos brasileiros. O mesmo autor assinala a importância do movimento negro e dos pesquisadores, que dentro do contexto de redemocratização em 1980, lograram o retorno do quesito. Em 1990 a campanha apoiada por militantes e intelectuais, liderada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), lança a campanha “Não deixe a sua cor passar em branco”, marcando a importância do recenseamento e do quesito cor na luta por um país igualitário (Bento, 2008).

De acordo com Paixão & Carvano (2007) todas as categorias raciais ou de cor são produtos de decisões individuais de autoclassificação, configurando identidades formuladas socialmente. Portanto os levantamentos populacionais sempre conterão lacunas, inevitáveis de serem completamente eliminadas, mas não fatais para os estudos das relações raciais. Osório (2003) refere que conceitos como etnia, raça, povo, tribo recebe em cada país os conteúdos locais. Logo em pesquisas internacionais são respeitadas as categorias classificatórias de cada país, pois a delimitação de grupos sociais depende da história de cada sociedade.

A importância e a finalidade do Censo são descritas no site do Censo Demográfico do Brasil de 2010:

“Em 2010, o IBGE realizará o XII Censo Demográfico, que se constituirá no grande retrato em extensão e profundidade da população brasileira e das suas características sócio-econômicas e, ao mesmo tempo, na base

sobre a qual deverá se assentar todo o planejamento público e privado da próxima década.”

O censo brasileiro em 2010 cobrirá cerca de 58 milhões de domicílios sendo utilizados dois questionários: o da amostra, a ser aplicado em uma fração dos domicílios ocupados, e o questionário simplificado, nos restantes. Qualquer morador poderá responder às perguntas do questionário por todos os demais daquele domicílio, havendo campo de identificação da pessoa que prestou as informações. Nos dois questionários há o quesito raça/cor. De acordo com a Lei nº. 5.534, de 14 de novembro de 1968, a prestação das informações é sigilosa e obrigatória.

As orientações para o preenchimento do quesito raça/cor, conforme declaração da pessoa recenseada, escolhendo-se apenas uma opção, descrita no Censo de 1991, e que serão as mesmas para o Censo de 2010, especificam-se abaixo:

- 1 – branca - pessoa que se enquadrou como branca;
- 2 – preta - pessoa que se enquadrou como preta;
- 3 – amarela - pessoa que se enquadrou como amarela (de origem japonesa, chinesa, coreana etc.);
- 4 – parda - pessoa que se enquadrou como parda ou que se declarou mulata, mestiça, cabocla, cafuza ou mameluca;
- 5 – indígena - pessoa que se enquadrou como indígena ou se declarou como tal, vivendo em aldeamento ou fora deste. Esta opção se desdobra em outras perguntas sobre sua etnia/povo e língua falada.

No ano de 2006, precisam Paixão & Carvano (2008), a distribuição de raça/cor da população brasileira era de 49,7% de brancos, 42,6% de pardos, 6,9% de pretos, 0,5% de amarelos e 0,3% de indígenas.

4- RECORTE ÉTNICO-RACIAL NA SAÚDE

4.1-Desigualdades Raciais

As desigualdades raciais no Brasil, visíveis nos indicadores socioeconômicos, obedecem a um *continuum* de cor que aumenta do polo mais claro ao mais escuro. Os indicadores aproximam os pardos dos pretos, sendo possível delinear dois grandes grupos que apresentam substanciais diferenças: os brancos e não brancos. Embora a pergunta “Qual a sua raça/cor?” compreenda um conceito cientificamente inválido, o de “raça”, a sua utilização como constructo social reforça e potencializa a descrição não de uma neutra cor de pele, mas a assunção de uma cor que carrega um significado social, mesmo que não seja claro para o próprio respondente.

Não se trata majoritariamente (para pretos e pardos) da sua inclusão consciente e clara em um grupo de pertença racial (negros), mas sim a sua exclusão de um grupo que, embora politicamente não reivindique uma identidade racial, é bem demarcado social e economicamente: o grupo branco. Embora a classificação oficial do IBGE possa ser realmente insuficiente para o conhecimento e reflexão sobre as diversas identidades étnico-raciais, o órgão cumpre o seu papel de monitoramento das desigualdades dos dois grupos ideológica e socialmente demarcados ao longo da história do Brasil.

Heringer (2002) afirma: “As desigualdades são graves e, ao afetarem a capacidade de inserção dos negros na sociedade brasileira, comprometem o projeto de construção de um país democrático e com oportunidades iguais para todos.” A autora subsidia a sua informação em pesquisas que trazem dados contundentes: em 1997 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de negros era de 0,573, enquanto o do conjunto da população brasileira era de 0,796; em 1996 a proporção de negros

entre as pessoas com 12 anos ou mais de estudo era de apenas 2,8%, quase quatro vezes menos do que os brancos na mesma faixa (10,9%), sendo os rendimentos desiguais mesmo quando negros e brancos apresentavam a mesma escolaridade, sobretudo no caso de instrução elevada.

Para Silva (2000) as diferenças de renda entre negros e brancos não são inteiramente explicadas pela origem social, localização geográfica, educação entre outros fatores. Embasado em estudos sobre discriminação no mercado de trabalho, o autor observa que os salários também são distintos conforme o sexo e a cor da pele.

Ao rever dados da Pnad de 1996, comparando estratos sociais e ocupacionais similares e tendo como eixo de análise a mobilidade social e a posterior aquisição de renda, o mesmo autor detectou em seu estudo: 1) os não brancos estão expostos a chances menores de ascensão social; as dificuldades para ascender aumentam com o nível do estrato de origem; e os nascidos nos estratos mais elevados estão expostos a riscos maiores de mobilidade descendente. 2) indivíduos pretos e pardos têm maior dificuldade para transformar em maiores rendimentos as suas realizações ocupacionais, pois, sistematicamente, num mesmo nível ocupacional, seus rendimentos, em média, são menores. Estes achados vão de encontro à afirmação de que a pobreza vivenciada pela grande maioria das pessoas de cor justifica-se pelo fato de essas pessoas serem oriundas de famílias que também eram pobres no passado (Silva, 2000).

A mobilidade social vertical diferenciada é analisada por Hasenbalg:

“Não só negros e mulatos nascem desproporcionalmente em famílias de baixo status social, como também desfrutam menores possibilidades de mobilidade social ascendente que os brancos da mesma origem social”.
(Hasenbalg, 1979)

O autor descarta o legado do escravismo como explicação das atuais relações raciais, considerado o racismo e a discriminação pós-abolição como as principais causas dos não brancos ocuparem posições sociais subalternas. Isto é: aos mecanismos de dominação de classes soma-se uma desqualificação peculiar que ocasionará desvantagens na competição por postos de trabalho e na ascensão social.

As desigualdades sociais para Guimarães (1996) se associam às discriminações raciais, piorando a situação do negro em todas as áreas do bem-estar social: renda, propriedade, ocupação, educação, saúde e segurança. O autor alerta que o grande problema para o combate a este quadro é a invisibilidade do racismo, o qual é reiteradamente negado e confundido com discriminação de classe.

Pretendendo situar as correntes existentes na história do pensamento relativo às relações raciais, Telles (2003) refere-se a três correntes: (1) há pouca ou nenhuma discriminação racial e grande fluidez entre as raças; (2) a discriminação racial apesar de ampla e generalizada é transitória; (3) a discriminação racial é estrutural e persistente. A identificação dos formuladores de políticas, movimento social e população em geral com os pressupostos das correntes de pensamento descritas, além do grau de importância atribuído, corresponderá à implantação ou não de ações e medidas voltadas para o combate das desigualdades raciais. O compromisso do governo brasileiro com as recomendações da Conferência de Durban intensificou a implantação das ações voltadas para a equidade étnico-racial.

Nos últimos anos o recente e polêmico debate sobre as ações afirmativas, em especial a partir da implantação das cotas raciais na universidade, trouxe a vantagem de ampliar para os diversos segmentos da sociedade brasileira o debate sobre discriminação, desigualdades raciais e identidade racial. Segundo Heringer (2002) as ações afirmativas se traduzem em iniciativas do Estado e da sociedade civil no enfrentamento da discriminação e das desigualdades raciais, com histórico de aplicação em segmentos de idosos, mulheres, deficientes e outros, não podendo ser vista como um “tema negro”, mas um meio de se buscar uma sociedade mais justa e igualitária.

4.2- A variável raça/cor no campo da saúde

Os indicadores socioeconômicos e demográficos, discorre Osório (2003), são cada vez mais reconhecidos como necessários para o planejamento, gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Os indicadores sociais dizem respeito a políticas de trabalho, educacionais, sociais e de saúde. Os indicadores são

elaborados a partir das bases de dados relativas a levantamentos populacionais, como censos e pesquisas domiciliares e registros administrativos, como declarações de óbito ou provas de exames públicos. Apesar de esforços do governo federal para a capacitação e melhoria da qualidade dos dados dos registros administrativos – em especial a inclusão de sexo, idade e raça – verifica-se ainda como deficitária a coleta dos referidos dados.

Ao abordar a incorporação da classificação racial nos cadastros públicos, Bento (2008) discute que, embora já esteja presente há muito tempo em alguns cadastros, ela ocorre de maneira desigual e desorganizada. Por um lado, despertou o interesse dos órgãos de segurança pública, por outro, não chamou a atenção de gestores da educação, saúde e trabalho. O autor chama atenção em especial para a estranha manutenção do quesito nas certidões de óbito e a sua supressão, desde 1975, das certidões de nascimento, sem justificativa de valor. Um dos marcos do movimento negro foi a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, que reuniu 30 mil pessoas em Brasília. Nesta ocasião, foi entregue ao Presidente da República documento reivindicando a inclusão do quesito cor em todos os sistemas de informação e cadastros públicos.

A divulgação dos dados relativos a raça/cor é criticada por Osório (2003), que a considera limitada, mesmo quando a coleta é de boa qualidade – os dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), por exemplo. O SIM e o Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC) foram implantados respectivamente em 1979 e 1990 a partir das recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), sendo o quesito raça/cor adotado por ambos em 1996.

No Sistema Nacional de Agravos Notificáveis (SINAN), o quesito cor foi incorporado somente em 2002. De acordo com informação da Secretaria de Vigilância em Saúde-MS, embora alguns estados tivessem um percentual elevado de não preenchimento do quesito, em 2003 apenas 10,3% do total dos óbitos do SIM no país não informavam a cor do indivíduo falecido. A autora considera que a informação do quesito cor faz parte do rol de informações necessárias para mapear as vulnerabilidades e desigualdades na população. Desta forma será possível cumprir o princípio de equidade previsto no SUS, sendo que a produção e a disseminação de

dados desagregados por cor permitirão monitorar e avaliar o impacto de políticas e ações junto aos diferentes segmentos populacionais (Lopes, 2007).

Para Chor & Lima (2005) há uma melhora contínua no preenchimento do campo raça/cor do SINASC e SIM. Em 2001 a proporção de ignorado foi de 11,9% no primeiro e de 13,7% no segundo sistema. Embora lembre das potenciais limitações dos dados, os autores afirmam que há um padrão semelhante em várias pesquisas: as categorias raciais predizem, de forma enfática, variações na mortalidade. A partir da análise dos dados destes dois sistemas de informação, os autores constataam que os piores indicadores de mortalidade – a distribuição etária ou a magnitude das causas evitáveis de óbitos (mortalidade materna p. ex.) – são referentes a pretos e indígenas. A raça amarela apresenta a menor proporção de óbitos em menores de um ano (3%) e a população indígena possui a maior mortalidade infantil relativa (17%). Pretos e pardos morrem mais do que os brancos, cujas respectivas taxas são 136,111 e 72 por 100 mil habitantes. As mulheres pretas, entre 40 e 69 anos, apresentam taxa de mortalidade por doenças cerebrovasculares (115 por 100 mil), cerca de duas vezes maior do que entre brancas (58 por 100 mil) e pardas (54 por 100 mil). A mortalidade por doença hipertensiva e por diabetes mellitus é muito mais expressiva em mulheres pretas (Chor & Lima, 2005).

A utilização do quesito raça/cor no cotidiano dos serviços de saúde é uma questão complexa, que carrega suscetibilidades e subjetividades pessoais e institucionais, demandando o desvelar das representações individuais sobre raça/cor e a busca de outras áreas de conhecimento para sua compreensão e debate.

Lopes (2007) recomenda que a implantação do quesito cor seja acompanhada da capacitação de profissionais, elaboração de materiais informativos específicos e mobilização de toda sociedade. Desta forma poderão ser evitados os equívocos apontados por Giovanetti (2007), que interpreta a identificação racial como uma medida discriminatória, o que prejudica a implantação e análise do quesito raça/cor nos serviços de saúde. Para a autora, outra ideia que precisa ser questionada entre os profissionais é a de que os piores indicadores da população negra são causados pela questão econômica, sem relação com a raça/cor.

Levantamento realizado nos serviços de atendimento às DST/AIDS do estado de SP, em 2004, verificou que apenas 55% das unidades realizavam a coleta da informação sobre raça/cor regularmente. A maior parte dos funcionários considerava a informação importante, porém delicada. Detectou-se então a necessidade de novas ações para esclarecimento das razões da coleta e a realização de treinamento específico para discussão das percepções e dificuldades dos funcionários em relação à temática raça/cor (Giovanetti, 2007).

Para Bento (2004) a implementação de políticas públicas de combate às desigualdades raciais depende especialmente do diagnóstico da condição de vida de negros e brancos. A introdução do quesito raça/cor nos cadastros públicos é uma reivindicação antiga e prioritária do movimento negro. Lopes (2007) endossa a importância deste quesito, já que a informação é essencial para a tomada de decisões, sendo sua falta impeditiva da implementação de políticas de igualdade racial, de combate à discriminação e ao racismo institucional.

A experiência de implantação do quesito raça/cor na cidade de São Paulo, iniciado em 1990, é descrita por Bento (2004). A autora relata que através de entrevistas com profissionais de saúde resgatou-se a história deste processo. As características em comum detectadas nas falas dos entrevistados foram: a presença fundamental de gestores negros em cargos de poder no processo de implantação de políticas de igualdade racial; a importância da capacitação de funcionários para um processo completo e eficaz de implementação; a relação de dependência entre a consecução ou bloqueio da implementação e a agenda político-partidária do governo; a negação da dimensão racial das desigualdades por parte de gestores brancos (Bento, 2004).

A inclusão e o preenchimento do campo para a identificação da raça/cor nos registros administrativos da área da saúde é muito variável, pois oscila conforme a instância de governo e a instituição ou unidade prestadora dos serviços de saúde. Na Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro (SMSDC-RJ), campo de inserção profissional da autora desta dissertação, embora já houvesse o campo cor nos impressos de matrícula e atendimento, seu preenchimento sempre foi deficitário. Levantamento da instituição realizado em 2008 verificou que no impresso denominado “Ficha Central”, utilizado nas matrículas dos pacientes em unidades

ambulatoriais, 49% não apresentavam o campo cor preenchido, embora já houvesse legislação específica neste município, tornando obrigatório o quesito cor nos prontuários médicos – Lei nº. 3506 de 16 de Janeiro de 2003. Posteriormente o sistema classificatório foi aperfeiçoado através da Lei nº. 4930 de 22 de outubro de 2008, vinculando-o às diretrizes e ao padrão do IBGE e estendendo-o a todos os impressos oficiais.

A antiga Assessoria de Promoção da Saúde /SMS-Rio realizou em dezembro de 2006 o II Seminário de Promoção de Saúde – Equidade em Saúde da População Negra, em parceria com a organização não governamental de mulheres negras Criola. Neste evento foram aprovadas estratégias para a implantação, no município do Rio de Janeiro, da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, e a utilização do quesito raça/cor figurou entre elas. Em 2007 iniciou-se o processo de discussão e instrumentalização dos profissionais, inclusive com a criação de material educativo específico, visando o cumprimento das estratégias. As ações foram reforçadas com a criação do Comitê Técnico de Saúde da População Negra – Resolução SMS nº. 1298 de 10 de setembro de 2007.

A maior vulnerabilidade de saúde da população negra neste município foi apresentada no Relatório Técnico (2008) deste órgão, que mostrou alguns dados: a taxa de mortalidade materna de 2006 para mulheres negras foi de 54,1% e a de brancas 34,8%; o pré-natal de 6% das mulheres negras não foi acompanhado, constatando com 2% das brancas que também não o fizeram; para cada óbito de brancos no RJ, devido à violência, ocorrem dois óbitos entre as pessoas negras.

Chor & Lima (2005) ressaltam a lacuna na agenda de pesquisas epidemiológicas no Brasil, em relação às desigualdades étnico-raciais em saúde. Uma etapa importante para a superação deste hiato é a inclusão do campo raça/cor em outros bancos de dados, do qual se possa permitir a análise da equidade na utilização de procedimentos diagnósticos e terapêuticos. As autoras declaram:

“ [...] em sociedades como a brasileira, na qual relações de classe são racializadas e relações sociais são dependentes da classe social, a pesquisa epidemiológica deve buscar elucidar o impacto, na saúde, das desigualdades sócio-econômicas e raciais.” (Chor & Lima, 2005)

A importância da discussão e apreensão do conceito de raça no trabalho em saúde é assinalada:

“Para que os profissionais de saúde possam aperfeiçoar o modo como incluem e trabalham “raça” como variável de seus modelos explicativos das desigualdades em saúde, é preciso que fundamentem suas discussões aparentemente técnicas, tendo como base os aspectos biológicos, históricos e políticos que interagem na construção do conceito de “raça” e sua utilização em distintos grupos sociais.”(Laguardia,2004).

A categoria raça tem sido extensamente utilizada nos estudos de saúde pública, revelam Travassos & Williams (2004) especialmente nos EUA, onde há uma vasta literatura que mostra raça como um importante preditor no nível de saúde. Já no Brasil existem poucos estudos sobre desigualdades raciais em saúde. Publicação do Institute of Medicine documentou que há uma ampla diferença na qualidade e intensidade do tratamento médico nos EUA, mesmo depois de ajuste para fatores de acesso, nível socioeconômico e severidade da doença. Ao analisar pesquisas brasileiras sobre mortalidade, atenção materno-infantil e autoavaliação de saúde, a autora destaca piores resultados para pretos e pardos quando comparados aos brancos. Não obstante houve importantes variações e especificidades entre estas duas categorias Travassos & Williams (2004) também descrevem que em parte dos estudos, após ajuste para nível socioeconômico, as diferenças não se mostraram estatisticamente significativas (Travassos, 2004).

Revisão bibliográfica de Monteiro (2004) da literatura internacional sobre saúde e etnia/raça verificou que um dos eixos de análise é o maior risco da população negra quando comparada com a branca na incidência de hipertensão arterial, diabetes mellitus e doença renal terminal (ente outros agravos). A hipótese de influência genética na sua gênese é controversa, pois as doenças em geral decorrem de fatores diversos, sejam históricos, econômicos e/ou psicossociais. A intensidade destes fatores e suas diferentes associações é que justificariam a especificidade destas doenças em negros, descartando-se então o determinismo genético. As desigualdades em saúde de grupos étnicos empobrecidos e marginalizados são derivadas de piores condições sociais e de vida associadas ao estresse psicológico e à baixa autoestima, gerados pela discriminação étnico-racial (Monteiro, 2004).

Fatores genéticos têm menos importância no adoecimento e mortalidade da população do que fatores ambientais. Há consenso entre autores de que o uso da variável raça/cor é útil apenas como marcador do risco de discriminação ou de exposições sociais. A autora considera que investigações sobre o papel da raça/cor na produção dos diferenciais em saúde contribuirão para a elaboração de políticas destinadas a reduzir as desigualdades em saúde (Araújo, 2009).

A análise sobre 192 artigos da revista *Health Services Research*, publicados no período de 1996 a 1990, e que por sua vez analisavam pesquisas em serviços de saúde, levantou que de 63% dos artigos que incluíram raça e etnicidade, nenhum apresentou definição explícita destes termos, os quais foram empregados de forma intercambiável, não se distinguindo nacionalidade, raça, ancestralidade e etnicidade (Williams, 1994 apud Laguardia, 2004:214).

As categorias raciais permitem mensurar parte da desigualdade e injustiça social, derivadas do racismo. Raça também é importante por fazer parte da formação identitária e ser um princípio organizador em sociedades racializadas. A atitude não racialista, adotada por alguns profissionais de saúde, não é uma garantia de antirracismo, sendo necessário desnaturalizar raça e ficar atento para o racismo científico presente em estudos epidemiológicos (Laguardia, 2004).

A grande questão do estudo sobre raça concentra-se na maneira como se constroem as diferenças e seus pressupostos dentro de hierarquias de valor e não na classificação racial. As causas fundamentais da desigualdade em saúde são as consequências psicossociais e econômicas decorrentes do preconceito e da discriminação racial (Laguardia, 2004).

A discriminação racial traz consequências à saúde porque é um dos fatores estruturantes das desvantagens econômicas e sociais; provoca exposição a ambientes menos saudáveis; causa assistência à saúde inadequada ou degradante. Nos EUA estudos epidemiológicos que utilizaram metodologia específica para aferir a associação da discriminação com hipertensão arterial, depressão e autoavaliação da saúde observaram um padrão consistente de desvantagem para negros que relataram experiências diretas de discriminação racial (Krieger, 2004 apud Chor & Lima, 2005:1592).

Segundo Chor & Lima (2005) a discriminação racial “[...] tem sido definida como tratamento diferenciado em função da raça (ou em função de outros fatores insuficientemente justificados) que coloca em desvantagem grupos raciais específicos.” As autoras relatam que pesquisa realizada em universidade do RJ estimou chance 50% maior de hipertensão arterial entre funcionários que se autoclassificaram como pretos, negros ou pardos, e que relataram experiência direta de discriminação racial, comparados ao mesmo grupo racial que não relatou esse tipo de experiência. A associação foi mais forte em funcionários com apenas o primeiro grau ou menos.

O racismo no Brasil é um fenômeno complexo, que se reafirma cotidianamente pela linguagem comum, sustentado pela tradição e cultura. Influencia a vida, o funcionamento das instituições e as relações entre as pessoas, constituindo-se em uma programação social que a todos afeta. Uma especificidade brasileira é o racismo velado, exercido através da elaboração de estratégias individuais e coletivas, menos evidentes de discriminação racial, porém muito danosas. Esta modalidade provoca uma sensação de impotência diante de uma situação não explícita de discriminação se equiparada à vivida pela agressão física. O racismo, o preconceito, a discriminação e a intolerância ferem, desequilibram e podem até matar (Lopes, 2007).

Os estudos de Araújo (2009) e Barbosa (1998), embora distanciados no tempo e realizados em diferentes cidades, demonstraram a grande disparidade do perfil de mortalidade entre a população negra e branca. O primeiro estudo relata que o número de anos potenciais de vida perdidos (APVP) foi 8,8 vezes maior para a população negra, enquanto o segundo mostra que no total de todas as causas de morte, a proporção por causas externas na população branca representou 11,4%, e na população negra, 23,4%. Barbosa (1998) também revela uma semelhança no perfil de mortalidade proporcional, por faixa etária, da mulher negra com o homem branco, o que contraria os diferenciais por sexo. A mesma autora alça o racismo como grande produtor de desigualdade em saúde e exclusão social, destacando que sociedade brasileira se pauta por classe, gênero e raça, excluindo os negros e as mulheres.

Recomendações importantes são estabelecidas por Travassos & Williams (2004) na realização de estudos que utilizem a variável raça: o uso de raça deve ser

justificado e a sua mensuração claramente conceituada; a coleta da informação sobre raça deve ser acompanhada de pelo menos uma ou mais variáveis socioeconômicas; a publicação de indicadores estratificados por raça deve apresentar o conceito de raça utilizado, as limitações e os possíveis vieses; a agregação de categorias, como preto e pardo, deve ser justificada e se basear na similaridade de outras variáveis sociodemográficas; não deve ser utilizada a cor da pele para identificar indivíduos da mesma origem geográfica e com marcadores genéticos em comum; a comparação de estudos entre os países deve levar em consideração as variações da forma de se mensurar raça, o uso de diferentes bancos de dados e a qualidade das informações (Travassos & Williams (2004).

A análise de Araújo (2009), referente à produção da literatura brasileira e internacional sobre a variável raça/cor e as desigualdades em saúde, constatou que a produção nacional tem: debatido raça/cor enquanto construção social; levantado evidências sobre a falta de equidade em saúde segundo essa variável; avaliado a disponibilidade e qualidade da informação sobre raça/cor em sistemas de registros oficiais; chamado a atenção para os problemas e limitações referentes aos métodos de classificação racial; contribuído para desmistificar a ideia de "democracia racial" no Brasil.

A pertinência da ampliação, no Brasil, das investigações no campo da saúde com recorte étnico-racial é frisada por Monteiro (2004), para quem a reflexão do papel do racismo como princípio classificatório e fator estruturante da estratificação social é deveras necessária e facilitadora da compreensão das iniquidades em saúde.

5- METODOLOGIA

Os estudos sobre raça desenvolvidos no Brasil a partir do final do século XIX utilizavam conceitos e métodos das ciências naturais, baseados nas teorias raciais deterministas e fomentados nas escolas de medicina e de direito. A transformação da temática raça em novo campo designado relações raciais ocorreu na década de 30. O marco foi a incorporação das metodologias das ciências sociais a estes estudos, destacando-se o ciclo de pesquisas da UNESCO. O conceito de raça abordado neste trabalho é consoante com o proposto por Guimarães (2003), que discute o conceito raça como categoria analítica e categoria nativa, na perspectiva da sociologia.

O presente trabalho utilizou como referencial metodológico a revisão bibliográfica sistemática, recorrendo à Internet e acessando a BIREME⁵ para levantamento de referências nas bases de dados do LILACS⁶ e do MEDLINE⁷, incluindo também os periódicos indexados no SCIELO⁸. A literatura científica abordada foi da área das ciências da saúde e incluiu pesquisas, estudos, teses, dissertações e monografias. Foram excluídos editoriais, conferências e anais de congresso. As referências selecionadas foram publicadas no Brasil e nos EUA, utilizando-se corte temporal de 2000 a 2009 para as publicações brasileiras e de 2005 a 2009 para a norte-americana. Esta diferenciação se justifica pelo maior espectro da publicação norte-americana quando comparada à do Brasil.

Na composição da chave de busca optou-se por não utilizar descritores, mas sim uma associação de termos: **((rac\$ or cor or etni\$) and (classific\$ or heteroclassific\$ or autoclassific\$ or hetero-classific\$ or auto-classific\$ or**

⁵ Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde- OPAS

⁶ Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde- BIREME

⁷ Literatura Internacional da área Médica e Biomédica- National Library of Medicine- EUA

⁸ Scientific Electronic Library Online -BIREME

terminol\$) and not (anima\$)). Os resumos foram selecionados através dos critérios de inclusão e exclusão descritos a seguir:

Quadro 2- Critérios de inclusão e exclusão para a seleção dos resumos das bases de dados MEDLINE, LILACS e SCIELO

Inclusão	Exclusão
Estudo foca diretamente ou indiretamente em seres humanos .	Idioma não acessível (outros além do inglês, espanhol e francês).
Pesquisa que inclua a classificação de raça,cor e etnia de sua amostra/população.	Referência sem resumo e/ou de interesse improvável.
Estudo com eixo de investigação ou análise em diferenças étnico-raciais e saúde.	Referências que não sejam artigos científicos , teses , dissertações, monografias (excluir editoriais, conferências e outros).
Estudo aborda conceitos, critérios e métodos relacionados a classificação de raça,cor e etnia.	Refere-se a raça,cor,etnia de forma genérica.
Artigos sobre pesquisas realizadas no Brasil mas publicadas em periódicos estrangeiros.	Estudos etnográficos ou que focalizem exclusivamente um único grupo étnico-racial.
	Artigos de publicações brasileiras que referem pesquisas realizadas fora do Brasil.

O desenvolvimento do trabalho de pesquisa abarcou duas etapas: a primeira realizou a caracterização dos resumos selecionados, procedendo-se a uma coleta cuidadosa e criteriosa das informações, devido às limitações e possíveis omissões e incompletudes do formato em resumo de um trabalho científico. A segunda etapa constou da leitura e análise detalhada do texto completo de artigos selecionados a partir da caracterização dos resumos. O critério de seleção desses artigos foi apresentarem objetivo ou foco temático relacionado a raça, cor e etnia. Para a caracterização dos resumos foi criada uma ficha específica (anexo1) e na análise dos artigos uma matriz de análise (anexo2).

A pesquisa no LILACS realizada em janeiro de 2010, sem restrição de corte temporal e de países – utilizando-se **(rac\$ or cor or etni\$) [Palavras do resumo] and (classific\$ or heteroclassific\$ or autoclassific\$ or hetero-classific\$**

or auto-classific\$ or terminol\$) [Palavras do resumo] and not anima\$ [Palavras] – encontrou 370 referências de trabalhos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restringindo-se aos trabalhos brasileiros e ao corte temporal previsto, foram selecionadas 102 referências.

A busca no MEDLINE, também em janeiro, sem restrição a países e cobrindo o período de 1997 a 2009, com a mesma chave em inglês, no campo de busca palavras (não há campo resumos), encontrou 4.785 referências. Diante da inviabilidade de leitura deste quantitativo, foi necessário adaptarem-se as palavras e os campos, estabelecendo então para o MEDLINE a seguinte chave de busca : **(rac\$ or ethn\$) [Palavras do tlytulo] and (classificat\$ or self-classificat\$ or interviewer-classificat\$ or terminolog\$) [Palavras] and not (anima\$) [Palavras]**. Desta forma foram encontradas 359 referências. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restringindo-se aos trabalhos norte-americanos e ao corte temporal previsto, foram selecionadas 78 referências (excluídos três trabalhos brasileiros que já tinham sido inclusos na busca do LILACS).

Em março, no SCIELO, após a aplicação da chave de busca padronizada e utilizando-se “método integrado” , “todos os índices” e “Brasil”, obteveram-se 321 referências, procedendo-se à leitura apenas de 175 resumos específicos da área das ciências da saúde. Depois da seleção dos resumos, da mesma forma que no LILACS, foram selecionados 57 trabalhos, sendo que 50 já inclusos na seleção do LILACS, acrescentando-se então 07 resumos novos para a primeira etapa do desenvolvimento do trabalho de revisão bibliográfica.

Posteriormente foi realizada, ainda em março, nova busca no LILACS para investigar se a mudança do campo resumo para o campo palavras, no conjunto **(classific\$ or heteroclassific\$ or autoclassific\$ or hetero-classific\$ or auto-classific\$ or terminol\$)**, acrescentaria significativamente novas referências. Ressalte-se que nesta nova busca houve uma limitação, no formulário avançado, a estudos do Brasil. Foram encontradas 428 referências que, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão e o corte temporal, reduziram-se a 132 resumos, ou seja, 30 referências novas, as quais não foram incluídas na etapa de caracterização dos resumos. Entretanto 3 artigos foram acrescentados para análise no seu texto completo .

A seleção dos resumos resultou em 31 trabalhos centrados na temática de raça, cor e etnia. Excluídas 2 teses, 29 artigos foram analisados na segunda etapa de desenvolvimento da presente dissertação. Nesta seleção estavam inclusas duas revisões, devido ao fato destas focarem temas relativo a diferenças étnico-raciais na saúde, elas foram mantidas.

6- RESULTADOS

6.1- Caracterização dos Resumos

O mapeamento dos 187 resumos selecionados encontrou 5 diferentes termos para se referir à classificação étnico-racial e grande diversidade de categorias utilizadas na identificação dos indivíduos (Tabela 1). Nos resumos brasileiros e norte-americanos o termo mais utilizado é **raça/grupos raciais**, atingindo cerca de metade dos artigos nos dois países. Entretanto é bom lembrar que os conceitos atribuídos a este termo podem ser substancialmente diversos. No tocante ao termo **cor** é contrastante o seu emprego entre os dois países: 23,8 % no Brasil e 2,5% nos EUA. Em relação ao termo **raça/cor**, este é recorrente no Brasil e não foi encontrado nos EUA. O termo **etnia** (etnicidade ou grupos étnicos) cobre 13,7% dos resumos brasileiros e 20,5% dos norte-americanos. A frequência do termo **raça/etnia** (ou raça/etnicidade) foi substancialmente diferente nos dois países: 5,5% no Brasil e 29,4 % nos EUA.

TABELA 1- TERMOS DE CLASSIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NOS RESUMOS DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DA ÁREA DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE BRASIL(2000-2009) E EUA (2005-2009)

RESUMOS				
TERMOS	BRASIL		EUA	
	N°	%	N°	%
Raça ou Grupos Raciais	51	46,7	37	47,4
Cor	26	23,8	2*	2,5
Etnia , Etnicidade ou Grupos Étnicos	15	13,7	16	20,5
Raça/Cor	8	7,3	-	-
Raça/Etnia ou Etnicidade	6	5,5	23	29,4
Não Descreve	3	2,7	-	-
TOTAL	109	100%	78	100%

*um associa cor e raça, outro associa cor e etnicidade

Nos resumos do Brasil (Tabela 2), foram utilizados 26 diferentes categorias de identificação étnico-racial, sendo apenas 8 categorias empregadas em 2 ou mais artigos: branco, negro, pardo, não branco, preto, caucasóide, amarela, negro (preto+pardo). Todas as 5 categorias instituídas pelo IBGE foram descritas (branco, preto, pardo, amarelo e indígena).

TABELA 2- CATEGORIAS ÉTNICO-RACIAIS DESCRITAS NOS RESUMOS DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DA ÁREA DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE - BRASIL(2000-2009)

BRASIL	
Branco/White	38 + 1
Negro	15
Pardo/Brown	14 + 1
Não branco	8
Preto	5
Caucasóide	5
Amarela	4
Negro(preto+pardo)	3
Mulato	2
Negróide	2
Não caucasiano	2
Mongolóide	1
Clara	1
Intermediária	1
Escura	1
Mestiço	1
Mista	1
Moreno	1
Melanodérmica	1
Indígena	1
Não indígena	1
Afro-brasileiro	1
Leucoderma	1
Light Mullato	1
Dark Mullato	1
Black	2

A US Office of Management and Budget (OMB) é um órgão federal dos EUA e suas diretrizes regulam os procedimentos para a classificação dos indivíduos nas estatísticas das agências governamentais e nos censos. Conforme descrito por Travassos & Williams (2004), a OMB padronizou 7 categorias a serem utilizadas na classificação oficial de raça/etnicidade. Destas, 5 são raciais (American Indian or Alaska Native; Asian; Black or African American; Native Hawaiian or other Pacific Islander; White) e 2 são para a etnicidade (Hispanic or Latino e Not Hispanic or Latino). Nos resumos norte-americanos foram encontrados 33 diferentes categorias para classificação étnico-racial, sendo 19 utilizadas em 2 ou mais artigos. As 5 mais freqüentes foram: white, black, african american, hispanic e asian (Tabela 3). Constatou-se que 11 categorias não oficiais foram utilizadas nos resumos, destacando-se a baixa frequência das categorias intermediárias mulatto e mestizo em apenas um artigo.

TABELA 3- CATEGORIAS ÉTNICO-RACIAIS DESCRITAS NOS RESUMOS DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DA ÁREA DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE - EUA (2005-2009)

EUA	
Categorias (33)	Frequencia
White	35
Black	24
African American	18
Hispanic	16
Asian	10
Chinese	5
Caucasian	4
Native American	3
American Indian	3
Black/African American	3
Caucasian American	2
Hispanic/Latino	2
Asian/Pacific Islander	2
Hispanic American	2
Non-White	2
Pacific Islander	2
Non-Nispanic Black	2
Non-Hispanic White	2
White/Caucasian	1
American Indian/Alaska Native	1
European American	1
White Non-Latino	1
Latino	2
Non-African American	1
Multiracial Hispanic	1
Multiracial Non-Hispanic	1
Mulatto	1
Mestizo	1
Mexican	1
Chinese American	1
Felipino	1
African-Origen Groupe	1
Alaska Native	1

* Malay (2), Indian (2), Native and Dutch (1), Non Native Western(1), Non-Native Non-Western (1) , Han (1), Uygur (1), Druze (1), Arab(1), Munda (1), Pod(1) (Categorias não consideradas nesta tabela por não serem características da população norte-americana).

Nos resumos brasileiros as 7 categorias de classificação étnico- racial mais frequentes são referidas simultaneamente como raça, cor ou etnia. Portanto branco, negro e pardo simultaneamente são referidos como uma raça, uma cor ou uma etnia; preto pode ser uma raça ou uma cor; caucasóide e amarelo tanto podem ser uma raça como uma etnia e não branco é referido como raça e cor. (Tabela 4).

**TABELA 4- DISTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS ÉTNICO-RACIAIS POR TERMO DE CLASSIFICAÇÃO
RESUMOS DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DA ÁREA DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE - BRASIL(2000-2009)**

	Raça	Cor	Etnia	Raça/ Cor	Raça/ Etnia	Não Descreve
Branco	18	7	7	4	1	1
Negro	9	5	1			
Pardo	3	6	2	3		
Não branco	5	3				
Preto	2			3		
Caucasóide/Caucasiano	4		1			
Amarela	3		1			
Negro(preto+pardo)				2	1	
Mulato	2					
Negróide	1		1			
Não caucasiano						2
Mongolóide	1					
Clara		1				
Intermediária		1				
Escura		1				
Mestiço			1			
Mista	1					
Moreno	1					
Melanodérmica		1				
Indígena					1	
Não indígena					1	
Afro-brasileiro			1			
Leucoderma	1					
White	2					
Light Mullato	1					
Dark Mullato	1					
Black	2					
Brown	1					

Nos resumos norte-americanos (Tabela 5), destacando-se as cinco categorias mais frequentes: white, black, african american, hispanic e asian percebe-se que há uma forte concentração destas no termo raça, havendo entretanto uma distribuição bastante expressiva nos grupos raça/etnia e raça/etnicidade.

TABELA 5- DISTRIBUIÇÃO DE CATEGORIAS ÉTNICO-RACIAIS POR TERMO DE CLASSIFICAÇÃO
RESUMOS DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DA ÁREA DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE - EUA (2005-2009)

Categories	Raça	Cor	Etnia	Raça/ Cor	Raça/ Etnicidade
Black/African American	2				1
White/Caucasian	1				
White	21		6		8
African American	11		3		4
Chinese	1		3		
Black	13	1	3		7
Hispanic	7		3		6
Non-Hispanic Black	1				1
Non-Hispanic White	1				1
Asian	4	1	2		3
Caucasian	4				
American Indian/Alaska Native	1				
Asian/Pacific Islander	1				1
European American	1				
White Non-Latino		1			
Latino		1			1
Malay			2		
Indian			2		
Non-African American					1
Nigerian					1
European					1
Native American	1				2
Hispanic/Latino					2
Multiracial Hispanic					1
Multiracial Non-Hispanic					1
Native and Dutch			1		
Non Native Western			1		
Non-Native Non-Western			1		
Mulatto			1		
Mestizo			1		
Mexican			1		
Caucasian American	1		1		
Chinese American			1		
Hispanic American			1		1
Non-White	2				
Pacific Islander	1				1
Han	1				
Uygur	1				
American Indian	1		1		1
Felipino			1		
Druze			1		
Arab			1		
African-Origen Groupe			1		
Munda	1				
Pod	1				
Alaska Native					1

Nas Tabelas 6 e 7 pretendeu-se conferir se os conjuntos completos de categorias descritas nos resumos foram iguais às estabelecidas pelo IBGE e OMB. O valor deste ponto de análise é devido ao fato de as categorias definidas em um estudo serem inter-relacionadas. O mesmo indivíduo poderá ser classificado ou se auto-classificar na mesma ou em outra categoria, em diferentes estudos, conforme o leque de categorias definidas em cada um deles. Portanto foram listados conjuntos completos de categorias, extraídos apenas dos resumos que explicitaram todas as categorias definidas para a caracterização de sua amostra/população. No Brasil, de 19 conjuntos, apenas 4 eram integrados por categorias oficiais do IBGE; todos os outros conjuntos tinham uma ou mais categorias não oficiais. Nos EUA, de 23 conjuntos, 9 eram formados por categorias padronizadas pelo OMB. Diante da falta de uniformidade detectada, pergunta-se em que medida, nos trabalhos científicos, a comparação de resultados relacionados a diferenças étnico-raciais terá validade e confiabilidade.

TABELA 6- GRUPOS COMPLETOS DE CATEGORIAS DE CLASSIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NOS RESUMOS DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DA ÁREA DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE -BRASIL(2000-2009)

BRASIL (N 19)
Branco, não branco
Preta, parda, amarela, branca
Negro, branco
Indígena, não indígena
Caucasiana, afro-brasileira
Caucasiana, parda, amarela
Branca, negra (preta+parda)
Branca, amarela, pardos, negros
Branca, mista, negra
Caucasóide, negróide, mongolóide
Branco, mulato, negro
Clara, intermediária, escura
Branca, negra, parda
Amarelo, branco, negróide
Pardo, branco, negro, mestiço
Branco, pardo, preto
Caucasóides, mulato, negro
White, Black, light mulatto, dark mulatto
Brown, white, black

OBS: Selecionados apenas os resumos que descreveram **todas** as categorias utilizadas na identificação

TABELA 7- GRUPOS COMPLETOS DE CATEGORIAS DE CLASSIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL DESCRITAS NOS RESUMOS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DA ÁREA DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE - EUA (2005-2009)

EUA (N 23)
White, african american, hispanic, asian, black
Black, white,
White, nonwhite
African american, white, asian, native american, pacific islander
Han, uygur, american caucasian*
Black*
Hispanic, non-hispanic white, non-hispanic black
Asian/pacific islander, Black/african american, native american, white, hispanic/latino
White, asian, black, american native, latino
White, african american
Black/african american, white/caucasian
White, chinese, black, hispanic
White, black, asian
African american, caucasian
White, black, american indian/alaska native, asian/pacific islander
African american, european american
White non-latina, black, asian, latina
Malay,Chinese, Indian*
African American, non-african american
African American, Nigerian*
Black, white, hispanic
Hispanic/latino, multiracial hispanic, multiracial non-Hispanic
Native and Dutch, Non Native Western, Non-Native Non-Western*
Hispanic, black, mullato, mestizo, mexican, white
Caucasian american, chinese american, african american, hispanic american,
African american, hispanic, white, asian
White, black, hispanic, chinese
Black, white,asian, hispanic, american indian, chinese, felipino
Druze, arab*

Obs: Selecionados apenas os resumos que descreveram **todas** as categorias utilizadas na identificação étnico-racial da amostra/população.

*Não considerados para esta tabela.

Nos resumos do Brasil, 59,6% descreveram categorias de classificação étnico-racial e 11% explicitaram critérios e métodos de classificação, enquanto nos EUA 73% dos resumos descreveram categorias e 16% a forma de classificação. Entretanto não se possa afirmar que a ausência da descrição dos métodos nos resumos signifique a sua falta no próprio estudo (para isso seria necessário examinar o artigo completo), porém é significativa a valorização dada aos critérios e métodos de classificação, pelos estudos que priorizaram a descrição desta informação ainda no resumo (Tabelas 8 e 9).

Os critérios e métodos de classificação nos estudos brasileiros em frequência decrescente foram: autotransclassificação (4); autotransclassificação e classificação do entrevistador (2); cor da pele (2); cor da pele e antecedentes familiares (1); questionário autoaplicável (1); e cor da pele e número de ancestrais da raça negra (1); características antropológicas e informações sobre ancestrais (1). Nos EUA foram: autodeclaração (6); autodeclaração, marcadores genéticos, ancestralidade (2); registro médico, autodeclaração (2); registro de banco de dados, autodeclaração (1); marcadores genéticos, cor e ancestralidade (1); sobrenome (1). Na comparação entre os dois países há diferenças marcantes: uma é o uso expressivo de marcadores genéticos como método de classificação nos EUA, sem aparecer nenhuma vez no Brasil; outra é a preponderância do critério cor da pele na classificação pelo último, ao passo que nos EUA o mesmo foi empregado apenas uma vez. Em relação ao método de classificação, os EUA utilizaram a autotransclassificação em quase todos os estudos que descreveram métodos e critérios de classificação, enquanto o Brasil a utilizou em cerca de metade de seus estudos.

Nos EUA, ao contrário do que se verifica no Brasil, há uma tradição de estudos com foco em temáticas étnico-raciais raciais , o que foi confirmado na caracterização dos resumos. Dos estudos norte-americanos 93,5% estavam voltados para esta temática, contrastando com 25,6% do Brasil (Tabelas 8 e 9). Nos resumos brasileiros e norte-americanos respectivamente 55,9% e 41% estão focados na investigação de temáticas da área da medicina, com ênfase na investigação de doenças. Os outros temas que apresentam diferenças de investimento entre Brasil e EUA respectivamente são : os estudos genéticos e bioquímicos, cobrindo 4,5% e 11,5% ; odontologia com 10,1% e 2,5% ; temas psicossociais com 1,8% e 7,6% e avaliação nutricional com. 5,5% e 2,5%. Os demais focos temáticos apresentam correspondência entre os dois países (Tabela 10).

**TABELA 8- PERFIL DOS RESUMOS DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DA ÁREA DAS
CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL(2000-2009)**

Caracterização	N	%	Total
Descreve categorias de classificação étnico-racial	65	59,6	
Utiliza amostra de indivíduos/população	98	89,9	
Foco em questões relativas a raça,cor e etnia	28	25,6	
Descreve critérios e métodos de classificação étnico-racial	12	11,0	
			109 (100%)

**TABELA 9- PERFIL DOS RESUMOS DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DA ÁREA DAS
CIÊNCIAS DA SAÚDE NOS EUA (2005-2009)**

Caracterização	N	%	Total
Descreve categorias de classificação étnico-racial	57	73,0	
Utiliza amostra de indivíduos/população	62	79,4	
Foco em questões relativas a raça,cor e etnia	73	93,5	
Descreve critérios e métodos de classificação étnico-racial	13	16,6	
			78 (100%)

TABELA 10- FOCOS TEMÁTICOS NOS RESUMOS DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DA ÁREA DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE - BRASIL(2000-2009) E EUA (2005-2009)

Focos Temáticos	BRASIL		EUA	
	N	%	N	%
Medicina	61	55,9	32	41,0
Odontologia	11	10,1	2	2,5
Teórico-conceitual	10	9,1	8	10,2
Saúde da Mulher	6	5,5	4	5,1
Avaliação Nutricional e Obesidade	6	5,5	2	2,5
Genética / Bioquímica	5	4,5	9	11,5
Psicossocial	2	1,8	6	7,6
Perfil e Avaliação de Serviço e clientela	4	3,6	3	3,8
Perfil de Mortalidade	4	3,6	3	3,8
Outros	-	-	9	11,5
Total	109	100%	78	100%

6.2- Análise dos Artigos

A matriz de análise configurada com os 29 artigos selecionados possibilita traçar os eixos históricos, políticos, ideológicos e sociais que permeiam o desenvolvimento dos estudos com recorte étnico-racial na saúde. Também nesta configuração, aspectos metodológicos das pesquisas e procedimentos técnico-institucionais são problematizados e discutidos.

6.2.1- Perfil da produção científica

Os artigos foram publicados em 22 periódicos, a maioria da área biomédica, seguida da área de saúde coletiva/pública. Entretanto o periódico que mais

apresentou artigos (5) foi um da área de saúde coletiva. Ressalte-se, aqui, que a maior parte dos periódicos apresentou apenas 1 artigo (Quadro 3). Instituições de pesquisa de 11 cidades subsidiaram os estudos, destacando-se São Paulo com 9 artigos, seguido de Salvador, Rio de Janeiro e Pelotas respectivamente com 4, 3 e 2 estudos.

QUADRO 3- DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS POR PERIÓDICOS

PERIÓDICOS	PERÍODO	Nº de ARTIGOS
História,Ciências,Saúde	2005	1
Cadernos de Saúde Pública	2005-2009	5
Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia	2001	1
Ciência e Saúde Coletiva	2005	1
Rev Ass Med Brasil	2001 e 2009	2
Revista Sul-Brasileira de Odontologia	2004	1
Estudos Avançados	2004	1
Arq de Gastroenterologia	2006	1
PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva	2004	1
Saúde Soc.	2007	3
Brazilian Journal of Urology	2002	1
Arq. Neuropsiquiatria	2007	1
Estud. Psicol.	2005	1
Revista Baiana de Saúde Pública	2004	1
Psico (Porto Alegre)	2003	1
Revista de Saúde Pública	2008	1
Anais Brasileiro de Dermatologia	2008	1
Revista Brasileira de Medicina	2009	1
Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia	2000	1
Jornal de Pediatria	2002	1
Brazilian Journal of Medical and Biological Research	2004	1
Acta Ortopédica Brasileira	2003	1
Total		29

Os artigos foram distribuídos pelo seu foco temático principal, 17 voltados para diferenças étnico-raciais e saúde, 4 relativos a perfil de mortalidade, 5 sobre conceituação/classificação étnico-racial e 3 voltados para a investigação de aspectos psicossociais. Em relação à metodologia, a maior parte são estudos epidemiológicos, havendo também ensaios teóricos e estudos qualitativos (Quadro 4).

QUADRO 4- FOCO TEMÁTICO PRINCIPAL DOS ARTIGOS

Tema	Estudo Epidem.	Ensaio Teórico	Estudo Qualit.	Revisão	Total
Diferenças étnico-raciais e saúde	12	02	01	01(liter.) 01(ens.clíni.)	17
Diferenças étnico-raciais e perfil de mortalidade	04				04
Conceituação e classificação étnico-racial	03	01	01		05
Aspectos psicossociais			03		03
Total	19	03	05	02	29

6.2.2-Conceituação de raça, cor e etnia

Nos artigos analisados (Quadro 5), 9 comentaram ser frequente a ausência ou inconsistência conceitual dos termos raça, cor e etnia na literatura do campo da saúde e/ou referiram que existem dificuldades conceituais, subjetividade e complexidade na sua definição e classificação.

Na maioria dos artigos não há explicitação clara do conceito de raça, cor e etnia que oriente o trabalho. Transparecem em parte dos estudos ideias e percepções genéricas, desarticuladas, sem haver definição de um conceito. Entretanto a partir do detalhamento e análise destes aspectos, mesmo dos mais difusos, foi possível levantar a clássica divisão entre o conceito biológico e o social.

Em 17 trabalhos os autores problematizam a conceituação ou comentaram, mesmo superficialmente, questões sociopolíticas na busca da apreensão conceitual da raça/cor e etnia, o que parece configurar uma escolha ou aproximação de um conceito sociológico. Parte expressiva destes autores, entretanto, permanece numa ambivalência de referências conceituais: em apenas 8 artigos há uma clara definição e eleição de raça, cor e etnia como um conceito sociológico. Cerca de 7 artigos valorizam aspectos relacionados à biologia e à genética na abordagem da variável raça, sem contudo assumir e definir claramente um conceito biologicista.

Um pequeno número de artigos utiliza a variável em questão sem traçar nenhum comentário que sugira aproximação a algum conceito. Para este grupo de autores, todos relacionados a pesquisas médicas, raça parece ter um conceito unívoco e absoluto, transparecendo portanto a incorporação de um conceito biologicista. Isto pode ser inferido da ausência de qualquer aspecto conceitual e do próprio delineamento destes estudos.

QUADRO 5- ASPECTOS CONCEITUAIS EM RELAÇÃO À RAÇA, COR E ETNIA

1ª Autor	Aspectos
1-Lopes	-Refere aspectos genéticos, ambientais e comportamentais.
2-Batista	-População negra como uma construção sócio-cultural.
3-Lopes	-Não aborda.
4-Latado	- Raça/etnia envolvem dificuldades conceituais.
5-Ribas	- Utiliza a expressão “bem definidas geneticamente” ao se referir a populações, mas não a conceitua. -Classificação racial envolve grandes dificuldades no Brasil.
6-Romero	-“Raça é uma característica estritamente subjetiva”.
7-Rosemberg	-Discute a importância da pertença racial.
8-Laguardia	-Relaciona as definições de raça pelo seu caráter biológico e pelo seu caráter social. Define etnicidade. -Critica os argumentos científicos que vinculam uma diferença fenotípica a uma essência biológica de raça. Raça é um constructo social. -Discute questões éticas e o uso político da noção biológica de raça. -Refere racialização.
9-Maio	-Falta de consistência conceitual das categorias raça e etnia, ausência de definição comum na produção científica da área de saúde. -Raça/etnia como uma construção sócio-cultural.
10-Martins	-Inclui raça nas causas da pobreza e da falta de oportunidades. -Aborda aspectos sociais relacionados à raça.
11-Brandão	-Não aborda.
12-Costa	- Raça como uma noção no qual são utilizadas características fenotípicas para classificar pessoas. Enfatiza que estas características só possuem significado no interior de uma ideologia pré-existente. -Raça está conectada a idéia de sangue, associada ou substituída pela idéia de gene. - Refere racialização.
13-Santos	-Raça como hierarquização e raça como consciência política.
14-Bastos	-Destaca problemas e dificuldades do uso acrítico da variável raça e a ausência de clareza conceitual nas pesquisas em saúde. -Cor/raça como um processo de negociações de identidade.
15-Antonopoulos	-Não aborda.
16-Lotufo	- Discute raça como um substituto de condições sociais precárias.
17-Filho	-Analisa e discute discursos sobre raça a partir do eixo diferencialismo x universalismo.
18-Barreto	-Tem como referência conceito de raça baseado em hereditariedade e afinidades genéticas. -Relata que apesar do uso freqüente de raça em pesquisas clínicas e epidemiológicas a sua caracterização é pouco clara.

	-O conceito de raça se amplia quando se aliam aspectos políticos,religiosos, econômicos, étnicos etc.
19-Tatsch	-Define grupo étnico : “ um tipo organizacional culturalmente diferenciado dos outros, respaldado na idéia de descendência comum”.
20-Bastos	-Atribuição de cor/raça é complexa , depende do contexto social e de características físicas pessoais.
21-Silva	-Rejeita um entendimento biológico para raça, considerando-a uma categoria política, discute raça como uma construção social.
22-Alchorne	-Apresenta aspectos dos conceitos de raça e descreve características para a sua identificação: morfologia, genética, ancestralidade. Refere conceito social de raça e a diferencia de etnia, conceituando a última.
23-Quagliato Jr	-Refere a dificuldade de estabelecer raça como variável epidemiológica devido a miscigenação ; definir raça pela cor da pele pode ser pouco acurado.
24-Imbiriba	-Raça/etnicidade é uma categoria de análise relevante nos estudos epidemiológicos voltados para as desigualdades sociais.
25-Souzas	- Aborda aspectos sociais e políticos relacionados à raça.
26-Novaretti	-Atribui à influência genética diferenças nos resultados.
27-Preto	-Não aborda.
28-Gattás	-Diferenças entre as raça são tênues, não claramente definidas , sendo especialmente difícil no Brasil a acurácia de uma terminologia para cor. -Utiliza a expressão “étnicamente bem definidos” ao se referir a grupos mas não a conceitua.
29-Neto	- Não aborda.

6.2.3- Metodologia na classificação de raça ,cor e etnia

a) Os termos de classificação

Os termos classificatórios raça, cor e etnia e/ou suas derivações, na grande maioria dos 29 artigos foram sobrepostos, com exceção de 3 artigos que estabeleceram único termo, em todos os outros 26, foram utilizados 2 ou mais termos conjuntamente. O uso de raça surgiu em 20 artigos, o de cor em 10 e a associação raça/cor também em 10 artigos. Os outros termos foram: etnia, grupos raciais, raça/etnia, grupos étnico-raciais, grupos étnicos, origens étnicas, origem étnico-racial, raça/cor/etnia, minoria étnica, etnicidade, identidade étnica, raça/etnicidade, tipo racial. Totalizando 16 denominações utilizadas de forma sobreposta e em sua grande maioria com os significados não explícitos, parecendo ser usados quase sempre como sinônimos.

b) Os critérios e métodos

Dos 21 estudos que utilizaram amostra/população, 13 estabeleceram os critérios utilizados e 19 os métodos de classificação. O critério mais utilizado nos artigos (12) foi a observação da cor da pele e dos traços fenotípicos, sendo critério preponderante na heteroclassificação. Já na autoclassificação, além da cor, outros critérios são possíveis (características físicas, ancestralidade, histórico familiar, correspondência étnico-cultural, características socioeconômicas etc.), refletindo maior variação de categorias. Em 2 estudos foram utilizados os critérios de para avaliação da cor. Segundo Santos (1996) a classificação de Krieger utiliza a avaliação da pigmentação do abdome, cor e tipo de cabelo, conformação do nariz e lábios, classificando os indivíduos em branco, amarelo-claro, amarelo-escuro, mulato claro, mulato médio, mulato escuro e preto.

O critério da ancestralidade também foi associado ao critério cor em 3 estudos. A ancestralidade foi abordada de diferentes formas pelas 3 pesquisas que também a utilizaram como critério de identificação. Em 2 estudos foi descrita a necessidade de todos os pais e avós serem brancos ou negros para definir a identificação de branco ou negro. Dentre estes, no que se refere à categoria mulato, um descreveu a necessidade de se ter ancestrais (pais e avós) negros, mas não todos. O terceiro estudo citou a reclassificação da amostra através da raça dos pais e avós, mas sem especificar detalhes. Um, dentre os 3, apontou uma razoável concordância ao comparar a informação sobre raça baseada nos ancestrais com a informação obtida de entrevistadores treinados que utilizaram a autodeclaração.

Apenas no artigo de Tatsch (19) foi utilizado apenas o critério de origem étnica, ao investigar a descendência alemã e italiana reportada à imigração de tataravós e bisavós dos entrevistados. Procedeu-se também ao preenchimento de uma ficha de identificação étnica e cultural da amostra, levantando-se hábitos e costumes.

A identificação do sobrenome foi utilizado na seleção de amostra populacional de indígenas, Imbiriba (24) utilizou como recurso classificatório a atribuição da origem indígena através do sobrenome. Em outro artigo, foi citada uma pesquisa no estado da Bahia onde foi observada forte associação de pacientes

classificados como negros e mulatos, com sobrenome de conotação religiosa – característica da ancestralidade africana.

Quanto aos métodos, houve preponderância da heteroclassificação, atingindo 11 artigos, sendo a autoclassificação utilizada em 4 e ambos métodos em 3 artigos. Verificou-se em parte expressiva das pesquisas, inconsistência e/ou lacunas teórico-metodológicas para a eleição dos critérios e métodos de classificação étnico-racial.

As categorias de classificação étnico-racial

De todos os artigos analisados apenas seis artigos apresentaram definições das categorias utilizadas, as quais são descritas abaixo:

- Mulato- equivalente a moreno claro
- Melanoderma- cor negra/ escura.
- Leucoderma- cor branca/ clara.
- Feoderma- cor parda.
- Xantoderma- cor amarela.
- Black- indivíduo com cor de pele black, cabelo ou outra característica típica da raça black.
- Yellow- indivíduo com características orientais.
- White- outros indivíduos.
- Pardo- fruto da miscigenação entre índios, brancos e negros, ou seja, pessoas com ancestralidade indígena, europeia e africana.
- Negro- indivíduo com todas as características antropológicas negróides e todos os ancestrais negros.
- Caucasóide- indivíduo com todas as características antropológicas e todos os ancestrais caucasóides.

- Mulato- indivíduo com pelo menos uma característica antropológica negróide, mas não todas, e/ ou pelo menos um dos ancestrais negro, mas não todos.
- Pardo- indivíduo com cor de pele intermediária entre branco e black*.
- Mulatos ou pardos- termos oficiais para designar os mestiços de origem africana e europeia.
- Moreno- significa pele mais escura, bronzeada ou cabelo escuro, pode ser aplicado para indivíduos de qualquer origem étnica e não é um termo oficial usado na classificação de grupos étnicos.

c) A aglutinação de categorias

De acordo com o padrão do IBGE, apenas a categoria preto é utilizada na classificação dos indivíduos, negro para este órgão se refere a agregação de pardos e pretos. Negro foi definido em três resumos como agregação de pardos e pretos, evidenciando uma orientação técnica ou política. Embora esta agregação sofra controvérsias, é uma padronização do IBGE e diversos órgãos governamentais utilizam esta junção em seus relatórios.

A aglutinação de diversas categorias de classificação étnico-racial segundo diferentes critérios ocorreu em 14 artigos. Embora 3 destes não tenham utilizado amostra, orientaram o desenvolvimento do seu trabalho baseados nesta premissa de aglutinação. A junção de preto + pardo = negro foi a mais comum, sendo que parte justificou a aglutinação por ser procedimento do IBGE e outros artigos procederam à junção sem justificativa.

Parte dos artigos teve como critério de aglutinação categorias representativas de uma descendência fenotípica negra. É o caso das associações mulato + negro = negróide; negro + preto + moreno + mulato + pardo expressando ancestralidade negra; mulato + negro; negro + pardo = negro. Uma menor parte indicou dois outros critérios: o baseado na negação/exclusão do não ser branco (preto + pardo = não branco ; black + mulatto + asian origen = non -caucasian) e o baseado em um gradiente de cor de pele (branco + mulato claro= clara; mulato médio= intermediária; mulato escuro+ preto = escura).

Quase todos os estudos que adotaram e/ou defenderam a aglutinação de preto + pardo = negro também realizaram análises desagregadas em outras categorias, preponderantemente usando pardo. Apenas 2 pesquisas que não utilizaram categorias intermediárias descreveram achados unicamente para negro x branco e white x black .

Na literatura discutida nos artigos e em algumas pesquisas há referência à aglutinação das categorias em dois polos: a categoria alvo x os não alvo – é o caso de negros e não negros, brancos e não brancos, indígenas e não indígenas. Aparentemente a lógica é a conformação de uma identidade étnico-racial “bem delimitada” com um conjunto não delimitado de diversas outras identidades amalgamadas. Parece que desta forma os achados da pesquisa são válidos apenas para a identidade em questão, pois as outras identidades configuram uma massa não reconhecível. Entretanto para efeitos de comparação e análise seria importante o reconhecimento e delimitação da outra população.

d) Considerações sobre a classificação de raça, cor e etnia

Em cerca de metade dos artigos foram mencionados de forma pontual e genérica aspectos relacionados a classificação étnico-racial, poucos estudos analisaram com maior profundidade as questões . Abaixo são descritos os pontos principais :

- Há subjetividade na classificação através da cor da pele e dificuldades na identificação das pessoas em categorias intermediárias entre o preto e o branco. A terminologia de identificação pode variar entre as regiões do Brasil, entre as áreas urbanas e rurais, assim como pelo entrevistado e entrevistador. Esta variação deve-se a diferentes percepções das diferenças da cor da pele e ao contexto cultural das palavras utilizadas para denominar as categorias classificatórias;

- As diferentes terminologias, critérios e métodos de classificação dificultam a comparação entre pesquisas, principalmente entre países com diferentes experiências e histórico de relações raciais. As diferenças ao se comparar os resultados de pesquisas com a literatura podem ser atribuídas à mistura racial dos

brasileiros e ao uso de diferentes métodos de classificação nas pesquisas e nos levantamentos populacionais;

- Os dados sobre raça/cor colhidos através de diferentes métodos – como é o caso do censo que utiliza a autoclassificação e o SIM que utiliza a heteroclassificação – podem apresentar diferenças. O fato de existir dificuldade de entendimento da classificação de raça/cor pelos profissionais influencia a qualidade do preenchimento e a confiabilidade dos impressos que alimentam os sistemas de informação, principalmente a declaração de óbito;

- Conforme quem responde e segundo o método de coleta, há diferenças nos resultados de pesquisas sobre raça/cor. Também existe influência da raça/cor e sexo do entrevistador na autoclassificação do entrevistado;

- Há muito espaço para pesquisas relacionadas a especificidades como: o processo de classificação de crianças e adolescentes, a relação com a raça/cor e gênero do entrevistador, avaliação dos procedimentos efetuados pelos entrevistadores do IBGE ao preencher o quesito raça/cor;

- Existem problemas metodológicos na mensuração da variável raça/cor, havendo grande discussão sobre a sua validade e confiabilidade. Qualquer informação sobre raça ou etnicidade deve ser considerada com cuidado devido ao viés introduzido pelas diferentes técnicas de coleta de dados;

- Há influência de outras variáveis na classificação, tais como escolaridade, sexo e idade dos entrevistados. Classe, *status* e educação são citados como fatores que se aliam e modificam a definição pelos caracteres fenotípicos. Ocorrendo o fenômeno do “embranquecimento” ao se associar maior posição socioeconômica;

- A adequação do uso de diferentes métodos de classificação, em especial a heteroclassificação e a autoclassificação, depende dos objetivos das pesquisas. Enquanto a autoclassificação refletiria melhor a identificação do indivíduo, a heteroclassificação seria mais indicada em estudos sobre discriminação racial e desigualdades sociais, pois reflete a classificação pelo olhar do outro.

- Os indivíduos classificados em categorias étnico-raciais não agregam um grupo absolutamente homogêneo e não estão vinculados às mesmas de maneira imutável.

- Instituições médicas ignoram o debate sobre classificação racial e categorizam doadores segundo seus próprios critérios.

- O sistema aberto permite uma visão mais acurada da auto-percepção dos indivíduos, podendo captar as mudanças acerca dos usos das categorias e acompanhar os processos de construção de identidades étnico-raciais.

QUADRO 6- ASPECTOS DA TERMINOLOGIA E DA CLASSIFICAÇÃO DE RAÇA,COR E ETNIA ADOTADOS E DISCUTIDOS NOS ARTIGOS

1ºAutor	Terminologia	Classificação
1-Lopes	<p>Cor , Raça</p> <p>Amostra: N=480 mulheres</p> <p>-clara 34,6%</p> <p>-Intermediária 38,8%</p> <p>-escura 26,7%</p> <p>Discussão:</p> <p>-negro, branco,índios nativos,brancos europeus,negros africanos, mulatos,bantos,sudameses,não brancos, mulato claro, mulato médio, mulato escuro,preto, moreno,africanos,brancos americanos,nativos africanos,afro-americanos,japoneses americanos, população branca,japoneses,comunidade australiana aborígene,população australiana,negros descendentes de africanos</p>	<p>-Aglutina: Clara (branco mulato claro) Intermediária (mulato médio) Escura (mulato escuro e preto)</p> <p>-Troca negro por preto ao adaptar a classificação de Krieger</p> <p>-Descreve distribuição racial da população de Salvador segundo o IBGE(PNAD 1998) porém utiliza outras categorias (branco-17%, negro 22% e mulato 60%).</p> <p>-Define mulato.Relata dificuldades para distinguir as tonalidades desta categoria.</p> <p>-Apoia-se nos critérios de Krieger et cols modificado por Azevedo.</p>
2-Batista	<p>Raça/cor , Cor, Etnia(1x)</p> <p>População: N= óbitos</p> <p>-Branco</p> <p>-Negros(pretos)</p> <p>Discussão:</p> <p>-pardo, amarelo, indígena</p>	<p>-Pardos, amarelos e indígenas não foram objeto de análise.</p> <p>-Refere que o termo negro neste trabalho é a somatória de negro +pardo, porém considera importante desagregar informações em negros e pardos.</p> <p>-Refere utilizar as categorias do IBGE mas troca preto por negro.</p>

3-Lopes	<p>Raça, Grupos raciais</p> <p>Amostra e Discussão: N= 173 pacientes</p> <ul style="list-style-type: none"> -Mulatos-108 -Branco-53 -Negros-12 	<ul style="list-style-type: none"> -Aglutinou mulatos + negros por razões estatísticas (pequeno nº de negros). -Apoia-se nos critérios de Krieger et cols modificado por Azevedo.
4-Latado	<p>Raça/etnia, Raça, Etnia, Grupos Étnico-raciais</p> <p>Discussão:</p> <ul style="list-style-type: none"> -negros, miscigenados, brancos, não negros (europeus, asiáticos, descendentes de nativos americanos) 	<ul style="list-style-type: none"> -Estudo focado em negros e brancos. -Cita um artigo que tem uma amostra de negros e não negros, porém ao discutir este estudo refere negros e brancos.
5-Ribas	<p>Raça, Grupos étnicos, Grupos raciais, Tipo racial*, Origens étnicas</p> <p>Amostra: N=1550 escolares</p> <ul style="list-style-type: none"> -Leucoderma-1279 (cor branca) -Feoderma-169 (cor parda) -Melanoderma-76 (cor negra) -Xantoderma-26 (cor amarela) <p>*clara, parda e escura</p> <p>Discussão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - multirraciais, pop indígena nativa, índio, negro, branco, italianos, alemães, ucranianos, poloneses, chineses 	<ul style="list-style-type: none"> -Considera haver <i>subjetividade</i> no critério de caracterização dos grupos raciais, "os limites que separam esses grupos nem sempre são nítidos e fáceis de identificar". -Leucodermas são multirraciais.
6-Romero	<p>Raça, Cor, Raça/cor</p> <p>População: N= 61.846 óbitos de < de 01 ano</p> <p>Discussão:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Não branco 	<ul style="list-style-type: none"> -Discute que os resultados de classificação da raça são distintos conforme quem responde e segundo o método de coleta. -Afirma que devido ao elevado grau de omissão da informação, não é possível o uso da maioria das variáveis socioeconômicas no SIM. -Faz análise da incompletude da variável raça nas D.Os.
7-Rosemberg	<p>Cor/raça, Raça/etnia, Origem étnico-racial</p> <p>Discussão:</p> <ul style="list-style-type: none"> -segmentos de cor (branca, preta e parda) -segmentos raciais (branco e negro) -indígena, moreno, amarelo 	<ul style="list-style-type: none"> -Baseia-se no IBGE para aglutinar pretos+pardos=negros. -Destaca que há complexidade e não imprecisão no processo de classificação de cor e raça no Brasil. -Cita uma "linha de cor". -Sugere homogeneização da terminologia.
8-Laguardia	<p>Raça, Grupos étnicos ou raciais, Cor(1x)</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Cita autores que referem "pele

	<p>Discussão: -negro, branco, caucasiano, afro-americano, europeu americano, negro jamaicano, negro norte-americano,</p>	<p>negra” e “pele mais escura”.</p> <p>-Diversidade de grupos étnico-linguísticos na África.</p>
9-Maio	<p>Raça, Cor, Raça/cor, Raça/etnia, Origem étnico/racial</p> <p>Amostra e Discussão: N= 3717 trabalhadores</p> <p>-Pergunta fechada: preto-16,3% pardo-29,7% branco-54%</p> <p>-Pergunta aberta : (41 respostas) branco (branco, clara, pele clara); pardo (pardo, pardo claro); moreno (moreno, moreno claro, moreno escuro, moreno jambo); mulato (mulato, mulato claro, mulato escuro); mestiço (mestiço, miscigenado, caboclo, misto, mameluco, híbrido), negro, preto (branco, clara, pele clara). A etapa seguinte consistiu no agrupamento daquelas sete categorias em três: branco, pardo (pardo, moreno, mulato, mestiço, caboclo) e preto (negro, preto, africano, escuro).</p>	<p>-Troca do termo preto pelo termo negro na análise dos resultados.</p> <p>-Amarelos e indígenas excluídos do estudo.</p> <p>-Discute os métodos de classificação racial e a definição de categorias em pergunta aberta ou pergunta fechada.</p> <p>-Padrão classificatório no Brasil é caracterizado pela fluidez.</p> <p>- A autotranscrição e a heterotranscrição podem “escurecer “ ou “branquear”.</p> <p>-Utiliza o padrão IBGE de categorias mas não aglutina pardo e preto.</p> <p>-Utiliza a PNAD de 1976 na distribuição cor/raça da população.</p>
10-Martins	<p>Raça/cor , Raça/cor/etnia, Minoria étnica</p> <p>População: Óbitos -negra(parda + preta) -branca -amarela</p> <p>Discussão: -branca, parda, morena, morena clara, indígena, não germânicas, aborígenes,</p>	<p>-Utiliza categorias do IBGE e o Censo (1991, 1997, 2000) para descrever a distribuição de raça/cor feminina.</p> <p>-Agrega pardas e pretas em negras , porém discute os dados de forma desagregada.</p> <p>-Incluiu amarelas no estudo.</p> <p>- Existem dificuldades de entendimento da classificação de raça/cor, o que impede o registro da informação.</p>
11-Brandão	<p>Grupo Étnico</p> <p>Amostra N=36 Cçs e adolescentes -White 20 -Black 04 -Mulattos 11 -Asian origen 01</p> <p>Discussão: - caucasian- european, north american/caucasian</p>	<p>-Utiliza o termo diversidade étnica e multirraciais para caracterizar a amostra.</p> <p>-Aglutinou a amostra em caucasian e non-caucasian.</p> <p>-Caucasian = multirracial.</p>

12-Costa	<p>Raça, Etnia, Origem étnica, Cor</p> <p>Discussão: - raça (caucasiana, negra, oriental, hispânica, índia, branca, negra, amarela, indígena, parda) - origem étnica (procedências dos pais e avós) - cor da pele (branca clara, branca média, morena, mulata, oliva, negra); clara, escura, morena clara, morena escura.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Discute as fusões e confusões relativas as noções de raça, cor e etnia. - Discute o controle das instituições médicas na classificação racial dos pacientes. - Discute o uso do gradiente claro-escuro. - As definições de cor e de raça dependem do lugar social de quem pergunta e de quem responde.
13-Santos	<p>Raça/cor, Etnia/raça,</p> <p>População e Discussão: N=2.943 óbitos femininos de 20 à 59 anos: - negras-1924(61,6%) - brancas-1.019(32,6%)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Excluídos amarelas e indígenas(8) e raça/cor ignorada(172). - Aglutinou pretas e pardas = negras. - Refere questão operacional da autotranscrição nos dados populacionais e a classificação por profissional na declaração de óbito. - Apresenta a distribuição de raça/cor da população de Recife segundo o Censo 2000.
14-Bastos	<p>Raça, Raça/Cor, Etnia(1x)</p> <p>Amostra e Discussão: N= 3.170 habitantes - black 13,6%, 13,9% - brown 7,1%, 5,8% - white 75,3%, 80% - other 1,9% 0,1% (respectiva/ auto e heteroclassif.)</p> <p>- other(autotranscrito) -55-“moreno, roughly tan” (n = 26), followed by “alemão, literally German” (n = 4), “mestizo” (n = 3), “mulatto” (n = 3), “misturado, literally mixed” (n = 2), “misto, literally mixed” (n=2), “miscigenado, literally miscegenated” (n=2), “negro” (n = 2), “bugre, a pejorative term for indigenous, roughly savage” (n = 2), “multiétnico, or multiethnic” (n = 1), “índio com castelhano, or Indian with Spanish” (n = 1), “português com índio, or Portuguese with Indian (n = 1), “latino”(n = 1), “trigueiro, or olive-skinned” (n = 1), and “euro-descendente, or European descendant” (n = 1).</p> <p>- other(heteroclassificado) -04- “miscigenated” and mulatto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Excluídas pessoas amarelas e indígenas (1,9% da amostra autotranscrita e 0,2% das pessoas classificadas pela entrevistadora). - Defende a não aglutinação de preto e pardo. - Utiliza categorias do IBGE na classificação da amostra. - Discute a fluidez e a dependência contextual da classificação racial. - Influência da raça/cor do entrevistador na classificação racial do entrevistado (branqueamento).
16-Lotufo	<p>Raça, Cor, Etnicidade, Raça/cor</p> <p>População: N= ?? óbitos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Asian e native não foram considerados devido ao pequeno número.

	<p>White- 69,4% Mulatto or mixed- 15,9% Black- 6% Yellow or asian- 1,9%- Native- 0,1% Não declarado- 6,7%</p> <p>Discussão: White, non white, mixed</p>	<p>-Não aglutinou pretos e pardos.</p> <p>-Compara a distribuição racial dos óbitos com os dados do Censo.</p> <p>- Discute a concordância entre a autoclassificação e a heteroclassificação.</p> <p>-Descreve composição racial do Censo.</p>
17-Filho	<p>Raça , Cor</p> <p>Discussão: -branco, negro, mestiço, mulato, moreno, pardo, de cor, afro-brasileiro,</p>	<p>- Discute a classificação bipolar x classificação múltipla de raça.</p>
18-Barreto	<p>Raça, Cor , Etnia/raça, Grupos étnicos, Sociedade multirracial, Minorias</p> <p>Discussão: -negro, pessoas claras, branco caucasiano, Branco, negros americanos, chineses, hispânicos, asiáticos, amarelo,</p>	<p>- Maioria das pesquisas usa cor da pele para classificação racial.</p> <p>-No Brasil se costuma tomar critérios biológicos para se definir raça.</p> <p>-É freqüente o uso da categoria intermediária (mulata ou mestiça)em pesquisas epidemiológicas.</p> <p>-No séc. XIX o Brasil já possuía um padrão de classificação racial pluralístico ou multirracial.</p> <p>-Classificação baseia-se na cor da pele e traços fenotípicos, sendo influenciada pela aparência e o contexto social.</p> <p>-A perda do parâmetro do conceito biológico de “raça pura” dificulta a avaliação do surgimento e comportamento das doenças.</p>
19- Tatsch	<p>Grupo étnico, Identidade étnica, Etnicidade</p> <p>Amostra: 208 adolescentes com origem alemã e italiana.</p> <p>Discussão: euro-americano, afro-americano, americanos brancos, australiano, anglo-australiano,</p>	<p>-Utilizado ficha de identificação étnico-cultural dos participantes, caracterização conforme descendência do pai e da mãe.</p>
20-Bastos	<p>Cor/raça, Grupo étnico-racial,</p> <p>Amostra e Discussão: N=3.353 habitantes</p> <p>-branco-81,6% ,84% -pardo-6,6%, 4,5% -preto-10,8%, 11,3% -amarelo +indígena-1%, 0,2% (respetivamente pela autoclassificação e</p>	<p>-Excluídos amarelos e indígenas por serem numericamente inexpressivos.</p> <p>-Não aglutinou pretos e pardos.</p> <p>-Utilizado a heteroclassificação e a autoclassificação, 93,5% de concordância, sendo a maior para indivíduos com as piores condições</p>

	heteroclassificação)	socioeconômicas. -Tendência ao branqueamento na classificação por parte das entrevistadoras. -Utiliza as categorias do IBGE. - Compara a distribuição étnico-racial da amostra com o censo de 2000-Pelotas.
21-Silva	Raça, Raça/cor Amostra e Discussão: N= 148 habitantes -negra-39,19% -preta-2,17% -morena-19,59% -mulata-14,86% -parda-17,57% subtotal:94,08% -branca-5,26% -indígena-menos 1%	-Aglutinou categorias não brancas e não indígenas vinculando-as a uma ancestralidade africana. -Valoriza o expressivo percentual dos que se auto-denominaram negros, significando a afirmação de uma identidade étnica. -Atribui a expressão percentual dos autodenominados morenos a influencia da mídia(TV). -Descreve a composição racial do município de pertença do quilombo(IBGE 2001).
22-Alchorne	Raça, Etnia, Grupos Étnicos, Etnicidade Discussão: -caucasóide, mongolóide, australóide, negróide, capóide, preto, branco, pardo, indígena, europeu, africano, amarelos, negros,	-Refere-se a aglutinação do IBGE de pardos +pretos = negros. -Define pardo. -Descreve a composição étnica da população brasileira (PNAD 2005). -Não há consenso internacional sobre o que é pele negra.
23-Quagliato Jr	Raça Amostra: N=54 doentes com PMC -brancos 75,9% *, 53,7% ** -não brancos *cor **antecedentes familiares Discussão: -fração ameríndia e africana, italianos, asiáticos, migrantes nordestinos	- Considera que a classificação através da cor e de aspectos físicos utiliza critérios subjetivos. -Classificação através dos antecedentes, levantou a raça dos pais e avós. -Compara a amostra com a distribuição raça/cor do Censo 2000 de SP.
24-Imbiriba	Raça/cor, Etnia, Raça/etnicidade Amostra e Discussão: N=386 casos de hanseníase -indígenas (diversas etnias) -não indígenas	- A origem indígena foi classificada com base no sobrenome, sobreposto a etnia, devido ao baixo preenchimento do campo raça/cor. -Utiliza o censo de 2000 p/ destacar o percentual da população indígena.
25-Souzas	Raça/etnia, Raça, Cor(1x) Amostra e Discussão: N=36 mulheres -brancas 18 -negras 18	-Aglutina preta +parda = negra

26-Novaretti	<p>Raça</p> <p>Amostra: N=2.462 voluntários doadores de sangue -caucasóides 834 -mulatos 827 -negros 773</p> <p>Discussão: -indígena,japoneses, tailandeses,polinésios,chineses de Taiwan,caucasóise norte-americano,escoceses, negros africanos, negros norte-americanos, caucasianos europeus,caucasóides norte-americanos,portugueses</p>	<p>-Excluída a raça amarela por corresponder a menos de 0,5% da amostra.</p> <p>-Aglutinou mulatos e negros = negróides.</p> <p>-Classificação racial definida através da associação da cor,traços fenotípicos e ancestralidade (esta baseou-se na procedência e características antropológicas dos pais e avós).</p>
27-Pretto	<p>Cor</p> <p>Amostra: N=225 escolares -branco 68,4% -não branco 31,6%</p> <p>Discussão: -negróide, caucasóide, amarelo,preto,pardo</p>	<p>- aglutina preto + pardo= não branco</p>
28-Gattás	<p>Raça, Grupos étnicos, Etnicidade</p> <p>Amostra: N= 594 1º grupo- 457 voluntários doadores de sangue-SP: -white 233 -mulatto 87 -black 137</p> <p>2º grupo- 140 trabalhadores Ba: Autoclassificação: -white 3,57%, -moreno 55% -mulatto 20,7% -black 9,29%, -pardo 7,14% -others 4,2%, Heteroclassificação: -white 7,14% -light mulatto 33,57% -dark mulatto 31,43% -black 26,43% -others 1,43%</p> <p>Discussão: -portuguese, african, african descendent, white european, US white, african american, ameridian, asian, non-white, banto</p>	<p>-Definição de pardo de acordo com o IBGE.</p> <p>-Em SP a classificação foi composta através da autodeclaração + fenótipo determinado pelo entrevistador + caracterização de pais e avós .</p> <p>-Na Ba utilizou-se separadamente a auto e heteroclassificação, havendo baixa concordância.</p> <p>-Discute e define a categoria moreno.</p> <p>-A percepção das diferenças de cor de pele e as palavras utilizadas para as categorias de classificação variam de acordo com a região e as técnicas utilizadas.</p> <p>-Na Ba o termo moreno correspondeu principalmente a black e mulatto.</p> <p>-Descreveu a distribuição racial da população de SP e Ba- Censo 2000-IBGE.</p>

29-Neto	<p>Raça, Distribuição Étnica</p> <p>Amostra: N= 26 cadáveres de Rn -black 43% -brown 38% -white 19%</p> <p>Discussão: -canadenses, japoneses</p>	-Não refere métodos e critérios de classificação racial.
---------	--	--

**QUADRO 7-MÉTODOS E CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RAÇA,COR E ETNIA
ARTIGOS COM AMOSTRA/POPULAÇÃO**

MÉTODOS	Artigos(nº)
Autoclassificação	04
Heteroclassificação	11
Ambos	03
Sobrenome	01
Não refere	02
CRITÉRIOS	
Traços fenotípicos e cor da pele	09
Ancestralidade/Origem étnica	01
Ambos	03
Não refere	08

6.2.4- Referências históricas

A maioria dos artigos (22) reportaram-se a acontecimentos e processos socio-políticos da história do Brasil. Entretanto poucos estabeleceram uma vinculação mais elaborada com o contexto de sua pesquisa, funcionando mais como pano de fundo “obrigatório” ao se abordar raça/cor/etnia. Em parte destes artigos detectou-se noções históricas genéricas e um senso comum ou imaginário coletivo dos brasileiros em relação à história e à formação do Brasil como nação e povo.

QUADRO 8- REFERÊNCIAS HISTÓRICAS , POLÍTICAS E SOCIAIS

Referências	Aspectos *	Estudos(N)
Mito da democracia racial/ideologia do branqueamento	<ul style="list-style-type: none"> -Causadores de problemas na autoestima dos negros e de uma identidade racial negativa.(12) - O mito da democracia racial impede a consciência dos mecanismos sutis de exclusão dos não brancos.(17) -Elites do início do séc. XX acreditavam que a miscigenação possibilitaria o branqueamento do Brasil, resultando em uma única raça e na ausência do preconceito racial.(17) -Historia a teoria do branqueamento e a imigração como fatores para a “melhoria eugênica” da população brasileira.(18) -Os resultados do estudo revelam a influencias do processo de branqueamento no Brasil sobre a classificação racial.(20) -A ideologia da mestiçagem e da democracia racial objetivam apagar as diferenças raciais. A afirmação de uma identidade negra se opõe à estas ideologias.(21) -Citação de estudo no qual a mulher negra é preterida pelo homem negro , este prefere filhos miscigenados,tendo incorporado o ideal da brancura.(25) 	06
Mito das três raças	<ul style="list-style-type: none"> -“No Brasil existe uma grande mistura racial devido ao cruzamento dos índios nativos, dos colonizadores brancos europeus e dos negros africanos”(1) -“caldeirão de raças”(5) -Descreve a distribuição da cor dos habitantes das regiões do Brasil, justificando-os pelo predomínio de europeus, africanos e indígenas.(22) -A população brasileira é resultado da mistura de brancos da península ibérica com africanos de vários grupos étnicos, tendo uma pequena participação dos índios nativos.(28) 	04
Miscigenação	<ul style="list-style-type: none"> -“Na Bahia existe a evidência de que a mistura racial envolvendo o negro africano é importante, mesmo 	13

	<p>em indivíduos considerados brancos”(1)</p> <p>-Diferenças no grau de miscigenação entre EUA e Brasil devem ser consideradas ao se compararem estudos dos dois países.(3)</p> <p>-A interpretação dos resultados de estudos do hemisfério norte ,baseados na cor da pele ,deve ser cautelosa no Brasil, devido a forte miscigenação dos povos sul-americanos.(4)</p> <p>-“Tipo brasileiro”,”tipos raciais”.(5)</p> <p>- Forte referência à mestiçagem, traçando um desenho geográfico preponderante : No norte do país miscigenação triíbrida, no centro mistura de brancos e negros, no sul brancos. (5)</p> <p>-Heterogeneidade dos negros norte-americanos em decorrência da mistura racial. (8)</p> <p>-Dificuldade na determinação da raça em populações muito miscigenadas.(15)</p> <p>-Miscigenação de meados do séc. XIX ao início do séc.XX como eixo na discussão do Brasil como nação.(17)</p> <p>-Todos brasileiros são mestiços, a raça é a brasileira.(17)</p> <p>-A grande miscigenação no Brasil dificulta a classificação racial.(18)</p> <p>-Devido ao alto grau de miscigenação no Brasil é pouco preciso a identificação do negro.(22)</p> <p>-Citação de estudo genético que comprovou a grande miscigenação da população brasileira.(23)</p> <p>-O alto percentual de miscigenação da população brasileira a fizeram única do ponto de vista antropológico.(26)</p> <p>-A miscigenação diferenciada entre as regiões do Brasil prejudica a extrapolação de dados das pesquisas.(27)</p> <p>-O Brasil e a maior parte da América Latina e do Caribe são sociedades multirraciais com diferenças entre as raça não claramente definidas. (28)</p>	
Colonização/Imigração	<p>-Cita países que integraram a colonização européia em Curitiba e as áreas geográficas relacionadas às origens étnicas da população brasileira.(5)</p> <p>-Cita a imigração européia nos estados do sul e sudeste do Brasil.(10, 19, 20)</p> <p>-Cita a imigração européia, asiática e migrantes do nordeste.(23)</p> <p>-Início de contato das etnias indígenas com a sociedade do entorno remonta ao séc. XVIII e XIX no Amazonas.(24)</p> <p>-Expressiva a migração de portugueses,espanhóis e negros desde a descoberta do Brasil e a partir do início do séc.XX, de italianos, alemães e japoneses(não cita os indígenas).(26)</p> <p>-No Brasil desde os meados do período colonial a população de mulattos já era numerosa.(28)</p>	08
Escravidão	<p>-Critica autores que referem a origem africana, escravidão e a colonização das Américas como fatores de uma hipotética configuração</p>	05

	provocadora de maior suscetibilidade da raça negra a hipertensão.(8) -Diáspora negra.(8) -Refere-se ao regime escravista como gerador das desigualdades raciais.(13) -Lei Áurea(13) -Localiza historicamente a situação dos quilombos.(21) -A escravidão dificultou a vivência de conjugalidade das mulheres negras. Lei do ventre livre excluía o homem.(25) -Lei dos sexagenários protegeu os senhores de qualquer obrigação com escravaria.(25) -Africanos foram trazidos como escravos para a Bahia , que foi a primeira área a ser colonizada pelos portugueses.(28)	
--	--	--

* Obs: Os números em parênteses referem-se ao número de identificação dos artigos analisados.

A maioria dos artigos abordaram dois ou mais dos seguintes conteúdos: miscigenação, branqueamento, democracia racial, escravidão, colonização e imigração.

As referências à escravidão a destacam como sistema gerador das desigualdades raciais atuais, inclusive na saúde. O regime escravagista é criticado por ter sido cerceador da liberdade dos negros. Alguns marcos da sua extinção, como a lei áurea e a lei dos sexagenários, também são criticados. Souza (25) comenta que a lei dos sexagenários surgiu para proteger os senhores de qualquer obrigação com a escravaria. A lei áurea não revogou a precariedade da população negra (Santos, 13). A escravidão e a vinda dos africanos na colonização do Brasil são referidas como propulsoras da miscigenação.

A formação do povo brasileiro a partir da mistura racial decorrente da colonização, escravidão e imigração é citada em dez artigos . Entretanto, a despeito da imensa diversidade vinda de imigrantes do mundo inteiro, são destacadas apenas a participação do negro e do branco europeu, sendo apenas citados os portugueses, espanhóis, italianos e alemães; enquanto a contribuição dos asiáticos e de outros povos não europeus não está descrita. Os indígenas são valorizados numa escala menor, por fazerem parte do “mito das três raças”. Ribas (5) considera que o Brasil tem enormes dificuldades para classificação dos indivíduos porque é um “verdadeiro

caldeirão de raças”, destacando a miscigenação triétnica do índio, negro e branco. Lopes (1) destaca que “No Brasil existe uma grande mistura racial devido ao cruzamento de índios nativos, dos colonizadores brancos europeus e dos negros africanos.” O autor considera que na Bahia a mistura racial é importante mesmo entre os indivíduos considerados brancos.

Nos artigos vigora a percepção de que todo brasileiro tem algum grau de mistura, mesmo o mais branco, configurando-se como uma característica única e especial da identidade brasileira. Segundo Telles (2003) “A mistura racial representa um conjunto de crenças sobre raça que os brasileiros defendem, incluindo a ideia de que vêm há tempos se misturando racialmente mais do que qualquer outra sociedade”.

Há artigos que destacam a influência da ancestralidade negra na formação do povo brasileiro, reforçando a concepção de que a descendência dos brasileiros é negra, tanto no âmbito biológico quanto cultural. A miscigenação do brasileiro é a principal referência sociopolítica citada em 13 artigos. A pesquisa de Filho (17) detecta a percepção na fala dos entrevistados de que todos os brasileiros são mestiços, de que a raça é brasileira.

A miscigenação também é referida em vários estudos como dificultador da classificação racial visto que os limites entre as raças são tênues, com diferenças não claramente definidas. Em quatro estudos vigora a noção de que o Brasil, ao ser comparado com os EUA, tem maior grau de miscigenação. É recomendado cautela ao se comparar resultados de pesquisas nos dois países. Perpassa-se não só o fato demográfico, mas uma ideia de um grau maior de “pureza racial” do negro norte-americano. Entretanto não é uniforme este conceito. Um artigo comenta a heterogeneidade do negro norte-americano em virtude da mistura racial.

No grupo dos 6 autores que citaram a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, houve um posicionamento crítico que os considerou impeditivos da consciência dos mecanismos sutis de exclusão social dos negros, o que fomentaria uma identidade racial negativa e provocaria a incorporação do ideal de embraquecimento. Bastos (20) comenta que o processo de branqueamento interfere na classificação racial. Uma das críticas ao branqueamento e à democracia

racial citada nos artigos é a de que buscam apagar as diferenças raciais, sendo necessária a afirmação de uma identidade negra para se opor a estas ideologias.

6.2.5- Gênero, violência e direitos humanos

Diferenças e desigualdades de gênero são citadas em 11 artigos, sendo comentada a necessidade de ater-se às suas especificidades, em especial nos serviços de saúde. Os estudos de mortalidade destacam diferenças entre gênero masculino e feminino, relacionando-as a dois tipos de violência: as mortes violentas, que tem os homens como seu alvo preferencial, e a violência devida ao sexismo, que atinge as mulheres, principalmente no âmbito doméstico.

QUADRO 8- REFERÊNCIAS HISTÓRICAS ,POLÍTICAS E SOCIAIS (continuação)

Gênero	-A maior mortalidade masculina relaciona-se a forma como os homens são construídos socialmente, à sua dificuldade em procurar os serviços.(2) -O papel do gênero na análise de oportunidades educacionais.(7) -A necessidade de investigação das diferenças de gênero na classificação de cor/raça.(7) -A Discriminação de gênero.(8) -A opressão de gênero influencia o nível de saúde.(10) -As especificidades relacionadas às desigualdades de gênero.(13) -O maior contraste no recorte racial de mortalidade por DCV entre mulheres quando comparadas com homens.(16) -A Influência do gênero nos estilos parentais.(19) -Influência do gênero na classificação racial.(20) -O direito ao acesso à serviços de saúde que respeitem as particularidades de gênero.(21) -A dominação e sujeição das mulheres nos processos de decisões das escolhas reprodutivas.Porém os padrões de relações de gênero é diferente entre mulheres negras e mulheres brancas.(25) -O estereótipo de objeto sexual, atribuído a mulher negra. Refere-se ao feminismo.(25)	11
Violência	-A violência estrutural e a maior exposição dos homens a situações de risco como fatores para a maior mortalidade dos homens.(2) -O drástico aumento de mortes violentas dos jovens negros.(12) -A violência contra a mulher com raiz na assimetria de gênero geralmente é praticada no espaço doméstico.(13)	03
Direitos Humanos	-A utilização de estratégias dos direitos humanos na redução da mortalidade materna de mulheres negras.(10) -Os direitos sexuais e reprodutivos fazem parte da esfera dos direitos humanos. Discute o exercício da cidadania e as suas implicações com a autonomia e a liberdade.(25) -A violência racial e de gênero é uma violação dos direitos humanos.(13)	03

* Obs: Os números em parênteses referem-se ao número de identificação dos artigos analisados.

As desigualdades raciais e o racismo se articulam às questões de gênero, configurando também outras diferenças ao se focar o mesmo sexo, sistematicamente demonstrando maior desvantagem e vulnerabilidade de negros e negras. Batista (2) demonstra através de dados do SIM que homens diferenciam-se por raça nas mortes por causas externas e violência, morrendo o homem negro mais do que o branco. Martins (10), ao analisar os relatórios de mortalidade materna dos Comitês, comenta que no estado do Paraná o risco relativo de morte materna foi 7,4 vezes maior nas pretas e 5 vezes maior entre as mulheres amarelas, quando comparadas com as brancas. Santos (15), de sua pesquisa sobre perfil de mortalidade em mulheres do Recife, relata que o risco de morte em mulheres negras foi 1,7 vezes maior do que em brancas.

A discriminação e a opressão de gênero são comentadas como características da sociedade brasileira, desfavorecendo a mulher na vida social e na vida privada. Souza (25) frisa a maior desvantagem da mulher negra, pois esta sofre tripla discriminação: raça, classe e sexo. Também critica o estereótipo da mulher negra como objeto sexual e a sua desvantagem em relação à mulher branca no mercado matrimonial.

Três autores inserem as desigualdades raciais e de gênero na esfera dos direitos humanos, considerando estes violados diante da manifestação da violência racial e de gênero. Um deles destaca a percepção de que pesquisadores apresentam falta de entendimento das diferenças étnico-raciais, da opressão de gênero e do racismo.

6.2.6- Identidade étnico-racial, cultura e movimento negro

Referências à cultura aparecem em 7 artigos sendo que apenas 1 a define e a situa dentro do contexto da pesquisa. A maioria das referências são comentários genéricos sobre a cultura da população negra. Há citação à repressão da cultura africana e crítica à mestiçagem cultural que objetiva uma sociedade culturalmente homogênea. Práticas culturais que afetam o cabelo e o couro cabeludo são citadas como provocadores de doenças dermatológicas. Os negros para afirmar a sua

identidade precisam superar um estigma cultural, sendo os traços físicos dos pretos e pardos geralmente associados a uma conotação negativa.

QUADRO 8- REFERÊNCIAS HISTÓRICAS ,POLÍTICAS E SOCIAIS (continuação)

<p>Movimento negro</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Destaca luta do movimento negro em defesa do SUS.(2) -Movimento negro é referência para a doção de metodologia e terminologia de classificação racial.(7) -Ascensão do movimento negro intensifica debate sobre as disparidades raciais em saúde.(9) -Movimento negro caracteriza-se pelo diferencialismo anti-racista.(17) -Participação no movimento negro contribuiu para a incorporação da positividade do ser negro, valoriza suas ações políticas na vitalização dos remanescentes de quilombos.(21) -Valoriza a organização social e políticas das mulheres negras.(25) 	<p>06</p>
<p>Identidade étnico-racial</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Pertença racial, cita pertencimento ao povo em declaração de identificação de negro ou indígena.(7) - As experiências de ações afirmativas estão contribuindo para conformar que é negro.(7) -As Identidades raciais decorrem da combinação de aspectos sócio-antropológicos.(9) -A Identidade racial não é fixa nem imutável.(9) -Discussão do biótipo do brasileiro.(12) -A Identidade coletiva entre negros é necessária para combater a desigualdade.(17) -Definição de identidade étnica.(19) -O Isolamento geográfico favoreceu a manutenção da língua, costumes e tradições de imigrantes europeus , reforçando a vivência de uma identidade étnica de seus descendentes.(19) -Os traços físicos das categorias pardas e pretas geralmente são associadas a conotações negativas.(20) -Existência de identidade étnico-cultural contemporânea de base cultural e política no quilombo.(21) -Identidade racial não é fixa nem imutável.(21) -A organização e fortalecimento da sociedade civil permite a emergência de novas identidades e representações.(21) -A Identidade racial no Brasil é um conceito dinâmico, somente pode ser situado e explorado dentro do contexto cultural.(28) 	<p>08</p>
<p>Ancestralidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> -“Negros descendentes de africanos”(1) -Cita estudo que associa classificação de negros e 	<p>05</p>

	<p>mulatos com sobrenome de conotação religiosa, que considera característica da ancestralidade africana.(3)</p> <p>-“População brasileira tem como traço marcante a forte influência da ancestralidade negra na sua formação.” Destaca o nordeste e Salvador.(4)</p> <p>- A descendência dos brasileiros é negra.(17)</p> <p>-Ancestralidade africana mais do que aspectos biológicos apresenta dimensões históricas, políticas e culturais.(21)</p>	
Cultura	<p>-Populações nômades e isoladas x indivíduos estabelecidos e cultos(5)</p> <p>-Mestiçagem cultural (sincretismo cultural) resultando numa sociedade unicultural.(17)</p> <p>-Repressão à cultura africana.(18)</p> <p>-Define cultura.(19)</p> <p>-A afirmação de uma identidade negra requer a superação de um estigma cultural.(21)</p> <p>-Práticas culturais tornam as enfermidades do cabelo e couro cabeludo mais comuns na população negra.(22)</p>	06

* Obs: Os números em parênteses referem-se ao número de identificação dos artigos analisados.

Os comentários referentes à identidade étnico-racial, presentes em 8 artigos, delineiam uma discussão em duas vertentes. A primeira considera que a identidade racial não é fixa nem imutável, constituindo-se em um conceito dinâmico, a ser explorado dentro de um contexto cultural. Já a segunda vertente defende a assunção de uma identidade negra como consciência política, necessária à superação das desigualdades raciais. Na construção desta identidade é assinalada a importância da organização da sociedade civil, do movimento negro e das ações afirmativas. Também são discutidos os aspectos socioantropológicos que constituem as identidades raciais e a ideia de haver um determinado biótipo representativo dos brasileiros.

O movimento negro é referência em 6 artigos e sua influência é descrita na metodologia de classificação racial e no debate das disparidades raciais em saúde. Nas suas ações políticas, são destacadas a luta em defesa do SUS e seu papel na vitalização dos remanescentes de quilombos. A ancestralidade e suas características religiosas e culturais são incorporadas pelo movimento negro na construção de uma

identidade que valorize a positividade do ser negro. Este movimento social caracteriza-se por um diferencialismo antirracista.

6.2.7- Racismo e discriminação racial

O racismo e a discriminação étnico-racial são elencados como fatores que influenciam o nível de saúde. A vivência continuada de situações permeadas por estes fatores provoca um estresse exacerbado, que contribuirá na gênese de doenças, como a hipertensão arterial. Os dois fatores são citados como componentes de desigualdades e iniquidades em saúde, relacionados a maior mortalidade e morbidade de negros (pretos + pardos) quando comparados aos brancos.

QUADRO 8- REFERÊNCIAS HISTÓRICAS ,POLÍTICAS E SOCIAIS (continuação)

<p>Racismo, Discriminação Racial, Preconceito</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Questiona o impacto da discriminação racial na atenção à saúde dos homens negros vivendo com HIV/Aids.(2) -Pessoas negras ao vivenciarem e enfrentarem situações permeadas por racismo e discriminação, sofrem estresse que alterará o metabolismo, influenciando a etiologia da H.A.(8) -Cita racismo e discriminação étnico-racial como componentes da produção das desigualdades e iniquidades em saúde.(9) -Influencia o nível de saúde.(10) -“O racismo está no outro.” Destaca a discriminação racial .(12) -Conceitua racismo e racismo institucional.Referê haver negação da existência do racismo na sociedade brasileira.(13) - Racismo como variável relacionada a exclusão social e mortalidade por DCV.(16) -Brasileiros caracterizam-se por um racismo universalista.(17) -Referê a existência no Brasil de segregação e discriminação racial manifesta de forma sutil e velada.(18) -Cita estudo que insere o racismo como fator envolvido no maior adoecimento e mortalidade por câncer de negros quando comparados aos brancos.(18) -Define racismo institucionalizado e atesta a sua existência diante da verificação de desigualdades socioeconômicas entre grupos raciais. (20) -Cita a discriminação racial e de gênero como fatores que ao provocar estresse irão contribuir para a gênese de doenças como a hipertensão arterial.(21) -Discute a tripla discriminação que atinge a mulher negra(raça,classe,gênero). Racismo como fator que pode explicar as diferenças de discurso sobre liberdade entre mulheres negras e brancas.(25) 	<p>12</p>
---	---	------------------

* Obs: Os números em parênteses referem-se ao número de identificação dos artigos analisados.

As desigualdades socioeconômicas e a exclusão social têm no racismo uma das causas mais abrangentes. Não obstante, há negação da sua existência. A discriminação racial é manifesta de forma sutil e velada, sendo que as desigualdades sociais e de saúde entre os grupos raciais comprovam a existência do racismo institucionalizado. Praticamente o racismo nunca é assumido, configurando-se um comportamento do “outro”, potencializado com a discriminação de gênero e classe.

6.2.8- Referências institucionais e legais

Em 7 artigos são citados atos, eventos e instâncias do governo federal, com o intuito de: dar relevância a pesquisas; mostrar a conquista de espaços de poder pelo movimento negro; embasar técnica e politicamente recomendações para a diminuição das desigualdades raciais em saúde; reafirmar a importância do quesito raça/cor e da informação para a gestão. Destacam-se referências ao SUS, à Constituição Federal e aos Programas de Saúde.

A utilização de bancos de dados populacionais foi referenciada em 16 artigos. A grande fonte de dados sociodemográficos é o IBGE, através de Censos e Pnads. Os sistemas de informação utilizados são vinculados ao MS, relativos a nascimento, mortalidade atenção básica. O estado de SP foi o único citado por ter bancos de dados específicos do Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade da Fundação do Sistema Estadual de Análise de Dados (FSEAD/PROAM).

QUADRO 9- REFERÊNCIAS TEÓRICAS E TÉCNICAS

Bases Teóricas/Técnicas	Aspectos	Estudos(N)
Marcos Institucionais/legais	<ul style="list-style-type: none"> -Política de Atenção Integral a Saúde da População Negra(4) - 11ª Conferência Nacional de Saúde aponta para a importância da informação e do controle social no SUS.(6) -SEPIR como uma conquista do movimento negro.(9) -Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher.(10) -Objetivos de Desenvolvimento do Milênio(10) -Recomenda o fortalecimento do SUS , da prevenção e monitoramento do racismo 	07

	<p>institucional para a diminuição das desigualdades.(13)</p> <p>-Constituição federal de 1988, artigo nº 68.</p> <p>Remanescentes de Quilombos(21)</p> <p>-Programa de Anemia Falciforme-MS-1996(21)</p> <p>-Refere Portaria nº 3.947 do MS sobre inclusão do campo raça/cor nos sistemas e bases de dados.(24)</p>	
Fontes de Dados	<p>-SIM (2,6,10)</p> <p>-SIAB (21)</p> <p>-SINASC (6,10)</p> <p>-PNAD (1,2, 7, 14, 22)</p> <p>-Pesquisa de condições de vida- FSeade-SP-1998 -(2)</p> <p>- PRO-AIM- SP(16)</p> <p>- PME (7)</p> <p>-IBGE-Censos (4,6, 7,9, 10, 14,15,16,19 20, 24, 21,28)</p>	16

*Obs: Os números em parênteses referem-se ao número de identificação dos artigos analisados.

6.2.9- Conceitos de saúde, equidade e políticas públicas

Somente 4 artigos estabelecem a definição do conceito de saúde. A análise dos textos permitiu inferir ou identificar a perspectiva dos autores em relação ao conceito de saúde. Há os que citam de forma superficial fatores comportamentais, ambientais e sociais como influentes no desenvolvimento de doenças; há uma pequena parte que foca exclusivamente aspectos clínico-patológicos. Laguardia (8), como alternativa a uma epidemiologia de fatores de risco, aponta para uma epidemiologia social crítica, com ênfase nas condições sociais e biológicas da população, através de um modelo teórico – a teoria ecossocial – que busca:

“ [...] apontar os fatores e agentes responsáveis pelos padrões de distribuição populacional de doenças e das desigualdades sociais em saúde integrando o raciocínio biológico e social a uma perspectiva ecológica e histórica.(KRIEGER, 2001 apud LAGUARDIA 2005, p. 380).

Em grande parte dos artigos, conteúdos históricos, econômicos ou socio-políticos são articulados a questões de gênero e raça, cor e etnia.

A equidade é um princípio citado em seis artigos. Considera-se sua ausência nos serviços de saúde ao se ignorar a vulnerabilidade específica da população negra. Autores ressaltam: a equidade está prevista no SUS e para ser alcançada é necessário

o conhecimento das diferenças sociais pelos gestores, sendo a informação um requisito estratégico; a aplicação do princípio de equidade ocasionará diminuição das diferenças raciais; o estudo sobre mortalidade de mulheres negras é emblemático ao afirmar o direito à vida e à morte com equidade.

A menção a políticas públicas aparece em 7 artigos, sendo criticadas por não apresentarem especificidades étnico-raciais, destacando-se a necessidade do estabelecimento de políticas de financiamento pautadas na equidade. É recomendada a implantação de políticas com foco na redução das iniquidades em saúde vinculadas à raça. A importância da variável raça é reforçada para a implantação de políticas públicas; sendo sua formulação prejudicada devido à ausência de clareza conceitual sobre raça.

6.2.10- Desigualdades sociais, raciais e de saúde

As desigualdades sociais e raciais, embora inter-relacionadas, possuem aspectos distintos e quando sobrepostas potencializam desigualdades e iniquidades em saúde. As desigualdades são referidas em metade dos artigos, ressaltando-se a maior vulnerabilidade social e de saúde da população negra. Apenas 1 artigo especifica a vulnerabilidade em saúde dos grupos indígenas. Neste quadro de vulnerabilidade, destacam-se a falta de oportunidades, as piores condições de vida e a exclusão de vários direitos sociais dos negros quando comparados aos brancos.

QUADRO 9- REFERÊNCIAS TEÓRICAS E TÉCNICAS (continuação)

Conceito de Saúde	-Saúde em uma perspectiva social (2) -Ser saudável não é apenas não ter doenças.(5) -Teoria ecossocial. (8) -Saúde como direito humano, cita conceito de saúde da OMS.(21)	04
Equidade	-Considera que os serviços de saúde não cumprem o princípio de equidade ao ignorarem a maior vulnerabilidade social da população negra.(2) -Para atingir o princípio da equidade é necessário o conhecimento das diferenças sociais pelos gestores.(6) -Direito a vida e a morte com equidade.(13) -Considera que o princípio da equidade (mesmas oportunidades), ocasiona diminuição das diferenças raciais e acarretaria melhor	05

	<p>resultado no comportamento das doenças.(18)</p> <p>-O princípio da equidade descrito no SUS não tem sido suficiente para melhorar a qualidade de vida e inclusão social da comunidade.(21)</p>	
Políticas Públicas	<p>Destaca a falta de políticas e programas que contemplem as especificidades dos negros, políticas de financiamento devem se guiar pelo princípio da equidade. (2)</p> <p>-Poder público necessita para reduzir a mortalidade traças metas diferenciadas para homens mulheres de diferentes matizes e etnias.(2)</p> <p>-Cita autor que refere políticas públicas saudáveis,coesão social e melhores condições de saúde bucal.(5)</p> <p>-Recorte étnico-racial é essencial para a construção de políticas públicas para combater as desigualdades e iniquidades.(9)</p> <p>-Reforço da importância das políticas públicas e do financiamento no combate a mortalidade materna , em especial das mulheres negras.(10)</p> <p>-Subsidiar a implantação de políticas com foco na redução das iniquidades em saúde vinculadas a raça.(13)</p> <p>-Formulação de políticas públicas é prejudicada pela ausência de clareza conceitual de raça.(14)</p> <p>-Reafirma a importância da variável cor/raça para a formulação de políticas públicas n combate às desigualdades étnico-raciais.(20)</p>	07

*Obs: Os números em parênteses referem-se ao número de identificação dos artigos analisados.

Há referência ao aumento do debate acadêmico sobre a relação entre raça e desigualdades sociais, entretanto também é citado que a maioria dos pesquisadores tem resistência a incluir raça nas causas da pobreza. Esta tem sido mais reduzida na população branca. Também são destacados, além da raça/cor, a influência do gênero, classe e região geográfica nas desigualdades sociais. Os pontos enfatizados na discussão das desigualdades em saúde foram: a valorização das estatísticas vitais no seu monitoramento; os piores indicadores de saúde da população negra e a questão do acesso aos serviços de saúde e da qualidade de atenção, que são consideradas piores para os negros.

Vários artigos partilham da concepção de raça como fator de exclusão social. A discriminação racial e a prática de preconceitos provocam uma profunda desigualdade entre negros e brancos, forjando desvantagens e falta de oportunidades. Este contexto implica uma profunda desigualdade em termos de riqueza, poder e prestígio. Santos (15) define o racismo como uma ideologia que atribui a superioridade de uma raça sobre as demais.

6.2.11- Variáveis demográficas, socioeconômicas e qualidade dos dados

No quadro seguinte são descritas as variáveis adotadas e discutidas nos artigos e a sua associação com raça/cor e etnia. Observado que 21 trabalhos utilizaram variáveis sociodemográficas diversas na caracterização de sua amostra/população, outros 8 trabalhos, devido ao tipo de estudo, apenas as discutiram. Não foi intenção desta dissertação avaliar a adequação e o rigor metodológico dos artigos na utilização das variáveis, assim como na apresentação dos resultados. Pretendeu-se apenas esboçar a importância e a correlação das variáveis sociodemográficas com o foco étnico-racial nos estudos.

QUADRO 10- VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS

1ºAutor	Variáveis	Observação
1-Lopes	Amostra: Cor da pele, Idade*, Sexo** * média e mediana ** apenas mulheres	-Menciona condição sócio-econômica como fator de risco. -Estratifica cor pela idade.
2-Batista	População: Raça/cor, Idade*, Sexo * < de um ano e faixas de cinco anos	-Cita vários estudos que referem piores condições sócio-econômicas para negros quando comparados com brancos. -Pessoas com menor escolaridade e renda tem menor percepção para se sentir em risco. -Estratifica raça/cor por idade e sexo.
3- Lopes	Amostra: Raça, Idade*, Sexo** *(< e = à 18 anos, > de 18 anos) ** apenas homens	-Não aborda variáveis socioeconômicas. - Estratifica cor pela média e mediana de idade.
4-Latado	Discussão: Raça/etnia, Idade, Sexo* *apenas homens	-Estratifica cor pela idade.
5-Ribas	Amostra: Tipo racial, Idade*, Gênero *escolares entre 6 e 8 anos	-Discute a relação do nível socioeconômico com as condições bucais e a prevalência de maloclusões. -Não estratificou o tipo racial pelo gênero e idade.
6-Romero	População: Raça/cor do Rn, idade materna, escolaridade e ocupação materna (variáveis avaliadas*)	-Estabeleceu indicadores para avaliar a qualidade dos dados*. -Embora tenha acontecido melhoria acentuada da completude da variável raça, em parte dos estados continua ruim ou muito ruim.

7-Rosemberg	Discussão: Origem social, étnico-racial e regional	-Privilegia através destas três variáveis candidatos que tradicionalmente teriam menores chances de estudar na pós-graduação.
8-Laguardia	Discussão -	-Nível socioeconômico está associado às disparidades raciais. -Classe e raça determinam as condições de vida e a forma como as pessoas podem responder a essas condições.
9-Maio	Amostra: Cor/raça, Idade*, Sexo, Renda**,Escolaridade*** * < 40 anos e 40 ou + anos ** renda familiar per capita: (< e = à 3 sm; 3-6 sm; > 6sm) *** 1º, 2º e 3º grau	-Discute a relação entre classificação racial e status sócio-econômico. -O perfil sócioeconômico da população é influenciado pela definição de métodos e instrumentos de mensuração das variáveis. -Estratifica raça/cor pelas outras variáveis.
10-Martins	População: Raça/cor, Idade,Renda, Escolaridade, Tipo de união, Ocupação	-Consenso de que as mulheres atingidas pela mortalidade materna são as de menor renda e escolaridade.
11-Brandão	Amostra: Cor da pele, idade, sexo	-Não estratificou a cor pelo sexo e idade.
12-Costa	Discussão: Raça, Origem étnica, Cor, Religião, Ocupação, Hobby	-Raça como preditor de piores condições sócio-econômicas. -Raça, origem étnica e cor são discutidas como diferentes variáveis, mas que também se confundem.
13-Santos	População: Raça/cor, idade*, sexo***, ocupação, estado civil**, local do óbito * idade agrupada em faixas de dez anos ** com companheiro (casada); sem companheiro (solteira, separada, viúva) *** apenas mulheres	-Todas as variáveis apresentaram diferenças raciais. -Desigualdades econômicas e de classe maquiavam exclusão e intolerância racial. -Estratifica raça/cor pelas outras variáveis.
14-Bastos	Amostra: Raça/cor, idade*,sexo, estado civil**,escolaridade***,renda**** *29 -39 e >40 anos ** (casado ou morando com parceiro) x (solteiro/sem parceiro,separado, viúvo) *** 0-4, 5-8, 9-11, 12 ou + anos de estudo **** em quartis	-Idade, sexo,cor/raça de entrevistados e entrevistadoras influenciaram o processo classificatório. -Categorias raciais como marcadores de condições socioeconômicas. -Estratificou a cor por todas as variáveis.
15-Antonopoulos	Amostra: Raça, Idade*,Sexo***, Escolaridade** *média ** (illiterate, elementary, high school, university) *** apenas homens	-Os grupos étnicos apresentam diferentes níveis socioeconômicos e diferente escolaridade. -Menor escolaridade dos negros influenciou a baixa representação populacional destes no programa de rastreio de Ca. -Estratificou raça por idade e escolaridade.

16-Lotufo	População: Raça, Idade*, Sexo * idade agrupada em faixas de dez anos	-Refere estudos que vincularam mortalidade por DCV às condições socioeconômicas e a baixa escolaridade. -Discute raça como substituto de condições sociais precárias. -Estratificou raça por idade e sexo.
17-Filho	Discussão: Homens e mulheres, de diferentes classes sociais, fenotipicamente brancos.	-
18-Barreto	Discussão	-Discute o efeito das condições socioeconômicas de forma interligada e independente da raça no processo de adoecimento, evolução e tratamento de doenças.
19- Tatsch	Amostra: Origem étnica ,Idade*, Sexo, Escolaridade** *14 à 21 anos, média ** ensino fundamental e médio	-Não estratificou origem étnica por sexo e escolaridade.
20-Bastos	Amostra: Cor/raça,Sexo, Idade*, Escolaridade**, Renda familiar***, Condição socioeconômica (ABEP) * idade agrupada em faixas de dez anos ** (0-4, 5-8, 9-11, ou = 12 anos de estudo) *** (< ou = 1 sm, 1,1- 3 sm, 3,1 - 6 sm, > ou = a 6 sm)	-Sexo, idade e escolaridade influenciam a classificação racial. -A magnitude das diferenças socioeconômicas entre brancos, pretos e pardos varia de acordo com o método de classificação racial. - Estratificou cor/raça pelas outras variáveis.
21-Silva	Amostra: Raça/cor, Idade*, Sexo, Escolaridade,Religião, Habitação,Serviços sanitários *Faixas etárias(0-18, 19-23,24-59,60 ou +)	-Condições de vida precárias e baixa qualidade de vida da população do quilombo. -Não estratificou a raça/cor pelas outras variáveis (quase todos são negros).
22-Alchorne	Discussão	-
23-Quagliato Jr	Amostra: Raça	- Cita a determinação geográfica/ocupacional (imigração e migração) e a preponderância do sexo masculino no desenvolvimento da doença (PMC).
24-Imbiriba	Amostra: Raça/cor, Sexo, Idade* *< de 15 e >de 15 anos	-A média de idade dos casos notificados de hanseníase é maior na população indígena. -Estratificou a raça/cor pelo sexo e idade.
25-Souzas	Amostra:	-Diferentes condições sociais , de

	Raça/etnia, Idade*, Sexo**, Escolaridade** * 25 à 49 anos * * apenas mulheres *** ensino fundamental, médio e superior	gênero e de raça possibilitam uma vivência sexual-afetiva diferenciada. -As condições de vida e saúde reprodutiva de mulheres negras e brancas diferenciam-se em razão das condições socioeconômicas e culturais.
26-Novaretti	Amostra: Raça, Sexo, Idade	-Não estratificou a raça pelo sexo e idade.
27-Pretto	Amostra: Cor, Sexo, Idade* *8-12 e 13-18, média	- Estratificou a cor por sexo e idade.
28-Gattás	Amostra: Raça, Idade* *média	-Não discute variáveis socioeconômicas. - Não estratificou a raça pela idade.
29-Neto	Amostra: Raça, Sexo	-Não discute variáveis sóciodemográficas. -Não estratificou a raça por sexo.

As variáveis mais utilizadas foram sexo e idade, ambas utilizadas em 18 trabalhos, acrescentando-se 1 estudo que descreveu apenas o sexo e mais 1 que descreveu apenas a idade, totalizaram-se 20 trabalhos. Em 5 artigos houve enfoque exclusivo de um gênero; dos 15 restantes, 10 associaram sexo à raça/cor e etnia; os outros 5 não o fizeram. Em relação à idade, de 19 trabalhos que a utilizaram na caracterização da amostra/população, 12 a associaram à raça/cor e etnia; os 7 artigos não o fizeram. A variável idade foi descrita de maneiras diferentes: agrupada em faixas de dez anos e cinco anos, utilizando-se a média /mediana da idade e através de cortes /faixas etárias diversas.

A escolaridade foi a terceira variável mais frequente, sendo utilizada em 7 estudos, dos quais 5 a associaram com raça/cor e etnia. A caracterização foi feita através do agrupamento de anos de estudo e utilizando-se diferentes classificações de nível de escolaridade (graus concluídos). As variáveis renda e estado civil foram incluídas respectivamente em 3 e 2 artigos, e todos os estudos as associaram com raça/cor e etnia. Entretanto a renda foi calculada com diferentes critérios e apresentada em diferentes formatos; o estado civil foi descrito também através de diferentes critérios. Segundo os critérios da ABEP, as variáveis condição econômica

ocupação e religião foram utilizadas apenas uma vez nos estudos analisados. Santos (15) comenta que “ao serem usadas como explicação das iniquidades raciais, as desigualdades econômicas e de classe ‘maquiam’ a exclusão e a intolerância racial.” Estudo de Bastos (20) detectou, mesmo após ajustar estatisticamente sexo, idade e escolaridade, que pretos e pardos possuem condições socioeconômicas mais baixas que os brancos. Estas desigualdades foram ligeiramente maiores com raça/cor determinada pelo entrevistador.

A validade e confiabilidade dos dados sobre raça, cor e etnia, assim como de outras variáveis sociodemográficas nos sistemas de informação, são muito debatidas e controversas. Dos 29 artigos analisados, cerca de um terço voltou-se para esta questão, especialmente tecendo comentários sobre a declaração de óbito e o SIM. Os estudos apontam para deficiências na qualidade do preenchimento do campo raça/cor, havendo grande heterogeneidade do seu preenchimento entre as regiões do Brasil. Entretanto também foi assinalado que nos últimos anos aconteceram importantes melhoras no seu preenchimento em vários estados, destacadas as cidades de SP e Recife.

Os diferentes métodos de coleta da informação sobre raça/cor – sobretudo comparando-se o SIM e o SINASC, no qual o primeiro é informado principalmente por profissionais envolvidos no óbito e o segundo pela declaração da mãe do recém-nascido – podem acarretar problemas metodológicos a serem considerados nos achados e comparação de pesquisas.

Percebeu-se discordância entre autores quanto à utilização dos dados sobre raça/cor. Alguns ressaltam as falhas na coleta dos dados e consideram que esta deficiência impõe grandes limites à sua utilização na gestão e em estudos epidemiológicos. Já outros autores ponderam que no Brasil existe grande disponibilidade de dados e apesar da complexidade envolvida na classificação da raça/cor, existem informações consistentes e valiosas. Destacado que a validade e confiabilidade na mensuração da variável raça/cor é amplamente discutida no campo da genética e da saúde pública.

Estudo epidemiológico de Lotufo (16) sobre mortalidade revela que em 2003 não havia informação sobre raça em 10,3% das declarações de óbitos no Brasil. No

estado de SP, porém, a taxa foi menor, de 1,8%. Segundo o Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade (PRO-AIM), a taxa de não declarado na cidade de SP foi de 6,7%. Imbiriba (24), ao coordenar estudo no norte do Brasil envolvendo indígenas, detectou baixo preenchimento, de 34,7%, do campo raça/cor do SINAN.

A distribuição étnico-racial populacional geral, regional ou da cidade de referência nas pesquisas foi descrita em 9 estudos dos 21 que utilizaram amostra/população. Os dados foram retirados dos censos de 2000 e de outros anos, além das Pnads. Desta forma a distribuição étnico-racial das pesquisas foi passível de comparação e análise com os dados populacionais oficiais, que também possibilitaram o cálculo das taxas dos estudos de mortalidade. Parte dos autores apontou possíveis vieses nos resultados devido ao fato de o Censo usar a autodeclaração e as pesquisas e sistemas de informação utilizarem, por vezes, outros métodos de classificação.

6.2.12- Diferenças étnico-raciais e saúde

As diferenças étnico-raciais foram objeto de investigação ou discussão em todos os artigos analisados e referem-se à prevalência de doenças, às taxas de mortalidade, ao acesso aos serviços, às diferenças culturais, às condições socioeconômicas e à qualidade de vida. Na maioria dos artigos as diferenças citadas foram relacionadas à maior vulnerabilidade de saúde e desvantagem socioeconômica da população negra. Ressalte-se o único estudo focado em populações indígenas que detectou incidência nove vezes maior de hanseníase em indígenas quando comparados a não indígenas.

Causas diferentes são elencadas nos artigos analisados para explicar as diferenças étnico-raciais, podendo ser agrupadas em duas vertentes. A primeira atribui uma predisposição genética específica à raça na explicação das diferenças étnico-raciais no adoecer e no desenvolvimento das doenças. Havendo, porém, menção à influência de outros fatores, como os ambientais, comportamentais e as próprias condições sociais. Embora alguns autores observem que os mecanismos relativos às diferenças não sejam bem conhecidos, esta vertente caracteriza-se por postular uma herança genética específica das raças. Já a segunda vertente rebate

fortemente a atribuição de diferenças biológicas, de fundo genético às diferenças étnico-raciais nas doenças. No embasamento desta crítica são consideradas as limitações metodológicas dos estudos e a não possibilidade de justificar a associação entre genética-raça-doença pelos achados genômicos atuais. Esta segunda vertente credita e discute um eixo sociológico de compreensão das diferenças raciais em saúde, destacando-se as desigualdades socioeconômicas e o racismo.

As doenças e agravos mais discutidos nos estudos e que receberam um enfoque étnico-racial foram: diabetes mellitus, hipertensão arterial e doenças cardiovasculares, glomerulonefrite, obesidade, AIDS, anemia falciforme, câncer de próstata, morte materna, transtornos mentais e mortes devido a violências. Alguns estudos vincularam a incidência/prevalência de doenças a um gradiente de intensidade de cor de pele, do mais escuro ao mais claro.

Não foi objetivo desta dissertação discutir e analisar as diferenças étnico-raciais encontradas nos estudos, mas foi intenção marcar a atualidade do seu debate não só nas pesquisas acadêmicas como na implantação de políticas de saúde e na gestão de serviços. Quanto à fundamentação metodológica dos estudos analisados pode-se dizer superficialmente que foi heterogênea, havendo estudos aparentemente consistentes na aplicação do arsenal epidemiológico e outros que sequer associaram raça/cor e etnia a outras variáveis.

7-DISCUSSÃO

A partir dos resultados da análise dos resumos e artigos brasileiros pode-se depreender que a classificação étnico-racial utilizada reflete, em grande parte, uma falta ou insuficiência de reflexão sobre as questões que envolvem este tema. Há necessidade de uma abordagem problematizadora do processo histórico de formação do país, da evolução das relações raciais, da existência da discriminação racial e da emergência das identidades étnico-raciais para a compreensão e realização de pesquisas com recorte étnico-racial.

A inconsistência conceitual dos termos raça, cor e etnia, assim como a utilização de uma terminologia diversificada e não padronizada, presente nos artigos científicos brasileiros, pode significar dificuldade para se visibilizar e discutir as segmentações raciais existentes no Brasil. Nos resumos brasileiros é corroborada a afirmação de Monteiro (2004) que, apoiada na literatura norte-americana, alerta para a imprecisão e polissemia das categorias raça e origem étnica. A autora comenta que é amplamente aceito que as categorias raciais e étnicas sejam imprecisas e as mudanças na sua mensuração sejam histórica, administrativa e politicamente construídas.

A utilização de raça, cor e etnia como tema ou variáveis nas pesquisas requer precisa conceituação para evitar as implicações e os problemas do seu uso acrítico, salienta Bastos (14), em artigo analisado. Alchorne (22) e Laguardia (8) diferenciam raça de etnicidade, porém o segundo comenta que na literatura epidemiológica frequentemente estes termos são usados como sinônimos. Outras percepções aparecem nos artigos analisados: Romero (6) declara que “[...] raça é uma característica estritamente subjetiva.” Raça também pode, de acordo com

Santos (13), vincular uma consciência política e, para Bastos (14), configurar um processo de negociação de identidades.

Nos artigos analisados percebe-se duas perspectivas predominantes e consoantes com Laguardia (8), este autor considera que as definições de raça estão vinculadas ao seu caráter social ou biológico. Exemplifica-se com Maio (9) que opta definir raça como uma construção sociocultural em contraponto a percepção de Latado (4). Este autor declara que diferenças raciais nos indicadores socioeconômicos não explicam o excesso de mortes de negros, e que “[...] parte das diferenças raciais em eventos cardiovasculares são mediadas por fatores genéticos que determinam a gravidade da doença e resposta a medicamentos.” A referência a fatores genéticos, hereditariedade, grupos etnicamente definidos, mesmo citando-se aspectos não biológicos, perpassa a crença numa essência racial calcada no biológico, ainda que não clara ou assumida para o próprio autor.

Diferença substancial entre EUA e Brasil é o fato do primeiro apresentar grande frequência de estudos focados em raça/etnia, o que expressa a vivência de uma sociedade com uma consciência de ser multirracial e multiétnica. Já na maioria dos resumos brasileiros, a referência a raça, cor e etnia _o que ocasionou a sua seleção _ é apenas devido ao fato de ter sido citada como uma variável socioeconômica, mas de estudos sem foco nesta temática.

Nos artigos analisados, cerca de metade levantam aspectos sobre a realização de estudos com recorte étnico-racial: a vinculação de raça/cor e etnia às desigualdades em saúde; o número insuficiente de estudos na investigação de determinadas doenças em indivíduos não brancos; a necessidade de aumentar o número de pesquisas com este enfoque; a dificuldade de pesquisadores associarem raça às causas das desigualdades; a crítica às pesquisas orientadas pelo determinismo genético. Rosemberg (7) enfatiza que há muito espaço para pesquisa sobre questões relativas à classificação racial. Batista (2) destaca que poucos estudos associam a inserção social desvalorizada e desqualificada dos negros aos indicadores de saúde. Em parte expressiva dos artigos é avaliado que embora tenha havido expressivo aumento da sua produção, especialmente em saúde coletiva, ainda é restrito o seu espectro no campo das ciências da saúde.

Nacionalidade, procedência geográfica e origem étnica

Além da indefinição conceitual e a sobreposição dos termos raça, cor e etnia, encontrado na maioria dos artigos analisados, o uso na literatura de nacionalidade, procedência geográfica e origem étnica, faz aumentar a complexidade da classificação étnico-racial. Descreve-se abaixo, retirado da literatura citada pelos artigos, outras denominações utilizadas na caracterização de indivíduos e populações:

-nacionalidades/continentes (asiáticos, hispânicos, chineses, europeus, italianos, polinésios);

-etnias (bantus, sudaneses, etnias indígenas do Amazonas);

-regiões (migrantes nordestinos);

-associação de raça com descendência (negros descendentes de africanos, descendentes de nativos americanos);

-associação de raça com nacionalidade (brancos americanos, negros norte-americanos, negros jamaicanos, caucasóides norte-americanos);

-associação de raça com origem geográfica (negros africanos, caucasianos europeus, brancos caucasianos, brancos europeus, ameríndios);

-associação de origem geográfica com nacionalidade (afro-americanos, japoneses americanos, afro-brasileiros, euro-americanos, anglo-australianos, chineses de Taiwan);

Costa (12) desenha as confusões e fusões derivadas de noções diversas do que seja raça, cor, origem, nacionalidade, ao analisar dois esquemas classificatórios – adotados por instituições médicas observadas em seu estudo – ora descritos:

- 1- As opções para raça são: caucasiana, negra, oriental, hispânica e índia. A partir de cada raça são feitas escolhas de cor: à raça caucasiana é vinculada a cor branca ou morena; à raça negra a cor negra ou mulata; à raça oriental a cor branca ou morena.
- 2- As opções para raça são: branca, negra, amarela, indígena e parda. E para cor: branca clara, branca média, morena, mulata, oliva e negra.

Ao analisar os esquemas a autora verificou: categorias raciais utilizadas como categoria de cor (ex. mulato); categorias de cor utilizadas como categoria racial (ex. branco, negro, amarelo, pardo); categorias de origem étnica utilizadas como categoria racial (ex. hispânico) e origem étnica sendo usada como nacionalidade. A padronização utilizada além de confusa e misturar definições, reforça a subjetividade da classificação; no caso, a do médico. Na identificação dos indivíduos Rosenberg (7) frisa a diferença entre segmentos de cor (branca, preta e parda) e segmentos raciais (branco e negro). Nos resumos norte-americanos identificou-se terminologia criticada por Travassos & Williams (2004), sobre o etnocentrismo norte-americano ao se apropriar do adjetivo *american* para designar pessoas com origens em outros continentes e países. Ao contrário do Brasil, nos EUA as categorias são fixas, não maleáveis, fazendo a junção e incorporação de grupos heterogêneos em relação ao país de origem e etnicidade. Exemplificando os autores citam que brasileiros, cubanos e mexicanos apresentam ampla variação nos aspectos sobre imigração, assimilação e mobilidade social, cor de pele e nível socioeconômico, características integrantes e inter-relacionadas com etnicidade. Portanto a associação de *hispanic* com *latino* em uma única categoria é questionável.

Diante desta multiplicidade de identificações e significações remete-se a importância da incorporação de conhecimentos específicos da história e sociologia ao se abordar a identificação étnico-racial dos indivíduos. Apoiando-se em Guimarães(2003) facilita-se a compreensão de que a utilização de raça requer noções do que sejam etnia, nação, povo e estado.

Terminologia da classificação étnico-racial

A classificação dos indivíduos descrita nos artigos nem sempre utilizou as mesmas categorias do IBGE, acarretando a necessidade de “adaptações” na comparação da distribuição étnico-racial da amostra com os dados populacionais do IBGE. Há sugestão de homogeneização da terminologia utilizada na coleta de dados nas diversas instâncias governamentais. Segundo Bento (2008) os cadastros públicos apresentam heterogeneidade na sua terminologia e nas formas de classificação. Utilizando--se as categorias encontradas nos resumos, foi feito um exercício de equivalência destas com as categorias oficiais do IBGE, comprovando-se então a afirmação de Telles (2003) sobre a fluidez da classificação racial no Brasil, o que pode provocar inconsistência das categorias classificatórias empregadas em uma pesquisa.

A categoria **branco** pode incluir: caucasóide, branco, clara, leucoderma, não indígena, moreno; **preto**: não branco, negro, negróide, não caucasiano, escura, melanodérmica, afro-brasileiro, preto, moreno, não indígena; **pardo**: todas as listadas para preto, com exceção da própria denominação preto, acrescentando-se mulato, pardo, intermediária, mestiço, mista, light mulato, dark mulato, brown; **amarelo**: mongolóide, amarelo, não caucasiano, não indígena, não branco; e **indígena**: indígena, não branco, não caucasiano.

Observa-se portanto que um grande número das categorias não oficiais pode corresponder a duas ou mais categorias oficiais – no exercício acima existem 9 categorias não oficiais que podem corresponder às categorias preto ou pardo. Os pesquisadores precisam estar atentos para a ambiguidade das categorias étnico-raciais ao comparar diferentes estudos, pois embora possam ser utilizadas as mesmas denominações, o significados poderão ser equivalentes ou não.

-Moreno, mulato, afro-brasileiro, pardo

Tanto a categoria moreno como a categoria afro-brasileiro aparecem apenas uma vez nos resumos. Esta frequência não expressa o espectro do debate em torno da

utilização de ambas. Maggie (1996), ao referir o trabalho de Néelson do Valle e Silva, ressalta que o pesquisador, ao analisar os dados da Pnad de 1976, detectou que moreno alcançou 1/3 das respostas na pergunta aberta sobre a cor do entrevistado. A mesma autora valoriza as diversas categorias populares descritas neste estudo, tais como claro e escuro (também presentes nos resumos, assim como moreno), sendo para ela uma forma brasileira de falar de hierarquia sem falar de oposição, como acontece com negro e branco (Maggie, 1996).

A denominação afro-brasileiro (afro-descendente) é muito valorizada no discurso do movimento negro e cada vez mais utilizada na implantação das ações afirmativas. O termo, segundo Bento (2008), correspondente a afrodescendente, tem o seu locus de surgimento na década de 30, no espaço religioso do candomblé, porém com a conotação política de pertença à África e de indivisibilidade das teologias dos diferentes segmentos do candomblé. Atualmente o termo é empregado como sinônimo de negro, contudo não enfoca o aspecto da aparência, e sim a marca da ascendência.

Moreno e mulato não são categorias oficiais, mas são comuns no linguajar popular e até institucional/acadêmico. Observou-se que mulato, apesar de não ser uma categoria oficial, foi definido previamente como categoria em cinco estudos que utilizaram amostra. Já moreno surgiu somente na autoclassificação em pergunta aberta, sendo que mulato também foi citado ao se utilizar este método.

Alguns dos artigos analisados discutem a amplitude e ambiguidade da categoria moreno. Esta pode incluir desde o branco de cabelos pretos até mulatos e pardos, ou até mesmo o indivíduo com pele preta. Em estudo com trabalhadores da Bahia, Gattás (28) verificou que o autodeclarado moreno atingiu 55% da amostra, a despeito dos entrevistadores oferecerem as opções black ou mulato. Interessante o comentário neste mesmo artigo, sobre o fato de a Bahia receber muito sol, fazendo com que os trabalhadores ao ar livre tenham a pele muito bronzeada. Silva (21) atrela a escolha de moreno em quase 20% da população de um quilombo à influência do mundo globalizado através das antenas parabólicas.

Há controvérsias sobre qual seria a melhor denominação para definir as categorias entre o preto (ou negro) e o branco. Pardo não significa apenas mulato,

pode se referir também a outras misturas raciais. Maio (9) encontrou grande concordância da categoria pardo entre as perguntas abertas e fechadas, na autoclassificação de funcionários em uma universidade. Para o autor isto mostra uma tendência à incorporação e uso da classificação oficial do IBGE. Em estudo de revisão bibliográfica Barreto (18) comenta ser frequente o uso da categoria mestiço ou mulato em pesquisas epidemiológicas.

- Negro e preto:

A categoria negro foi três vezes mais freqüente nos resumos do que preto. Interroga-se, qual o significado de negro? Refere-se a cor de pele, ancestralidade, origem étnica ou a identidade política coletiva? O uso da mesma denominação sem clareza de seu significado pode ocasionar diferentes interpretações da classificação realizada. A categoria negro foi utilizada nos artigos tanto para referir a raça como cor da pele. Já preto foi empregado como categoria de cor em artigos nos quais não há a categoria negro.

Negro, como categoria de cor, representa o polo mais escuro de um gradiente de cores para classificação de indivíduos. Percebe-se a denominação negro com o mesmo significado de preto quando outras categorias de cor intermediária (pardo, mulato, mixed, moreno) são citadas. Negro, empregado como categoria política, representa a aglutinação de preto + pardo com uma clara conotação política, baseada no pressuposto de resgate e valorização da identidade étnico-racial. Telles (2003) situa que a categoria negro atualmente se tornou um símbolo de identificação e orgulho étnico, sendo a defesa do seu uso pelo movimento negro uma busca pela valorização da negritude .

Nos artigos em inglês, a utilização da palavra black comporta dúvida sobre o seu significado, mesmo quando são citadas categorias intermediárias, o que levaria a pressupor black como a cor preta. Na tradução para o português, de black como preto ou negro, mesmo deduzindo-se o sentido de cor, permanece a implicação da adequação das categorias diante da possibilidade de outros significados relacionados à duplicidade preto e negro.

Um ponto que merece reflexão mais apurada é a detecção de substituições dos termos preto e negro em quatro artigos. Não foi possível verificar se foi uma falha ou um rearranjo teórico-político, mas de qualquer modo denotou alguma inconsistência e significativa possibilidade de confusão na interpretação dos achados dos estudos. O primeiro artigo baseia-se nos critérios de Krieger e colaboradores para a classificação, em que consta a categoria negra, mas o autor, ao fazer uma recomposição das categorias classificatórias, trocou negro por preto. Outra incongruência foi a descrição da composição étnico-racial de Salvador, apoiada no IBGE, utilizando a categoria mulato, que não é a adotada pelo órgão citado. O segundo artigo dá margem à ambivalência na sua compreensão, pois refere que ao usar o termo negro no seu trabalho, este significa a soma de negro (em vez de preto) e pardo. Ao mesmo tempo, especifica que somente os negros e não os pardos serão objeto de análise. O terceiro artigo, que é uma revisão sistemática de literatura, cita um ensaio clínico com uma amostra de negros e não negros e posteriormente, nos comentários e em uma tabela, converte negros para não brancos. Ao comentar uma tabela onde é descrita a categoria preto, o quarto artigo a substitui por negro no decorrer do texto.

- Branco, indígena e amarelo

Embora branco seja uma categoria utilizada em todos os estudos, não houve nenhuma definição ou explicitação de como são classificados os indivíduos nesta categoria ou o seu significado, ou seja, o ser branco é naturalizado. A análise das categorias amarela e indígena ficou prejudicada pelo fato de quase todos os estudos terem focado sua investigação e discussão nas outras categorias étnico-raciais. Apesar de sete pesquisas terem identificado indivíduos pertencentes a estas categorias, eles foram excluídos da análise estatística.

Nos resumos dos EUA, a categoria mulatto e multiracial apareceram uma vez, Travassos & Williams (2004) comentam que mulatto foi utilizado nos censos por períodos intercalados até 1930, quando então foi retirado, demonstrando a consolidação da classificação bipolar (black x white) e a oposição à miscigenação. A criação da categoria “mulatto”, comenta Nobles (2000), atendeu aos interesses dos teóricos que defendiam a poligenia, buscando desta forma aferir as hipóteses da infertilidade e fragilidade das raças miscigenadas, ou seja, o censo foi

deliberadamente usado para os interesses dos cientistas raciais. Quanto ao termo multirracial Travassos & Williams (2004) revelam que este contraria a ideia de “raças puras” reforçada pelas diretrizes do OMB. De acordo com Nobles (2000) a OMB em 1993 teve seus procedimentos criticados publicamente, em relação à incapacidade de classificar racialmente novos imigrantes e descendentes de casamentos inter-raciais. Houve *lobby* de diversos grupos que pleiteavam um reconhecimento particular, com diferentes demandas como a desagregação da categoria branca (ex. a criação da categoria oriente médio) e a inclusão da categoria multirracial. Contudo organizações de direitos civis foram contra mudanças substanciais. As demandas foram negadas e o órgão inovou permitindo a possibilidade da escolha de mais de uma raça.

Crítérios e métodos

Ainda são poucos os estudos no Brasil preocupados com a compreensão da dinâmica e os aspectos específicos da classificação étnico-racial. A identificação étnico-racial dos indivíduos envolve o conhecimento não só de conceitos, mas também de critérios e métodos que são diversos. A escolha destes deveria pautar-se nos objetivos dos estudos. Nos EUA há uma discussão em relação a problemas metodológicos no uso da raça em pesquisas de saúde pública, o qual é muito incipiente no Brasil.

Um dos aspectos metodológicos fundamentais da classificação étnico-racial é como proceder à classificação. Travassos & Williams (2004), ao compararem Brasil e EUA, relatam que a classificação no segundo é baseada principalmente na ancestralidade e não no fenótipo, como é no Brasil. Segundo Telles (2003) a aparência física veiculando sinais de status social – além da cor e traços fenotípicos – é a base para a classificação no Brasil. Para Bastos (20) a identificação racial no Brasil baseia-se na cor da pele, forma do nariz, lábios e tipo do cabelo Variáveis como escolaridade, sexo e a idade dos entrevistados também podem ser influentes. Costa (12) refere que traços fenotípicos somente têm importância porque são eleitos no interior de uma ideologia preexistente, que os utilizam geralmente para justificar desigualdades sociais.

Diferentes métodos de coleta são utilizados nas pesquisas acadêmicas, nos cadastros institucionais e nos sistemas públicos de informação. Para Bastos (20) “A forma de classificação racial deve estar em conformidade com os objetivos de cada estudo em particular.”

Nos estudos analisados vários pesquisadores ressaltam que a classificação no Brasil é caracterizada por fluidez, dependência contextual, critérios subjetivos e complexidade. São muito citados os limites tênues entre as raças e a miscigenação como características da população brasileira. Antonopoulos (15) declara que a dificuldade para determinar raça no Brasil deve-se ao fato de a população ser muito miscigenada – em sua pesquisa não foi possível classificar 19,6% dos participantes. Vários outros autores também atribuem à mistura racial as dificuldades para a classificação étnico-racial. Preto (27) comenta que a miscigenação diferenciada entre as regiões do Brasil prejudica a extrapolação de dados das pesquisas. Percebe-se que em parte dos autores analisados há uma naturalização destas dificuldades classificatórias, sendo subvalorizados os métodos e critérios e sobrevalorizada a miscigenação.

Desde 1950 o IBGE utiliza a autoclassificação e já diversos estudos demonstram a melhor adequação deste método para a identificação dos indivíduos. Portanto é instigante pensar qual é a lógica que orientou a maioria dos estudos, pois estes preferencialmente utilizaram a heteroclassificação. Talvez entre alguns pesquisadores estudiosos vigore uma concepção de raça como uma variável objetiva para olhar do observador e sem estar relacionada a assunção de uma identidade étnico-racial. No concernente aos métodos de classificação de raça, cor e etnia alguns estudos analisados destacam-se especificidades da autoclassificação e heteroclassificação, detalhadas abaixo:

1) Estudo de Maio (9), com representativa amostra de uma instituição universitária, através de questionário autoaplicável, utilizou o método de autoclassificação em pergunta fechada com as 5 categorias do IBGE e também em pergunta aberta que abarcou 41 tipos diferentes de respostas. Estas respostas foram aglutinadas e convertidas para o padrão do IBGE, comparando-se a concordância das categorias entre a pergunta aberta e a fechada. Resultados:

- Houve alta concordância entre ambos sistemas de autotranscrição, com tendência de negros e pardos da pergunta aberta escolherem categorias mais claras na pergunta fechada. A tendência reincidiu ao se estratificar a amostra por idade, escolaridade e renda familiar. Os brancos e pardos da pergunta aberta, ao serem comparados com as mesmas categorias da pergunta fechada, obtiveram respectivamente 96,0 e 95% de concordância. Entre pretos e negros, que assim se identificaram na pergunta aberta, respectivamente 76,0 e 69,0% optaram pela categoria preta na pergunta fechada. Ou seja: 24% e 31,0% dos que se identificaram como pretos e negros, respectivamente, escolheram a categoria parda na pergunta fechada;

- Dos participantes que se identificaram como moreno e mestiço, 75,0 e 71,0% classificaram-se como pardos na pergunta fechada. Entre os mulatos, 85,0% se incluíram nesta categoria. Destaca-se que 23,0% dos morenos, 25,0% dos mestiços e apenas 5,0% dos mulatos escolheram a categoria branco na pergunta fechada;

- O número de pessoas que se denominaram negros na categoria aberta foi bem maior do que os que se denominaram preto na categoria fechada, o que leva a pensar em negro significando a incorporação de uma identidade cultural e política.

2) Dois estudos, Bastos (14) e (20), usando o mesmo desenho, com representativa amostra populacional, cujos participantes foram entrevistados em seus domicílios por meio de entrevistadoras, utilizaram os métodos de autotranscrição e heterotranscrição em pergunta fechada com as 5 categorias do IBGE. A única diferença entre os estudos foi a que o primeiro ofereceu a opção “outros”, sendo que 1,9% dos participantes citaram 55 tipos diferentes de respostas ao escolher esta categoria.

Resultados do 1º estudo:

- De uma forma geral a proporção de brancos foi maior através da classificação das entrevistadoras do que pela autotranscrição (80 e 75,3% da amostra). A proporção de pardo foi maior na autotranscrição e a proporção de black praticamente não se alterou. Houve maior variação de categorização na autotranscrição.

- Homens de 40 anos ou mais apresentaram tendência de se autotransclassificarem como pardo quando respondiam a entrevistadoras pretas, especialmente sendo homens pretos. Entretanto, entrevistadoras pretas tendiam a classificar os entrevistados mais como brancos do que como pretos. Isto comprova uma interação entre as dimensões de idade, sexo, raça/cor nos resultados do processo classificatório. A variação da atribuição da raça/cor entre entrevistados e entrevistadores de sexo diferentes leva a considerar como estratégia em pesquisas a equiparação dos sexos entre estes atores.
- As entrevistas feitas em domicílios podem interferir na atribuição da raça/cor pelas entrevistadoras. Considera-se que os achados do estudo enfatizam a natureza contingencial da classificação da raça/cor no Brasil.
- A autodeclaração através de pergunta aberta, sem categorias prévias, suscita maior variedade de respostas. Entretanto é interessante notar que diante de categorias estabelecidas para autotransclassificação, o entrevistado adere majoritariamente às categorias já delimitadas, mesmo tendo como opção “outros”.

Resultados do 2º estudo:

- Observou-se alta reprodutibilidade no estudo entre heterotransclassificação e autotransclassificação (93,5%), verificando-se tendência de branqueamento dos entrevistados pelas entrevistadoras. A proporção de pardos foi maior na autotransclassificação.
- Os brancos foram mais propensos a serem classificados de forma mais consistente do que os pretos e os pardos, nesta ordem. As entrevistadoras, ao classificar aqueles que se declararam pardos, optaram pela categoria de branco 1,4 vezes mais do que pela categoria de pretos. Em relação aos pretos, as entrevistadoras tenderam a classificá-los como brancos 1,5 vezes mais do que como pardos.
- Os grupos de raça/cor branca e preta tiveram maior concordância entre as mulheres. A proporção de concordância foi maior para o estrato de maior idade, sendo a tendência de branqueamento maior entre os jovens.
- A tendência ao branqueamento em relação à escolaridade, renda familiar e condição socioeconômica também foi constatada. Pardos (em maior grau) e pretos (em menor

grau) de melhores condições socioeconômicas foram mais propensos à inclusão em categorias mais claras. Inversamente, autoclassificados pardos com renda familiar e condição socioeconômica mais baixas tenderam à classificação como pretos. A proporção de concordância para pretos foi maior nos estratos com pior escolaridade, renda e condição socioeconômica.

- Indivíduos do sexo masculino, mais jovens e com melhores condições socioeconômicas tenderam à inclusão em categorias mais claras.

3) Pesquisa de Novaretti (26) que reclassificou pacientes através da raça dos pais e avós, os quais inicialmente foram classificados pela cor da pele e características físicas, verificou que a identificação da raça branca diminuiu de 75,9% para 53,7%. A 1ª classificação foi similar ao registro ambulatorial e ao censo estadual (80,7% e 70,4%). O autor considera que por razões culturais há uma tendência de entrevistadores em classificar não brancos como brancos.

4) Pesquisa de Gattás (28), ao utilizar em dois grupos de amostra diferentes métodos e critérios de classificação, levantou alguns pontos de interesse. O primeiro grupo foi classificado através de uma composição entre a heteroclassificação e a autoclassificação. Desta forma black foi definido quando este fenótipo foi avaliado pelo entrevistador através da cor da pele da parte interna do braço, pela face e características do cabelo, associando-se a autoclassificação e identificação dos pais e avós como black. O segundo grupo obteve uma baixa concordância entre a heteroclassificação e a autoclassificação, destacando-se maior proporção de black e white na heteroclassificação e grande designação da categoria moreno (55%) na autodeclaração. Na sua literatura é referida pesquisa que, ao identificar a mesma amostra em diferentes ocasiões, observou que 12,5% trocava de categoria étnico-racial.

8- CONCLUSÕES

O presente trabalho constata que a classificação de raça, cor e etnia nas ciências da saúde é uma questão com implicações que em muito ultrapassam os meros aspectos metodológicos e técnicos. Ressalte-se sua importância como variável social nos estudos epidemiológicos.

Na literatura analisada, em grande parte das pesquisas os indivíduos são classificados de forma acrítica, havendo tanto indefinições conceituais no uso dos termos raça, cor e etnia, como inadequações metodológicas, resultando em classificações inconsistentes. Isto reflete uma naturalização/banalização do uso da variável raça/cor, ignorando-se a discussão, ainda pequena mas crescente e essencial, dos desafios e complexidades da classificação e da abordagem da temática raça/cor/etnia.

Uma parte expressiva dos estudos com recorte étnico-racial – em especial no campo da saúde coletiva, a partir das reflexões e questões delineadas das outras áreas de conhecimento, principalmente das ciências humanas e sociais – desvelam a necessidade e urgência de incorporação da discussão da classificação étnico-racial no campo da saúde. O estudo da classificação étnico-racial como objeto de teorização ou investigação empírica ainda é diminuto. A maior parte dos estudos em saúde tem como objeto temáticas relacionadas a patologias e, secundariamente, a desigualdades em saúde.

A consistência dos estudos em saúde com foco étnico-racial pode ser avaliada quando a discussão da repercussão do racismo e a discriminação na produção das desigualdades sociais e de saúde são vinculadas à sua elaboração e ao seu desenvolvimento. Embora seja praticamente consensual nos circuitos científicos que raça é um constructo social, em parte expressiva dos estudos são identificados aspectos difusos que mostram uma afinidade com o conceito biológico de raça.

Quanto a este, existe um forte posicionamento, embasado cientificamente, que rejeita a concepção de um determinismo genético na gênese das doenças étnico-raciais. A plausibilidade biológica nos estudos sobre diferenças étnico-raciais é contestada:

“[...] essas diferenças não estão inscritas em nosso genoma, que elas são fruto de situações históricas e sociais que se expressam na existência e nos corpos daqueles que estão submetidos a práticas discriminatórias, em que a biologia e o meio ambiente interagem de maneira complexa na constituição de agravos a saúde”. (Laguardia, 2005).

No Brasil a identificação dos indivíduos geralmente é realizada através da cor de pele, traços do nariz, lábios, textura do cabelo, sendo influenciada pela aparência e *status* social. A classificação também depende do contexto situacional do indivíduo e da região geográfica.

Nos estudos analisados foi identificada a utilização de uma terminologia não padronizada e o emprego de diferentes métodos de classificação. Tais diferenças podem comprometer a avaliação dos achados e sua comparação com outras pesquisas. Quanto aos métodos, foram utilizados preponderantemente a autoclassificação e a heteroclassificação, sendo a segunda mais prevalente nas pesquisas. A classificação por terceiros pode ser menos precisa que a autoclassificação, e neste caso alguns estudos mostram que há uma maior tendência ao branqueamento, ou seja, ao uso de categorias mais claras, influenciando também o sexo e a idade do entrevistado. Algumas pesquisas discutem a interferência do sexo e da raça/cor do entrevistador na autoclassificação do entrevistado.

Diversos estudos da literatura sobre classificação étnico-racial observaram uma alta concordância na autoclassificação e heteroclassificação, mesmo quando entrevistados se classificavam através de categorias não definidas previamente. Constatou-se também grande utilização espontânea das categorias censitárias, o que mostra sua consistência e adequação a uma crescente tendência popular do seu uso.

A utilização da classificação étnico-racial pelas instituições e pesquisadores requer a reflexão de aspectos referentes ao processo de formação do povo brasileiro, a partir de perspectivas históricas diferenciadas, onde se confrontaram assimilação e

repressão de culturas e identidades. Também é necessário o acompanhamento do debate público e acadêmico sobre identidades, desigualdades sociais, racismo, discriminação, equidade e políticas públicas.

Assim deve-se recomendar a implantação do quesito raça/cor conforme o padrão do IBGE, nos registros e sistemas de informação das instituições públicas, padronizando-se também o método de coleta da informação. Desta forma poderão ser oportunizadas iniciativas e políticas de promoção da equidade racial. Segundo Bento (2008), embora o Brasil historicamente possua sistemas de classificação racial, o tema só ganhou relevância quando passou do uso relacionado à violação dos direitos para o exercício dos direitos, a partir das reivindicações da população negra.

No desenho dos estudos com foco étnico-racial e na escolha da metodologia classificatória, devem-se observar as recomendações de Travassos & Williams (2004). Entre elas: justificativa do uso de raça; definição do conceito empregado; inclusão de outras variáveis sociodemográficas e clareza na descrição dos métodos empregados.

Na polêmica atual sobre os sistemas de classificação, impera que suas finalidades sejam claras. Há que se separar, mesmo que sejam limitados pelo ângulo das especificidades identitárias, os objetivos de classificação étnico-racial realizada pelos levantamentos populacionais, dos objetivos específicos relativos aos estudos científicos. Da mesma forma é preciso diferir o contexto do uso popular nas relações sociais daquele manifestado no domínio do espaço privado.

Ao se pensar na utilização de um sistema de classificação com foco nas segmentações sociais e econômicas, com o objetivo de demarcar diferenças em segmentos populacionais, é inegável a adequação do IBGE. Ao mesmo tempo deve-se considerar a não factibilidade de introdução das denominações cotidianas da esfera social e privada em um sistema oficial. Entretanto um sistema de classificação étnico-racial não esgota a investigação das identidades onde se misturam origem, nação, cor, cultura e contexto social.

Para Petrucelli (2002) há uma grande demanda de informações , ressaltando-se :

“[...] uma investigação mais aprofundada das características da identificação da população brasileira com seus referenciais de origem, ancestralidade e forma como a aparência ou pertença a grupos de cor é percebida e faz parte da experiência cotidiana de cada um, reclama da disponibilidade de maiores informações”.

No cerne deste debate aponta-se para a importância da reflexão e discussão de duas fortes características da sociedade brasileira: as desigualdades raciais e a identidade nacional. Segundo Guimarães (2000) o mito das três raças – fundador da nacionalidade brasileira, demarcado por três polos raciais (o negro, o branco e o índio) – sofre uma recriação nos três vértices, embora não de forma popular, e sim expressiva da concepção do Brasil como nação multirracial, em vez de nação mestiça. Pode-se depreender portanto que a abordagem e reflexão teórica da classificação de raça, cor e etnia é indissociável desta discussão que mistura brasilidade e identidade étnico-racial.

Conclui-se que nas ciências da saúde ainda é deficitária e insuficiente a abordagem metodológica na classificação de raça, cor e etnia, seguindo necessário ampliar a investigação dos seus aspectos teóricos, conceituais e técnicos, indissociáveis da discussão sobre desigualdade racial e racismo.

9 -REFERÊNCIAS

9.1. Bibliografia Citada e Consultada

Araújo E M; Costa M C N; Hogan V K; Araújo T M; Dias A B; Oliveira L O A. A utilização da variável raça/cor em Saúde Pública: possibilidades e limites. Interface comun. saúde educ. 2009 Dez; 13 (31): 383-394.

Araújo E M; Costa M C N; Hogan V K; Mota E L A; Araújo T M; Oliveira N F. Diferenciais de raça/cor da pele em anos potenciais de vida perdidos por causas externas. Rev. Saúde Pública. 2009 Jun; 43 (3): 405-412.

Arruti J M A. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Mana [online]. 1997, vol.3, n.2 pp. 7-38.

Barbosa M I S B. Racismo e Saúde [tese]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 1998.

Bento M A S. A implementação do quesito cor na área da saúde: o caso da prefeitura de São Paulo. In: Batista L E; Kalckmann S (Orgs.). Seminário Saúde da População Negra - Estado de São Paulo, 2004. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005.

Bento M R S. Classificação Racial: Entre a ideologia e a técnica [dissertação]. São Paulo: PUC-SP; 2008.

Caetano A. A relação entre cor da pele/raça e esterilização no Brasil: Análise dos dados da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde. In: Monteiro S; Sansone L. (orgs). Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2004. p. 229 – 247.

Cashmore E. Dicionário de Relações Étnicas e Raciais. São Paulo: Selo Negro; 2000.

Chor D; Lima C R A. Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil. Cad. saúde pública. 2005 Out; 21 (5): 1586-1594.

Dicionário Aurélio Beta [homepage na internet]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008-2010 [acesso em 2010 Abr 5]. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/>.

Dicionário de Português – Michaelis [homepage na internet]. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda. 1998-2009 [acesso em 2010 Mai 10]. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?typePag=prefacio&languageText=portugues-portugues> .

Eco H. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva; 1989.

Fry P. A persistência da raça. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2005.

Fry P. As aparências que enganam: reflexões sobre “raça” e saúde no Brasil. In: Monteiro S; Sansone L. (orgs). Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2004. p. 121 – 134.

Giovanetti M R et al. A implantação do quesito cor/raça nos serviços de DST/Aids no Estado de São Paulo. Saúde soc. 2007 Ago; 16 (2): 163-170.

Monica G. Políticas públicas e desigualdade racial: do dilema à ação. In: Monteiro S; Sansone L. (orgs). Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2004. p. 331 – 344.

Guimarães A S A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. Educ Pesq. 2003 Jan / Jun; 29 (1): 93-107.

Guimarães A S A. Preconceito racial: modos, temas e tempos. São Paulo: Cortez; 2008.

Guimarães A S A. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; 1999.

Hasenbalg C A. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal; 1979.

Hasenbalg C. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In Maio M C; Santos R V (orgs). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB. p. 235-246.

Heringer R. Mapeamento de Ações e Discursos de Combate às Desigualdades Raciais no Brasil. Revista Estudos Afro-Asiáticos. 2001; 23 (2): 1- 43.

Hofbauer A. Uma história de branqueamento ou o negro em questão. São Paulo: Editora UNESP; 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Conceitos [homepage na internet]. Brasília: IBGE. 2010 [acesso em 2010 Jan 20]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/anexos/conceitos.pdf>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo 2000 [homepage na Internet]. Brasília: IBGE. 2010 [acesso em 2010 Abr 10]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo/censomundo.shtm>.

Kabengele M. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica; 2008.

Kalckmann S et al. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS?. Saude soc. 2007 Ago; 16 (2): 146-155.

Laguardia J. O uso da variável “raça” na pesquisa em saúde. Physis (Rio J.). 2004; 14 (2): 197-234.

Lima I S. Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; 2003.

Lima N T; Hochman G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina. In: Maio M C; Santos R V (orgs). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB; 1996.

Lima T C S; Miotto R C T. Procedimentos Metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Florianópolis: Katal; 2007.

Longo L A F B; Campos M B. Auto ou alter-declaração? Uma análise da informação de raça/cor nas pesquisas domiciliares. XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS CAXAMBU, MG, 18 a 22 de setembro de 2006. Minas Gerais: ABEP; 2006.

Lopes F. Vamos fazer um teste: qual a sua cor? A importância do quesito cor na saúde. Saúde da População Negra no Estado de São Paulo. Suplemento 1 do Boletim Epidemiológico Paulista. 2007 Mai; 4.

Lopes N. Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana. São Paulo: Selo Negro Edições; 2004.

Maggie Y. “Aqueles a quem foi negada a cor do dia”: as categorias cor e raça na cultura brasileira. In: Maio M C; Santos R V (orgs). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB; 1996.

Maio M C; Monteiro S. Tempos de racialização: o caso da 'saúde da população negra' no Brasil. *Hist. Cienc. Saúde -Manguinhos*. 2005 Ago; 12 (2): 419-446.

Minayo M C S. *Pesquisa Social: teoria,método e criatividade*.2ª ed. Petrópolis: Vozes; 1994.

Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas*. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.

Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra*. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

Monteiro J M. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do império. In: Maio M C; Santos R V (orgs). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB; 1996.

Monteiro S; Sansone L. Desigualdades em saúde, raça e etnicidade: questões e desafios. *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2004.

Munanga K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB. Rio de Janeiro: PENESB; 2003.

Nobles M. History Counts: A comparative analysis of racial/color categorization in US and Brazilian Censuses. *Am. j. public health*.. 2000; 90: 1738-1745.

Nogueira O. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz Ltda.; 1985.

Oliveira F. Ser negro no Brasil: alcance e limites. *Estud. Av*. 2004; 18 (50): 57-60.

Osório R G. *O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE*. Brasília: IPEA; 2003.

Paixão M; Carvano L M(orgs.). *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil: 2007-2008*. Rio de Janeiro: Garamond; 2008.

Paixão M; Carvano L M. *Oficina de Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: LAESER/IE/UFRJ, 2008.

Pena S; Maggie Y; Fry P. *Divisões Perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2007.

Pena S. Razões para banir o conceito e raça da medicina brasileira. *Hist. Cienc. Saúde -Manguinhos*. 2005 Ago; 12 (1): 321-46.

Petrucelli J L. A declaração e cor/raça no Censo e 2000: um estudo comparativo. Rio de Janeiro: IBGE; 2002.

Piza E. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. In: Guimarães A S A; Huntley L. (orgs). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra; 2000.

Queiroz D M. Quem são os negros? Classificação racial no Brasil: aproximações e divergências. Texto apresentado na 24ª Reunião anual da ANPED, 2001. Rio de Janeiro: ANPED; 2001.

Ribeiro D. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia de Letras; 1995.

Rocha E J; Rosemberg F. Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos(as). *Cad. Pesqui.* 2007 Set/Dez; 37 (132): 759-799.

Salvador A D. Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica. 1ª Edição. Canoas: Livraria Sulina Editora; 1970.

Sansone L. Pais negros, filhos pretos: negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Pallas: Edufba; 2003.

Santos R V. Da morfologia às moléculas, de raça à população: trajetórias conceituais em antropologia física no século XX. In: Maio M C; Santos R V (orgs). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB; 1996.

Schwarcz L M. Questão racial no Brasil. *Negras Imagens: Ensaio sobre cultura e escravidão no Brasil*. In: Schwarcz L M; Reis L V S. São Paulo: EDUSP: Estação ciência; 1996.

Schwarcz L M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Seyferth G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: Maio M C; Santos R V (orgs). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB; 1996.

Silva V S. Extensão e Natureza das Desigualdades Raciais no Brasil. In: Guimarães A S A; Huntley L (orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra; 2000. p.33-52.

Telles E E. Racismo a brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 2003.

Theodoro M (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

Travassos C; Williams D R. The concept and measurement of race and their relationship to public health: a review focused on Brazil and the United States. Cad. Saúde Públ. 2004 Jun; 20(3): 660-678.

Turra C; Venturini G. Racismo Cordial. Folha de São Paulo. São Paulo: Ática. 1998.

U. S Census Bureau – State & Country Quikfacts [homepage na internet]. Whashington: Census Bureau. 2010 [acesso em 2010 Mai 15]. Disponível em: http://quickfacts.census.gov/qfd/meta/long_RHI125200.htm .

9.2. Bibliografia Analisada

Alchorne M M A; Abreu M A M M. Dermatologia na pele negra. An. Bras. Dermatol. 2008; 83 (1): 7-20.

Antonopoulos I et al. Análise da prevalência de câncer de próstata entre as diversas etnias. Braz. J. Urol.. 2002 May/Jun; 28(3):214-220.

Barreto J H S. Diferenças raciais e a sua relação com a saúde. Rev. baiana saúde pública. 2004 Jul; 28 (2): 242-258.

Bastos J L et al. Does the way I see you affect the way I see myself? Associations between interviewers' and interviewees' "color/race" in southern Brazil. Cad. saúde pública. 2009 Out; 25 (10): 2111-2124.

Bastos J L et al. Diferenças socioeconômicas entre autoclassificação e heteroclassificação de cor/raça. Rev. saúde pública. 2008; 42 (2): 324-334 .

Batista L E. Masculinidade, raça/cor e saúde. Ciênc. saúde coletiva. 2005 Mar; 10 (1): 71-80.

Bellomo-Brandão M A et al .Clinical and biochemical features of autoimmune hepatitis in 36 pediatric patients. Arq. Gastroenterol.. 2006 Mar; 43 (1): 45-49.

Brito I C; Lopes A A; Araújo L M B. Associação da cor da pele com diabetes mellitus tipo 2 e intolerância à glicose em mulheres obesas de Salvador, Bahia. *Arq Bras Endocrinol Metab.* 2001 Out; 45 (5): 475-480.

Costa R G. O que a seleção de doadores de gametas pode nos dizer sobre noções de raça. *Physis (Rio J.)*. 2004 Jul; 14 (2): 235-255.

Gattas G J F. et al. Ethnicity and glutathione S-transferase (GSTM1/GSTT1) polymorphisms in a Brazilian population. *Braz J Med Biol Res.* 2004 Abr; 37 (4): 451-458.

Imbiriba E B et al. Hanseníase em populações indígenas do Amazonas, Brasil: um estudo epidemiológico nos municípios de Autazes, Eirunepé e São Gabriel da Cachoeira (2000 a 2005). *Cad. saúde pública.* 2009 Mai; 25 (5): 972-984.

Laguardia J. Raça, genética & hipertensão: nova genética ou velha eugenia?. *Hist. cienc. saude-Manguinhos.* 2005 Ago; 12(2): 371-393.

Latado A L; Lopes M B; Passos L C S; Lopes A A. Existe evidência para tratar insuficiência cardíaca baseada na raça ou etnia?. *Rev. Assoc. Med. Bras.* 2009 [citado 2010 Jun 30] ; 55(2): 110-116.

Lopes A.A.; Silveira M.A.; Martinelli R.P.; Rocha H. Associação entre raça e incidência de doença renal terminal secundária a glomerulonefrite: influência do tipo histológico e da presença de hipertensão arterial. *Rev. Assoc. Med. Bras.* 2001 Mar; 47(1): 78-84.

Lotufo P A.; Goulart A C.; Bensenor I M. Race, gender and stroke subtypes mortality in São Paulo, Brazil. *Arq. Neuro-Psiquiatr.* 2007 Set; 65(3b): 752-757.

Maio M C et al . Cor/raça no Estudo Pró-Saúde: resultados comparativos de dois métodos de autoclassificação no Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. saúde pública.* 2005 Fev; 21 (1): 171-180.

Martins A L. Mortalidade materna de mulheres negras no Brasil. *Cad. saúde pública.* 2006 Nov; 22(11): 2473-2479.

Neto H M; Leite J A D. Synovial knee plica in newborn cadaver knee: a comparison between Anatomy and Arthro-TC. *Acta ortop. bras.* 2003 Jan; 11 (1): 32-41.

Novaretti M C Z; Dorlhia-Llacer P E; Chamone D A F. Estudo de grupos sanguíneos em doadores de sangue caucasóides e negróides na cidade de São Paulo. *Rev. Bras. Hematol. Hemoter.* 2000 Abr; 22 (1): 23-32.

Filho O P. Miscigenação versus bipolaridade racial: contradições e conseqüências opressivas do discurso nacional sobre raças. *Estud. psicol. (Natal)*. 2005 Ago; 10 (2): 247-253.

Pretto F M. et al. Má absorção de lactose em crianças e adolescentes: diagnóstico através do teste do hidrogênio expirado com o leite de vaca como substrato. *J. Pediatr. (Rio J.)*. 2002; 78 (3): 213-218.

Quagliato J R. Raça e paracoccidiodomicose. *Ver. Bras. De Medicina*. 2009 Out; 66(10): 347-348.

Ribas M O et al. Estudo epidemiológico de maloclusões em escolares de 6 a 8 anos na cidade de Curitiba-Paraná. *Revista Sul-Brasileira de Odontologia*. 2004 Nov; 1(1): 22-29.

Romero D E; Cunha C B. Avaliação da qualidade das variáveis sócio-econômicas e demográficas dos óbitos de crianças menores de um ano registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade do Brasil (1996/2001). *Cad. Saúde Pública*. 2006 Mar; 22(3): 673-681.

Rosemberg F. O branco no IBGE continua branco na ação afirmativa?. *Estud. av.* 2004 Abr; 18 (50): 61-66.

Santos S M; Guimarães; Bezerra M J; Araújo T V B. Desigualdades raciais na mortalidade de mulheres adultas no Recife, 2001 a 2003. *Saude soc.* 2007 Ago; 16 (2): 87-102.

Silva J A N. Condições sanitárias e de saúde em Caiana dos Crioulos, uma comunidade Quilombola do Estado da Paraíba. *Saude soc.* 2007 Ago; 16 (2): 111-124.

Souzas R; Alvarenga A T. Direitos sexuais, direitos reprodutivos: concepções de mulheres negras e brancas sobre liberdade. *Saude soc.* 2007 Ago; 16(2): 125-132.

Tatsch D T; Teixeira M A;Gomes W B. Estilos Parentais na percepção de adolescentes de comunidades ítalo e teuto-gaúchas. *Psico (Porto Alegre)*. 2003 Jul/Dez; 34(2): 389-406.

ANEXO 1

CARACTERIZAÇÃO DOS RESUMOS

Nº :

Tipo de Publicação:

1-Título/Assunto:

2-Ano:

3-Tipo de Estudo:

4-Qual termo de classificação usa: Raça() Cor() Etnia()
Outra _____

5-Descreve todas as categorias de RCE utilizadas na amostra/população ou apenas parte? Todas() Parte() Não descreve () Não se aplica()

6-Categorias:_____

7-Descreve métodos de classificação racial da amostra? Sim() Não() Não se aplica()

8-Quais _____

9-Há diferenças de RCE nos resultados ? Sim() Não() Não Descreve()
Não se aplica()

Obs _____

10-Discussão da classificação de RCE: Central() Transversal () Comenta()
Não há()

11-O foco principal ou secundário é investigação de diferenças raciais? Sim()
Não() Na saúde() Outro()_____

ANEXO 2

MATRIZ DE ANÁLISE

Nº

1-IDENTIFICAÇÃO

-Título:

-Autores/Instituição:

-Ano:

-Periódico:

-Tipo de Estudo:

-População/amostra /

-Objeto de análise :

-Local de realização:

-Foco/objetivos :

-Considerações teóricas / técnicas:

2-HISTÓRICO

-Refere o mito da democracia racial? O mito das três raças? A miscigenação? Ao branqueamento? Refere o Brasil povo/nação? Outras referências históricas? Quais autores?

3-CONCEITUAL

- Qual conceito de raça / etnia / etnicidade? Que ideias e percepções sobre RCE? --
- Elege/defende alguma ideia principal? Que argumentos utiliza? Se ancora em quais autores/referenciais teóricos?

4-METODOLÓGICO

Qual termo de classificação discute/usa/cita no estudo:

Raça() Cor() Etnia() Raça/Cor () ()Etnicidade

Raça/Etnia () Raça/Etnicidade() Grupos Étnicos() Grupos Raciais()

Outra_____

Quais categorias?_____

Quais critérios:

cor da pele() traços fenotípicos :cabelo, nariz,face() ancestralidade()

Quantas gerações?_____ Outros_____

Métodos: auto-classificação () heteroclassificação() entrevistador ()
genético()

Outro_____

Termos em inglês:_____

- Que autores/referências utiliza para basear a sua classificação? Cita leis, protocolos, normas, diretrizes sobre classificação étnico-racial? Utiliza as categorias do IBGE?

-O autor problematiza a questão da classificação étnico-racial? Quais reflexões, considerações e críticas levanta?

5-SOCIAL/ECONÔMICO/DEMOGRÁFICO/CULTURAL

- Dados demográficos ? Quais? Qual fonte?
- Distribuição étnico-racial ? Qual fonte?
- Desigualdades sociais e raciais?
- Quais variáveis socioeconômicas e demográficas?

6-POLÍTICO/ IDEOLÓGICO

- Ações afirmativas?
- Manifesta polêmicas, questiona outros autores?
- Discriminação racial e preconceito?
- Discute ou faz referências a identidade étnico-racial?
- Medidas governamentais?
- O autor refere motivações pessoais, assume posições político-ideológicas ?

7-RESULTADOS/DISCUSSÃO

- Caso haja aglutinação de pardos e pretos, justifica essa opção?
- Relaciona raça/cor e etnia como fator de vulnerabilidade ou especificidade?
- Qual a justificativa da investigação ou reflexão sobre questões relativas a raça, cor, etnia?
- A composição étnico-racial da amostra é compatível com os dados demográficos?